MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS MARÍTIMOS

PAULO CEZAR TONACIO JUNIOR

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* PROFISSIONAL*:* UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

Orientador: Prof. Dr. NIVAL NUNES DE ALMEIDA

Rio de Janeiro
2020

PAULO CEZAR TONACIO JUNIOR

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* PROFISSIONAL*:* UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Defesa, Governança e Segurança Marítimas.

Orientador: Prof. Dr. NIVAL NUNES DE ALMEIDA

Rio de Janeiro

2020

T663s Tonacio Junior, Paulo Cezar

Políticas públicas para a pós-graduação *stricto sensu* profissional: uma análise do programa de pós-graduação em estudos marítimos./ Paulo Cezar Tonacio Junior. - Rio de Janeiro, 2020.
118f.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2020.

Orientador: Nival Nunes Almeida

Bibliografia: f. 110-118

1. Educação – Estudo e ensino (Pós-graduação profissional). 2. Mar-Estudos. 3. Política Pública. Escola de Guerra Naval (BRASIL) II. Título.

CDD 359.45

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Cremilda Santos – CRB7/3200
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

PAULO CEZAR TONACIO JUNIOR

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* PROFISSIONAL*:* UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Defesa, Governança e Segurança Marítimas.

Aprovada em de junho de 2020

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Nival Nunes de Almeida (Orientador/EGN)

_____

Prof. Dr. CMG (RM1-FN) Adriano Lauro (EGN)

_____

Prof. Dr. Ricardo Carvalho de Barros (UERJ)

Dedico esta dissertação ao meu falecido avô, SO (Ref.-MA) José Soares de Melo Filho, que apesar de ter feito o ensino fundamental "embaixo de um pé de jaqueira", conseguiu ingressar na fileira de praças da Marinha do Brasil, terminando sua carreira como Sub-Oficial. Sempre me era comovente o orgulho que sentia por ter um neto Oficial. Que Deus o tenha no céu!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que com sua mão providente me conduziu até a descoberta do PPGEM e continuou me conduzido na montagem dessa dissertação. A Nossa Senhora, que esteve sempre comigo, nas tantas vezes que a escrita era intercalada com a oração do Rosário

A minha querida esposa, “carne de minha carne”, e por assim ser, esteve unida a mim em todo o transcorrer do mestrado e enquanto montava a dissertação. Serei eternamente grato pelo seu apoio incondicional em meus estudos e, principalmente, pela generosidade em compreender as ausências

Aos meus pais, que sempre me educaram no caminho do estudo, do esforço e da justiça. Pude, pelo exemplo deles, compreender que o caminho certo é o da dignidade da pessoa humana.

À Comunidade Católica Shalom, família de laços no espírito, por todo suporte espiritual e intercessão nesta caminhada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nival, por toda confiança dada a mim, pelo seu exemplo de humildade e desprendimento em prol da Educação.

À Secretaria Acadêmica do PPGEM, nas figuras da 1° Ten. (RM2-T) Marisol e SO Valdir, pelo zelo na condução da vida acadêmica dos alunos, dedicação e disponibilidade em ajudar sempre.

Ao Diretor, CMG (IM) Guerra e Ex-Diretor CMG (RM1-IM) Alvim do Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro (COMRJ) por confiarem em meu trabalho e nunca se oporem às ausências necessárias no decorrer do Mestrado

Por fim, aos meus amigos de turma de mestrado, pela prazerosa convivência em sala de aula e pela peculiar polidez nas discussões, apesar de tempos de profunda polarização política.

A fé e a razão constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva à contemplação da verdade.

João Paulo II

RESUMO

A articulação da formação e da atuação de mestres e doutores com escopo a um aprimoramento profissional tem sido um debate contemporâneo e desafio para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, haja vista os programas profissionais e as políticas públicas endereçadas a este fim. Neste prisma, há o Programa de Pós-Graduação de Estudos Marítimo (PPGEM), partícipe desse processo e pioneiro no que diz respeito à abertura de um Doutorado Profissional, na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Desde 2013, o programa busca conceber uma vertente profissional a uma área que a primazia é das teorias e seus desdobramentos. Portanto, faz-se necessário investigar o que foi construído e o que ainda poderá ser realizado como programa profissional. Dessa forma, este estudo teve como objetivo analisar a trajetória do PPGEM enquanto inserido no contexto de políticas públicas de pós-graduação *stricto sensu* profissional, a partir das normas sobre o tema, dos documentos colhidos e entrevistas realizadas com os idealizadores e alunos do PPGEM. Com o fito de atender aos objetivos, buscou-se elaborar um referencial teórico que abordasse as dinâmicas envolvidas na pesquisa. Para tal, lançou-se um olhar sobre teorias e ciclos de políticas públicas, como foco na fase de implementação, além disso, expuseram-se conceitos sobre qualificação no e para o mundo do trabalho, tendo sido apresentadas as bases sobre competências e o Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E). Para uma melhor contextualização do PPGEM, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da trajetória da pós-graduação no Brasil, com foco nos programas profissionais. Realizou-se ainda um levantamento documental sobre o PPGEM, de maneira a traçar um percurso histórico do programa, além de entrevistas com autoridades, docentes e discentes. Todos os dados ora elencados foram analisados e categorizados à luz da análise de conteúdo, desvelando-se quatro categorias básicas de inferência, a saber: histórico até o início das atividades do PPGEM; conceito de estudos marítimos na construção da identidade do PPGEM; a opção por um programa de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional; e a consolidação do PPGEM enquanto programa de pós-graduação *stricto sensu* profissional. A análise dos dados evidenciou os desafios de se consolidar uma pós-graduação profissional, dado ser uma modalidade ainda recente no âmbito da área de Ciências Políticas e Relações Internacionais (CP/RI) e a resistência em se vencer o histórico na pós-graduação no Brasil dessa área. Por outro lado, o PPGEM destacou-se neste contexto, a exemplo disso, pode-se citar a mudança da nota na última avaliação quadrienal (2013-2016) de "3" para "5" e a pioneira autorização para abertura de um Doutorado Profissional. Por fim, apontaram-se possíveis ações no intuito de contribuir para o desenvolvimento do PPGEM e propostas de pesquisas acerca do tema para estudos futuros.

Palavras-chave: Pós-Graduação Profissional. Estudos Marítimos. Políticas Públicas. Educação.

ABSTRACT

An articulation of training and performance of masters and doctors with the scope of professional improvement has been in a contemporary debate and a challenge for strictly sensory postgraduate courses, in view of the professional programs and public policies addressed to this end. In this light, there is the Postgraduate Program in Maritime Studies, part of this process and a pioneer with regard to the opening of a Professional Doctorate, in the area of Political Sciences and International Relations. Since 2013, the program seeks to conceive a professional aspect, an area that is primarily of theories and their consequences. Therefore, it is necessary to investigate what was built and what can still be accomplished as a professional program. Thus, this study aimed to assess the trajectory of PPGEM, while inserted in the context of strictly professional postgraduate public policies, based on the norms on the topic, the documents collected and the interviews with the creators and students of PPGEM. With the fulfillment of objectives, we seek to develop a theoretical framework that addresses the dynamics used in the research. To this end, a look at theories and cycles of public policies was launched, with a focus on the implementation phase, in addition, concepts about qualification are expelled in the world of work, having been used as a basis on practices and training, Development and Education. For a better contextualization of the PPGEM, a bibliographic survey was carried out on the trajectory of graduate studies in Brazil, focusing on professional programs. There was also a documentary survey on the PPGEM, how to trace a historical path of the program, in addition to interviews with authorities, documents and students. All the data listed here were analyzed and categorized in the light of content analysis, four basic categories of inference were developed, one knowledge: history until the beginning of the activities of the PPGEM; concept of maritime studies in the construction of the PPGEM identity; an option for a professional *stricto sensu* graduate program; and a strengthening of PPGEM as a strictly professional graduate program. An analysis of the data showed the challenges of consolidating a professional postgraduate course, given a new way in the area of Political Sciences and International Relations and the resistance in overcoming the postgraduate history in Brazil this year. area. On the other hand, or the PPGEM highlighted in this context, for example, it can cite a change in the last quadrennial evaluation (2013-2016) from "3" to "5" and a pioneer in opening a professional doctorate. Finally, it is possible that some actions do not intend to contribute to the development of the PPGEM and research proposals on the subject for future studies.

Keywords: Professional Post-Graduation. Maritime Studies. Policies. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 – processo de desenvolvimento da pesquisa 23
Fluxograma 2 – Área de concentração e linhas de pesquisa: 64
Mapa 1 – Distribuição dos programas de pós-graduação por Estado..... 52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura Metodológica.....22
Quadro 2 – Ciclo das Políticas Públicas.....33
Quadro 3 – Diferenças entre as definições das linhas de pesquisa.....68
Quadro 4 – Lista de BONO sobre o PPGEM.....79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparativo da evolução dos programas profissionais e acadêmicos..... 53
Gráfico 2 – evolução em números dos Doutorados Profissionais..... 54

LISTA DE ABREVIATURAS

APCN – Aplicação de Proposta de Curso

BONO – Boletim de Notícias

CAPES – Coordenação

CEPE – Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha

CJG – Centro de Jogos de Guerra

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CP – Ciência Política

DP – Doutorado Profissional

EGN – Escola de Guerra Naval

IES – Instituto de Ensino Superior

LSC – Laboratório de Simulação de Cenários

MB – Marinha do Brasil

MP – Mestrado Profissional

NAC – Núcleo de Avaliação da Conjuntura

NEPOLM - Núcleo de Estudos de Políticas Marítimas

PPGEM – Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro

RI – Relações Internacionais

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

SPPG – Secretaria de Pesquisa e Pós-Graduação

TD&E – Treinamento, Desenvolvimento e Educação

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

UNIFA – Universidade da Força Aérea

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

Justificativa e Relevância 18

Objetivo Geral 19

Objetivos Específicos 19

Metodologia 19

Organização do trabalho 24

1 REFERENCIAL TEÓRICO 25

1.1 Políticas públicas 25

1.1.1 Modelos de análise de políticas públicas 27

1.1.2 Incrementalismo 27

1.1.3 Modelo Racional Compreensivo 28

1.1.4 Modelo *Mixed-Scanning* 29

1.1.5 Modelo Lata de Lixo 30

1.1.6 Teoria do Equilíbrio Pontuado 30

1.1.7 Coalizões de Defesa 31

1.1.8 Tipos de Políticas Públicas 31

1.1.9 Dimensão temporal – os ciclos de uma política pública 32

1.1.10 A fase de implementação 33

1.2 A qualificação e o trabalho – Competências e TD&E 34

1.2.1 Treinamento, Desenvolvimento & Educação (TD&E) 35

1.2.2 Aprendizagem em TD&E 36

2 PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* ACADÊMICO E PROFISIONAL: HISTÓRICO, TRAJETÓRIA E AVALIAÇÃO 40

2.1 A pós-graduação *stricto sensu* profissional 45

2.2 A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* 48

2.3 A pós-graduação *stricto sensu* em números: um comparativo entre os cursos acadêmicos e profissionais 51

3 PPGEM: UMA HISTÓRIA DOCUMENTADA 55

3.1 Contextualização do PPGEM 56

3.2 Análise documental 57
3.2.1 Planejamentos Estratégicos de 2006, 2015, 2019 da EGN 58
3.2.2 Aplicação de proposta de curso novo (APCN), Parecer da CAPES e avaliação quadrienal. 60
3.2.3 APCN do Doutorado 66
3.2.4 Atas de reunião do colegiado do PPGEM 70
3.2.5 Plano Estratégico do PPGEM (2018 a 2021) 74
3.2.6 Boletins de Notícias (BONO) acerca do PPGEM 78

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: RESULTADOS E DISCUSSÕES 82

4.1 Histórico até o início das atividades do PPGEM 84
4.2 O conceito de estudos marítimos na construção da identidade do PPGEM 89
4.3 A opção por um programa de pós-graduação profissional 92
4.4 A consolidação do PPGEM enquanto programa de pós-graduação *stricto sensu* profissional 97

CONSIDERAÇÕES FINAIS 104

REFERÊNCIAS 110

INTRODUÇÃO

O advento do binômio da Ciência e Tecnologia traz consigo inovações, as quais transbordam o campo dos produtos, serviços e processos, afetando o *modus operandi* nas relações de trabalho. Isto posto, basta verificar as alterações ocorridas nesta área, de forma que novas maneiras de se exercer o ofício, quando não, novas profissões, premem por mudanças na qualificação no mundo do trabalho.

De certo, o processo de qualificação de um indivíduo não deve ater-se apenas a simples características do exercício de uma profissão, posto que o homem não é um robô. Assim, é necessário o desenvolvimento de um raciocínio capaz de um olhar crítico para o mundo que o cerca, sem se descuidar no aprimoramento enquanto profissional, no exercício pleno da sua cidadania.

Por outro lado, ao se falar de uma pós-graduação com caráter profissional, como são os casos dos mestrados profissionais (MP) e doutorados profissionais (DP), o que se busca é uma qualificação capaz de suportar as demandas do mundo do trabalho, sem deixar de abrir mão do desenvolvimento de um raciocínio crítico e da pesquisa. Eis que, portanto, torna-se uma tarefa complexa conciliar o desenvolvimento crítico e analítico a demandas e necessidades laborais.

Dentro desse cenário, possui essa pesquisa como objeto as políticas para pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional, de maneira particular, àquelas voltadas ao Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos (PPGEM). Dessa forma, a presente pesquisa debruçou-se nas dinâmicas do PPGEM, tendo como enfoque o fato de estar enquadrado na modalidade profissional.

Ademais, o PPGEM também representa uma inovação no campo da Ciência Política e Relações Internacionais (CP/RI), por ser uma área de estudo interdisciplinar que concentra seu foco nos mares, águas interiores em âmbito regional em “perspectivas política, social, estratégica, econômica, cultural, científico-tecnológica e ambiental” (BRASIL, 2018b, p.2).

Constitui ainda o PPGEM em inovação por ser, juntamente com o programa da Universidade da Força Aérea (UNIFA), os primeiros na grande área de CP/RI a contar com mestrado e doutorado profissionais dentro do mesmo programa, conforme apontam os dados da plataforma sucupira em pesquisa realizada por este autor, no decorrer dessa dissertação (CAPES, 2020b).Portanto, trata-se de um “novo”, que como tal necessita-se de um olhar mais aprofundado.

Nessa esteira, o PPGEM iniciou com a submissão e aprovação do programa junto à CAPES em 2013, atualmente subordinado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da Escola de Guerra Naval (SPPG), tem como propósito:

> (...) preparar profissionais no campo dos Estudos Marítimos, visando o mundo do trabalho e das atividades produtivas, além das funções inerentes à pesquisa e docência em áreas de ensino superior. Seu objetivo primário é formar mestres e doutores do campo dos Estudos Marítimos capazes de enfrentar novos desafios científicos com independência intelectual, contribuindo para o progresso do Brasil como nação soberana, imersa em um mundo globalizado em rápida evolução. (BRASIL, 2018c, p. 2)

Dessa forma, diante de um caminho percorrido desde 2013 até a implementação de um Doutorado Profissional, em 2018, faz-se necessário investigar o que foi construído e o que ainda poderá ser realizado.

Neste sentido, enquanto política pública, a pós-graduação *stricto sensu* profissional contextualiza-se, historicamente, com o parecer Sucupira (ALMEIDA JUNIOR et al., 2005), datado de 1965, o qual determinou as bases do sistema de pós-graduação brasileiro. Neste parecer, pode-se depreender uma necessidade de criação de mestrados e doutorados profissionais, porém o que se observa é que tal realidade é implementada somente com a aprovação da portaria nº 47 em 17 de outubro de 1995 (BRASIL, 1995), instituidora dos Mestrados Profissionais. Em período posterior, a Portaria n° 389, de 23 de março de 2017 (BRASIL, 2017b), institui no Brasil, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, o Doutorado Profissional (DP). Dessa feita, abre-se, enfim, um caminho para se concretizarem as orientações do Parecer Ministerial nº 977/65 (Parecer Sucupira), de 03 de dezembro de 1965.

Em contraponto, a pós-graduação *stricto sensu* profissional ainda encontra desafios de construção de identidade do seu real papel dentro do ambiente de pesquisa, os quais não estão plenamente sedimentados no círculo acadêmico (CALDERÓN et al., 2019).

Diante do exposto, é notório que apenas observações empíricas não são suficientes para avaliar uma dinâmica tão complexa como o do tema apresentado, portanto é necessário lançar mão de recursos teóricos e metodológicos que tragam a capacidade de uma investigação científica do que se propõe a analisar.

Salienta-se, assim, que os esforços se mantiveram na montagem de um embasamento teórico de sustentação para a pesquisa, com enfoque na caracterização de uma política pública, de modo a analisar o desenvolvimento das políticas de capacitação profissional *stricto sensu*. De forma mais específica, recorreu-se, sob a forma de inferência, a utilização da teoria de implementação de políticas públicas, para transpô-la a realidade política de implementação do PPGEM. Além disso, com a finalidade de se entrelaçarem a educação e

aprendizagem com o trabalho, recorreu-se às teorias que tratam de TD&E e competências com foco no aprendizado com vistas à melhoria do desempenho profissional. Além disso, a pesquisa transcorreu em um modelo de estudo de caso, o qual se debruçará nos normativos acerca dos MP e DP, além daqueles produzidos no decorrer da existência do PPGEM.

Justificativa e Relevância

A articulação da formação e da atuação de mestres e doutores com escopo à uma profissionalização tem sido um debate contemporâneo no ambiente acadêmico de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (BATISTA *et al.*, 2018).

Nesse sentido, para Batista *et al.* (2018), o conflito para delinear, implementar e consolidar os Mestrados e Doutorados profissionais (MP/DP) incluem o *modus operandi* de como a pós-graduação, de forma ampla, tem sido pensada. Trata-se, dessa maneira, de um discurso em que a dimensão acadêmica, por vezes, dista do mundo do trabalho, das práticas profissionais e da produção técnica, e a necessidade de se entregar algo a sociedade, ao contexto do trabalho, enfim ao indivíduo enquanto relação com outro e com o mundo, urge como possibilidade concreta ao se falar de MP/DP.

Disso, já se justifica discutir o tema, mas pode-se somar ao cenário o critério de novidade dos MP/DP dentro da academia, prova disso é que até o momento "não há ainda um padrão que estabeleça como são os processos admissionais, os exames qualificatórios, as produções técnicas e tecnológicas, ou mesmo o produto final dos MPs e DPs" (VERSCHOORE, 2019, p.57).

Doutra banda, há o PPGEM, partícipe desse processo e pioneiro no que diz respeito à abertura de um DP na área de CP/RI. Desde 2013, o programa vem sendo conduzido no desafio de conceber uma abordagem profissional a uma área em que a primazia é das teorias e seus desdobramentos.

A última avaliação quadrienal (2013-2016) da CAPES aponta o bom rumo que o programa tem tomado, vez que recebeu nota "5 "daquela instituição, valor máximo que pode ser atribuído a um programa somente com mestrado (na época da avaliação, o PPGEM apenas contava com o MP). Outro indicativo importante é o fato do PPGEM ter sido autorizado pela CAPES a abrir um DP, fato este ocorrido ao final de 2018.

Todavia, para além da CAPES, o que torna a presente pesquisa relevante, é analisar o PPGEM, enquanto programa profissional, a partir de documentos e entrevistas, de modo a verificar como o atributo profissional está sendo levado em conta a partir das dinâmicas de qualificação dos alunos.

Aponta-se ainda, como fator de relevância, a análise do PPGEM na dinâmica do processo de implementação de uma política pública de pós-graduação *stricto sensu* profissional, com desdobramentos de políticas voltadas para o poder marítimo e a sistemática de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa será analisar a trajetória do PPGEM enquanto inserido no contexto de políticas públicas de pós-graduação *stricto sensu* profissional, a partir dos normativos sobre o tema, os documentos colhidos e entrevistas realizadas com os idealizadores e alunos do PPGEM.

Objetivos Específicos

Ressalte-se que os objetivos específicos da pesquisa, subjacentes ao objetivo geral, serão inseridos no recorte estabelecido na delimitação do tema. São eles:

(1º) Traçar um marco teórico acerca de políticas públicas e qualificação para o trabalho;

(2º) Realizar, por meio de análise bibliográfica e documental, um levantamento histórico da pós-graduação profissional e do PPGEM;

(3º) Realizar entrevistas para analisar a dinâmica de criação e consolidação do programa;

(4º) Apontar possíveis ações no intuito de contribuir para o desenvolvimento do PPGEM.

Metodologia

Este tópico tem por objetivo descrever, analisar e classificar a forma como a pesquisa será desenvolvida. Diante desse panorama, pretende-se, também, traçar linhas gerais da forma como a pesquisa irá transcorrer, apontando as técnicas utilizadas para tal. No mais, explicações mais específicas na coleta, análise e resultados dos dados serão melhor explicados no início de cada capítulo.

Dessa feita, entende-se por método científico o arcabouço das etapas e instrumentos com os quais o pesquisador orienta a sua pesquisa, com critérios de cunho científico, no intuito de alcançar os dados necessários que suportem o objetivo traçado ao se conceber o trabalho inicial (CIRIBELLI, 2003). Além disso, Lehfeld e Barros (1991) apontam o método de pesquisa como uma forma de inquirir o objeto de maneira sistemática e intensiva, para então tentar descobrir ou interpretar as situações que estão inseridas em determinada realidade.

Desta forma, deve o pesquisador, na liberalidade de investigar o objeto que se intenciona, realizar a definição dos instrumentos utilizados para cada fase da pesquisa, com o escopo de obter resultados críveis, com a possibilidade de que os resultados obtidos possam ser reproduzidos na pesquisa realizada ou em situações semelhantes (LAKATOS e MARCONI, 2007).

Ante o exposto, elenca-se que as abordagens metodológicas da presente de pesquisa, possuíram por base o objeto e os objetivos do estudo, de forma que, para alcançar uma resposta plausível à pergunta de pesquisa, que os métodos foram selecionados. Assim sendo, este pesquisador encaminhou a sua pesquisa, tendo por cerne objetivo, objeto e pergunta de pesquisa, e, portanto, é mister nomeá-los para explicar a metodologia:

- **Objetivo:** analisar a trajetória do PPGEM enquanto inserido no contexto de políticas públicas de pós-graduação *stricto sensu* profissional, a partir dos normativos sobre o tema, os documentos colhidos e entrevistas realizadas com os idealizadores e alunos do PPGEM

- **Objeto:** o Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), no contexto de programa *stricto sensu* na modalidade profissional.

- **Pergunta de pesquisa:** Que análise pode ser feita acerca do PPGEM, desde sua criação, enquanto programa de pós-graduação *stricto sensu* profissional?

A pesquisa ainda possui um recorte espacial focado no PPGEM, sem, no entanto, desconsiderar as realidades que o envolvem. Portanto, o quadro de fundo são as políticas públicas ligadas aos programas profissionais e como esses foram construindo seu espaço dentro da academia. Há de se considerar ainda, como pano de fundo, teorias que entrelaçam a aprendizagem com foco no trabalho, haja vista a modalidade na qual o PPGEM está inserido.

A partir do exposto, pode-se definir que, quanto a sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, vez que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos; envolve verdades e interesses locais”, ou seja, o que se pretende é gerar um panorama da realidade de um programa *stricto sensu* profissional, configurando, assim, um retrato do objeto que se possa articular novas pesquisas e novas ações a partir do presente trabalho.

O procedimento técnico que foi empregado no percurso de toda a pesquisa foi o estudo de caso, haja vista, conforme a visão de Yin (2001), envolver um estudo profundo e exaustivo de um objeto específico, de forma a permitir seu amplo e detalhado conhecimento. Em complemento, Gil (2010) insta que o estudo de caso tem por de natureza a aplicação imediata de conhecimentos em especificidade de contextos, de forma a desenvolver e aprofundar teorias.

Dentro desta temática, o que se fez foi resgatar, na base teórica, fundamentados que se adequassem ao objetivo e sua ligação com o objeto de pesquisa, de forma aplica-las ao caso concreto. Nesse sentido, optou-se por discutir as teorias que tratam de políticas públicas, seus ciclos, com enfoque na fase de implementação e as formas de sua análise. Também se optou por conjugar teorias de competências, Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) e aprendizagem para o trabalho para fechar o arcabouço teórico da pesquisa.

A partir de uma base dedutiva, procurou-se ainda pesquisas que relatassem a trajetória da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, com enfoque nas discussões acerca da identidade dos programas profissionais.

Portanto neste primeiro momento, a técnica utilizada foi a da pesquisa bibliográfica. Procurou-se, assim, por autores de referências nos assuntos abordados e focou-se em publicações estabelecidas no primeiro quartil[1] do Qualis CAPES. Assim, do ponto de vista dos seus objetivos, neste ponto a pesquisa desvelou-se como descritiva (GIL, 2010).

Em passo adiante do estudo, será procedida a coleta dos documentos a serem analisados. Realizou-se, de início, pesquisa de campo na própria estrutura do PPGEM, por meio de conversas informais com os docentes permanentes e com os membros da secretaria acadêmica. Também se realizou uma busca minuciosa ao *site* do programa[2], com intuito de se achar documentos de interesse ao estudo. Este último ponto foi de grande proveito, pois boa parte do material que se pretendia analisar estava disponível no próprio *site,* além disso, dessa última pesquisa, surdiu a ideia de analisar as atas do colegiado do PPGEM. Por fim, o detalhamento das escolhas dos documentos será tratado em capítulo apropriado.

Houve, ainda, realização de entrevistas com os participantes do processo de proposta de curso novo, além de dois alunos do doutorado profissional (um militar e um civil), os quais foram alunos da primeira turma de mestrado. As entrevistas foram no formato semiaberto, dando liberdade aos entrevistados a se manifestarem livremente acerca do assunto tratado, com apenas pequenas intervenções do pesquisador, nos momentos julgados pertinentes.

Este pesquisador entende que a entrevista é o momento mais delicado da presente pesquisa, por ser mergulhado em subjetividade, e, portanto, de possibilidade de aparecimento de vieses. Aqui residem algumas opções metodológicas na tentativa de mitigar tais problemas, contudo, de antemão, entende-se que é ilógico conceber uma pura objetividade ao estudo (POLANYI, 2015). Tais opções serão melhor descritas em capítulo específico da pesquisa.

---

[1] O primeiro quartial do qualis único da CAPES são as publicações classificadas de A1 a B1.
[2] https://www.marinha.mil.br/ppgem/

Doutra banda, Popper (1972) afirma que a subjetividade na pesquisa que levaria à construção de conhecimento, somente poderia ser crível à medida que se a objetivasse, por meio da possibilidade de independência do sujeito gerador do conhecimento, se consubstanciando em teorias lógicas. No caso da pesquisa, a objetivação dar-se-á com o detalhamento dos procedimentos técnicos e as motivações da escolha. Dessa forma, pretende-se externalizar e sistematizar o método aplicado, tal qual é feito neste capítulo, bem como no início dos capítulos restantes. Com isso não se dependerá do pesquisador para entender e replicar a pesquisa. No que tange à escolha de teorias lógicas, crê-se que as opções disponíveis na presente pesquisa já são suficientes para tal.

Ainda no campo das teorias lógicas, a opção pela análise dos documentos e entrevistas e a consequente discussão dos resultados baseou-se na análise de conteúdo, nos moldes de Bardin (2011). A forma como a teoria da análise de conteúdo foi aplicada será melhor discutida nos capítulos adequados.

Por outro lado, a análise documental e das entrevistas possuem cunho investigativo. Nesse diapasão, este pesquisador não encontrou estudos específicos sobre o PPGEM, e poucos estudos sobre o objeto de fundo do programa, qual seja, estudos marítimos enquanto campo epistemológico em ciências sociais. Assim, do ponto de vista de seus objetivos, essa fase da pesquisa foi exploratória, vez que "(...) o fenômeno ainda não foi abundantemente estudado por outros autores e os dados são poucos" (LIRA, 2014, p.24)

Neste prisma, observa-se que o *corpus* da pesquisa possui abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2001), trata-se de abordagem em que se trabalha com o universo dos significados, os quais se entrelaçam questões de motivos, valores, crenças, motivações e atitudes, correspondentes a um ambiente mais profundo de interações em seus processos e fenômenos, que, devido a complexidade humana, não conseguem ser reduzidas a termo de variáveis quantificáveis.

Ante o exposto, o quardo abaixo representa de forma estruturada a epistemologia presente nos fundamentos metodológicos apresentados:

Quadro 1 – Estrutura Metodológica

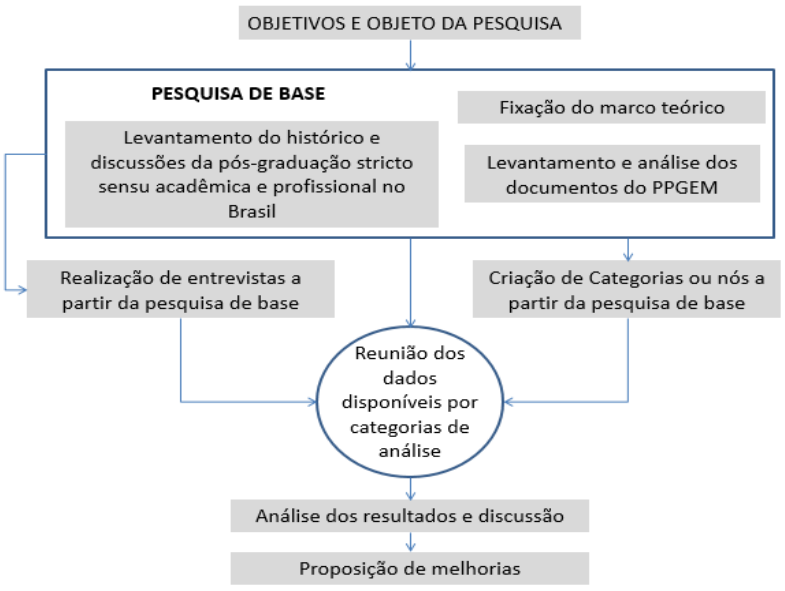
Objetivo Principal	Procedimentos técnicos	Dos objetivos
analisar a trajetória do PPGEM enquanto inserido no contexto de políticas públicas de pós-graduação *stricto sensu*	Análise de conteúdo	Exploratória

profissional, a partir dos normativos sobre o tema e entrevistas realizadas com os idealizadores do PPGEM		
Objetivos Específicos	Procedimentos técnicos	Dos objetivos
Traçar um marco teórico acerca de políticas públicas e qualificação para o trabalho	Pesquisa bibliográfica	Descritiva
Realizar, por meio de análise documental, um levantamento histórico das pós-graduação profissional e do PPGEM	Pesquisa bibliográfica / documental	Descritiva / exploratória
Realizar entrevistas para analisar a dinâmica de criação e consolidação do programa	Entrevista gravada e transcrita com estrutura semiaberta.	Exploratória
Apontar possíveis ações no intuito de contribuir para o desenvolvimento do PPGEM.	Inferências à pesquisa	Exploratória

Fonte: Elaboração própria

Em suma, a metodologia aplicada pode ser representada de acordo com o fluxograma abaixo:

Fluxograma 1 – processo de desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Organização do trabalho

Por fim, o presente estudo foi estruturado em quatro capítulos aos quais se agregam a esta introdução, que contextualiza a relevância e a proposta da pesquisa, indica os objetivos e justifica a abordagem do tema aqui proposto e expõe a metodologia seguida durante toda a pesquisa; segue-se o primeiro capítulo que delineará o marco teórico, por intermédio da abordagem sobre a caracterização de políticas públicas, fundamentos acerca de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E), aprendizagem e competência. No segundo capítulo, abordar-se-á o histórico da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, de forma a apresentar o contexto atual dos programas profissionais e o enquadramento do PPGEM nesta dinâmica. O capítulo terceiro traçará um histórico do programa, por meio dos documentos coletados e escolhidos para a pesquisa. O quarto capítulo analisará as entrevistas realizadas com os principais atores no processo de criação do PPGEM e com dois alunos do doutorado profissional (um civil e um militar) os quais foram alunos da primeira turma de mestrado. No mesmo capítulo, serão realizadas as discussões e resultados da pesquisa por meio da análise de conteúdo. Nas considerações finais, mostrar-se-ão quais foram os principais resultados do trabalho e suas contribuições, limitações da pesquisa, sugestões de melhoria para o PPGEM, além de sugestões para futuras pesquisas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Políticas públicas

Diante do desafio imposto de analisar a pós-graduação profissional *stricto sensu* enquanto política pública, é *conditio sine qua non* imputar a presente pesquisa um referencial teórico coerente sobre a caracterização de uma política. O objetivo, dessa forma, será pontuar as principais teorias acerca do tema. Os temas expostos elencarão os modelos de análise, tipologias, perpassando pelas teorias que enumeram as fases de políticas públicas.

Neste contexto, é premissa fundamental, partir da afirmação aristotélica, que o homem é um animal político, no contexto de não existir em si mesmo, mas enquanto contexto social que o cerca:

> (...) o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque de todos os animais, também é o pior quando vive isolado, sem leis e sem justiça. (ARISTÓTELES, 2010, p.2)

Frey (2009) assevera a importância da delimitação teórica sobre os aspectos singulares da política, sem, no entanto, descuidar-se do fato de que não há estanqueidade nesta delimitação em termos práticos, vez que são entrelaçadas e exercem influências mútuas. Neste entendimento, Rua (2009, p. 17) sintetiza o termo política como um "conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos".

Ante o exposto, parte-se do termo política para se chegar à expressão "política pública". Neste ponto, há que se entender que na abrangência epistemológica, o termo política, quando transposto à língua inglesa, subdivide-se em três termos, com significados diferentes, conforme expõe Rua (2009):

- Politics – refere-se à atividade política per si, de tal forma que explicitam as relações de poder, os arranjos de confluências e divergências no campo das negociações;

- Policy – "é utilizado para referir-se à tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, é a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo político". (RUA, 2009, p. 19); e

- Polity – define-se como um conjunto das decisões e ações de valores envolvendo o bem público. São ainda definidas como à estrutura institucional das organizações envolvidas no processo político.

Complementar à exposição acima, Frey (2009) delineia a *politcs* como dimensão processual, a arena das discussões, conflitos e decisões políticas; *policy* como dimensão material, com aspectos técnicos tangentes à concretização das decisões políticas. tais quais as políticas públicas; e *polity* enquanto instituições e institutos políticos, descrita no sistema jurídico e na estrutura político-administrativa.

Por óbvio, o conceito que será utilizado está relacionado ao sentido do termo em inglês *policy*, qual seja, acordado às decisões e ações políticas de impacto público. Logo, passa-se a expor como a literatura define o termo. No entanto, ao realizar um aprofundamento do que seja *policy*, percebe-se, de antemão, um desafio em conceituá-la:

> (...) uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006, p. 25)

Para Secchi (2014), políticas públicas tratam dos conteúdos concretos e simbólicos das decisões políticas perante o processo de construção e atuação dessas decisões.

Em outra perspectiva, Oliveira (2006) encara a *policy* como um fluxo de decisões públicas, que se encaminha a manter o equilíbrio da sociedade ou a interpor desequilíbrios, diante das realidades que se apresentam, com a finalidade de modificar esta realidade.

Rua (2009) sintetiza as políticas públicas como *outputs*, resultantes da atividade política (*politics*), de tal maneira que pode ser compreendida como um conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.

Na visão de Araújo (2013), as políticas públicas se desenvolvem e são racionalizadas em função de problemas percebidos e interesses envolvidos na solução desses problemas. Nesse sentido, a gênese e o percurso dos temas nas agendas de governo e da sociedade civil organizada tornam-se mais ou menos importantes de acordo com esses interesses.

Diante do emaranhado de definições, Souza (2006), busca resumir política pública como:

> O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26)

Rua (2009) aponta que a política pública e a decisão política são duas teorias que se diferenciam. Enquanto a decisão política atua como uma possibilidade a ser escolhida dentre um conjunto de possíveis alternativas, ou até mesmo a não escolha, levando-se sempre em conta a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, por sua vez, políticas públicas envolveriam mais que decisões, mas um requerimento de um cabedal de múltiplas ações, dispostas estrategicamente, no intuito de se implementar as decisões tomadas. Para a autora, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Para Kipnis (2012, p. 73), a política pública é descrita como "uma ação de governo que se operacionaliza a partir de programas e projetos, configurada pelo marco legal pertinente". Dita ainda o autor que o Estado tem a primazia de canalizar recursos para atender aqueles objetivos tidos como problema e que demandam solução para atender a sociedade.

Ademais, Azevedo (2004) afirma que a política pública implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente, além disso, assevera o seguinte:

> As políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Nesse sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade (AZEVEDO, 2004, p. 5).

1.1.1 Modelos de análise de políticas públicas

Dada a política como construção subjetiva, há diferentes modelos que tentam explicar o processo de construção de políticas públicas. O que aqui se apresenta, portanto, é uma síntese dos achados na montagem deste referencial, são eles:

1.1.2 Incrementalismo

A ideia do modelo concentra-se no fato de que as decisões no presente são realizadas a partir de pequenas mudanças *status quo*:

> Incrementalismo (...) envolve uma sequência contínua de pequenos ajustes. Seus praticantes não esperam alcançar soluções permanentes, mas apenas reagir continuamente a novas circunstâncias. A estrutura de políticas é um sistema incompleto que descreve apenas as conexões mais imediatas entre um punhado de

> variáveis. As políticas são feitas adaptando-se a mudanças exógenas, não reestruturando sistemas inteiros. (DIVER, 1980, p.400, tradução nossa)

Souza (2006) aponta que os defensores dessa teoria entendem que uma dada política pública não parte simplesmente do zero. Ora, se há um passado como ponto de partida, bastam decisões marginais ou incrementais, que não trazem choques sociais e políticos.

Há, na visão de Diver (1980), três características marcantes desse tipo de modelo. Primeiro, a formulação de políticas é fragmentada e rigidamente restrita em escopo, portanto os formuladores de políticas consideram apenas um pequeno número de alternativas, que diferem apenas ligeiramente um do outro e do que já existe. Para cada alternativa, além disso, os analistas consideram apenas uma gama limitada de consequências futuras. Nessa linha, são excluídas, rotineiramente, consequências remotas ou incertas, mesmo que possam ser significativas. Em segundo lugar, o processo é dinâmico e corretivo. A formulação de políticas torna-se uma série de pequenas ajustes e correções declaradas como temporárias. Erros são corrigidos e problemas são resolvidos. Finalmente, o incrementalismo é descentralizado, vez que a política é realizada por diversos atores em muitos níveis de governo e de fato na sociedade em geral.

Etzioni (1967) critica o modelo. O autor, diante do contexto da guerra fria, percebe a preocupação política em eventos que gerassem grandes mudanças no contexto social, na forma de escalada de uma crise, como a guerra. Neste contexto, os decisores políticas estariam sem a ferramenta de realizarem pequenas alterações incrementais frente a modificações disruptivas.

Portanto, o incrementalismo, apesar do valor explicativo dentro de uma máquina governamental, não explica todas as situações, como as vividas em momentos de crise, a exemplo de uma guerra ou grave crise fiscal.

1.1.3 Modelo Racional Compreensivo

Enquanto que há, no incrementalismo, uma certa convicção da limitação do conhecimento da realidade e do fato da rapidez e cautela na tomada de decisão, posto o conflito de interesse, no modelo racional compreensivo o pressuposto é de que exista uma forma de se realizar uma análise abrangente e detalhada de cada alternativa e suas possíveis consequências, de forma que, a decisão possa ter bases racionais e conhecidas em seu cerne. (RUA, 2009)

Ham e Hill (1985) adotam a postura de que no estado capitalista moderno as informações são suficientes e disponíveis para que o decisor consiga avaliar, diante de uma maximização de valores, quais são as alternativas a serem maximizadas.

Há um forte entendimento de se prever resultados em meras técnicas de análise quantitativa que desencadeavam em resultados ótimos. Seriam, dessa forma, soluções sociais, com pressupostos científicos e de característica apolítica (FISCHER, 2003).

Barcelos (2013) aponta que:

> A crença na razão e no conhecimento como vetores de decisões ótimas, ou próximas disso, era o que conduzia o empreendimento científico voltado a compreender o fenômeno das políticas públicas e dos processos de tomada de decisão (...) (p.148).

Nesta perspectiva, torna-se evidente a limitação do modelo, por inserir um entendimento "apolítico" de um processo que é substancialmente político. Também fica claro que nem todas as variáveis estão disponíveis para se processar em um algoritmo. São notórios os questionamentos de Barcelos (2013) acerca da limitação do método:

> Uma vez que os limites do modelo "racional compreensivo" foram se tornando cada vez mais claros, novos questionamentos passaram a emergir e desafiar tal abordagem. Haveria uma "racionalidade" manifesta e inerente aos processos de políticas públicas? Seriam os processos de políticas públicas passíveis de análise apenas através de técnicas quantitativas? Seria possível prever os resultados a que chegaria determinado processo de política pública? Como se desenrolavam as complexas disputas de poder entre uma diversidade de atores interessados em influenciar no desenho das políticas públicas? Qual o papel de fatores subjetivos como discursos, símbolos, crenças e valores nos processos que originam as políticas públicas? Para essas questões, as respostas oferecidas pelo paradigma anterior eram bastante limitadas. (p.148).

1.1.4 Modelo *Mixed-scanning*

Diante dos dois modelos apresentados (incremental e racional-compreensivo), Etzioni (1967) apresenta à *American Society for Public Administration* uma nova abordagem para políticas públicas. Em seu artigo, intitulado: *Mixed-Scanning: A "Third" Approach To Decision-Making*, o autor apresenta um conjugado entre os dois modelos.

Neste contexto, como os modelos incremental e racional não conseguiam explicar plenamente o processo de formulação de uma política pública, Etzioni (1967) esquadrinha uma abordagem que englobava ambos os modelos, de tal forma que existiam para o decisor dois tipos de decisões a serem tomadas: as fundamentais, que passariam por aspectos estratégicos e estruturantes, ou seja, gerando novas políticas públicas; e as incrementais, derivadas das decisões fundamentais e que não alterariam sobremaneira o *satus quo.* Portanto,

Etzioni (1967), apresenta com o *mixed-scanning* que o racionalismo e o incrementalismo não são dicotômicos, mas complementares:

> Assim, cada um dos dois elementos no modelo *mixed scanning* ajuda a reduzir os efeitos das deficiências particulares do outro; o incrementalismo reduz os aspectos irrealistas do racionalismo, limitando os detalhes necessários nas decisões fundamentais, e o racionalismo ajuda a superar a inclinação conservadora do incrementalismo, explorando alternativas de longo prazo. Juntos, os testes empíricos e o estudo comparativo diante dos tomadores de decisão mostram que esses elementos contribuem para uma terceira abordagem que é ao mesmo tempo mais realista e mais eficaz do que seu componente (ETZIONI, 1967, p.390, tradução nossa).

1.1.5 Modelo Lata de Lixo

O objetivo desse modelo é apresentar que o processo de formulação de políticas é um tanto anárquico, vez que os atores nem sempre dispõem de processos consistentes. Modelo pouco utilizado na pesquisa de políticas públicas no Brasil, este defende que muitos são os problemas, os quais há poucas soluções, sendo que problemas e soluções ficam misturados numa espécie de "lata de lixo" e são pinçados de forma aleatória na forma de arranjo de soluções em tentativa e erros (SOUZA, 2006)

Cohen *et al.* (1972) são os criadores do modelo e defendem as instituições como "anarquias organizadas". Sob forte impulso quantitativo, o estudo se baseou em um modelo computacional que apresentava possíveis tomadas de decisão, realizando os processos inversos aos usais. Por exemplo, não se partia dos problemas para se encontrar soluções, mas as soluções que se encaminhavam para os problemas.

1.1.6 Teoria do Equilíbrio Pontuado

A Teoria do Equilíbrio Pontuado busca explicar uma situação recorrente nas políticas públicas, qual seja o processo de estabilidade *versus* ruptura, pois dentro de um processo de estabilidade, que seria um grande objetivo a ser alcançado pela *policy*, ocorreriam questionamentos, desembocando em crises do sistema político. Porém o alvo de se equilibrar o sistema não deixaria de existir, e a busca deste equilíbrio seria todo o processo de reformulação de novas políticas (BARCELOS, 2013)

A teoria desenvolvida por Baumgartner e Jones (2010) possui dois elementos importantes no processo político: a definição dos temas, ou *issues*, e da agenda. O foco de análise, portanto, na maneira como os holofotes dos tomadores de decisão (*policymakers*) são

dirigidos a determinados temas e assuntos, em detrimento de outros que são excluídos ou menos priorizados.

Outra contribuição dessa teoria ao estudo das políticas públicas foi o conceito de "subsistema de política pública". Esse conceito está baseado na ideia de que os rumos dos processos de políticas públicas são definidos no interior de "comunidades" habitadas por atores dotados de algum nível de especialização do tema ou, pelo menos, algum conhecimento setorial. Esta sistemática é nomeada por Baumgartner e Jones (2010) como "comunidades de especialistas" – espaços políticos específicos, com presença de técnicos e entusiastas, dentro do sistema político, pelo assunto, em um subsistema de decisões.

1.1.7 Coalizões de Defesa

A teoria foi desenvolvida por Sabatier e Jenkins-Smith (1993) - *Advocacy Coalition Framework* - tenta explicar a forma de funcionamento de políticas públicas marcadas por conflitos intensos, dentro de uma variedade de atores políticos ou não que buscam influenciar no processo de construção destas políticas.

O termo original da teoria (*advocacy*) indica o papel que grupos têm na construção da política pública. De acordo com essa teoria, os atores se reúnem nestas coalizões de defesa para defender determinadas crenças e ideias dentro de um determinado tema ou política pública. Em síntese, explica Barcelos (2013):

> O Modelo das Coalizões de Defesa considera que os atores em determinada área ou determinado processo de política pública buscam aliados que compartilhem dos mesmos sistemas de crenças e valores sobre as políticas públicas. A partir daí, tendem a estruturar uma rede que atravessa as fronteiras tradicionais entre Estado e sociedade. A coalizão, entendida como uma rede de atores posicionados tanto na esfera estatal quanto na social, age de maneira coordenada ao longo do tempo, buscando influenciar nos processos que dão origem às políticas públicas. Desta maneira, o Modelo de Coalizões de Defesa, para fins de análise das políticas públicas, agrega os diversos atores que buscam influenciar as políticas em grupos ou coalizões que, a partir de crenças e ideias compartilhadas, buscam defender posições dentro dos subsistemas de políticas públicas através de ações coordenadas. Vejam que esse modelo busca abordar a importância dos valores e crenças dos indivíduos no processo de formulação e implementação das políticas públicas. São esses valores e crenças que conduzem os membros a se alinhar a uma ou outra posição em conflito na busca de influenciar a política pública na direção desejada. (BARCELOS, 2013, p.159)

1.1.8 Tipos de Políticas Públicas

Dentro do gênero *policy* algumas espécies podem ser classificadas, no intuito de se obter um melhor escopo do estudo. Neste diapasão, Secchi (2014) destrincha um rol de

tipologias, de acordo com a intenção teórica de cada estudo. Dentre as opções metodológicas, é importante apontar a tipificação proposta por Lowi (1972). O autor divide as políticas públicas em:

- Distributiva – alocam serviços a segmentos específicos da sociedade, mediante recursos que são provenientes da coletividade. Estão relacionadas com o exercício dos direitos sociais, podendo ter um aspecto perigoso, quando viciado nas intenções, de assistencialismo e clientelismo.
- Redistributivo – quando alocam bens e serviços a segmentos específicos da sociedade, mediante recursos que são extraídos de outros grupos, tidos também como específicos.
- Regulatório – estabelecem obrigatoriedades, interdições e condições sob as quais podem ou devem ser realizadas determinadas atividades ou comportamentos. Regulam assim o *modus operandi* dos temas de serviços prestados a coletividade, ou mesmo um agir com repercussão social.
- Estruturadora – constituem de normas e procedimentos que fixam o ditame de como devem ser formuladas e implementadas as demais políticas.

Já para Merigo e Andrade (2010), partindo de uma análise histórico-materialista, os tipos de políticas públicas podem ser destrinchadas, haja vista o escopo que se pretende alcançar, ou quanto aos impactos que se pretende causar, nas seguintes categorias: compensatórias, quando o objetivo é desfazer um débito histórico que se tenha com determinado grupo social; distributivas, que visam captar e distribuir benefícios individuais; redistributivas, com foco na desconcentração de privilégios a determinadas camadas sociais em favor dos menos favorecidos.

1.1.9 Dimensão temporal – os ciclos de uma política pública

Os ciclos das políticas públicas são apontados por diversos autores como fases intercorrentes de um processo que nasce nas *politics*, no momento das discussões e argumentação das ideias, passando pelo processo efetivo de execução, na qual a *polity* representa o papel estruturante do tornar concreta as propostas iniciais, tendo, por fim, estes dois atores a responsabilidade de avaliar e redefinir as ações inicialmente propostas (SECCHI, 2014; SOUZA, 2006; TREVISAN e VAN BELLEN, 2008; RUA, 2009)

Assim sendo, Trevisan e Van Bellen (2008) apontam o processo de políticas públicas como um ciclo composto por sete fases: Identificação do problema; Formação da agenda; Formulação de alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação; Extinção.

Secchi (2014) também caminha no mesmo sentido, no intuito de classificar os ciclos ora apresentados. Já Rua (2009) amplia um pouco este escopo, adicionando algumas fases. Eis como a autora dispõe as etapas: Formação de agenda, Definição do problema, Análise do problema, Formação de Alternativas, Tomada de Decisão/adoção da política, implementação, monitoramento.

Por fim, entrecruzando as duas tipologias com taxação dos atores para cada fase, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 2 – Ciclo das Políticas Públicas

Rua (2009); Souza (2006)	**Trevisan e Van Belen, (2008); Secchi (2014)**
Formação de agenda	Identificação do problema
Definição do problema	Formação da agenda
Análise do problema	Formulação de alternativas
Formação de Alternativas	Tomada de decisão
Tomada de Decisão/adoção da política	Implementação
implementação	Avaliação
monitoramento	Extinção
avaliação	
ajuste	

Fonte: elaboração própria

1.1.10 A fase de implementação

No ciclo da política pública, a fase da implementação, momento em que as intenções saem do papel e tornam-se intervenções na realidade, é tida como a mais complexa, uma vez que as diretrizes e orientações são determinantes para o nível de qualidade dos resultados e eficácia dos efeitos esperados (RUA, 2009).

Secchi (2014) considera a importância de se estudar essa fase para "visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de política pública (saúde, educação, habitação, saneamento, políticas de gestão, etc.)" (SECCHI, 2014, p. 45). Outrossim, menciona que "também significa visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de

detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismos exagerados" (SECCHI, 2014, p. 45).

Sabatier (1986), por outro lado, menciona dois modelos básicos da forma de se implementar as políticas públicas, tendo como primeiro modelo o *top-down*; caracterizado pela distinção clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, em fases consecutivas. Esse modelo é baseado na separação entre "Política" e "Administração", no qual os tomadores de decisão (políticos) são separados dos implementadores. Há também o modelo *bottom-up*, caracterizado pela maior liberdade de burocratas e redes de atores em auto organizar e modelar a implementação de políticas públicas. A ator político, neste modelo, acaba por se sensibilizar pela forma como as instituições operam a implementação de uma política, sendo este molde utilizado como estrutura na consecução do processo político.

Diante desse referencial acerca das políticas públicas, pretende-se analisar os normativos acerca das pós-graduação profissional *stricto sensu*, tendo como ponto central, os processos de formação e implementação das políticas.

1.2 A qualificação e o trabalho – Competências e TD&E

Observa-se, no século XX, conforme análise de Bastos (2006), uma forte mudança do trabalho no ambiente produtivo, visto que há uma migração de um modelo taylorista-fordista, linear, estruturado e com intensa divisão do trabalho para um modelo flexível e racionalizado. As mudanças tecnológicas e a emergência do setor de serviços fazem com que surjam novos perfis de atividades com competências menos tangíveis. Nestes termos, o papel das estruturas do Estado dentro do capitalismo também sofre mudanças:

> Redefine-se o papel do estado, [...] afastando-o do papel de principal agente econômico. [...] Em muitos países, a redefinição do papel do Estado envolve a desregulamentação da atividade econômica, a privatização de empresas públicas e, muitas vezes, o envolvimento do setor privado na prestação de serviços sociais, missão do aparelho estatal. (BASTOS, 2006, p. 25)

Seguindo o raciocínio da mudança de um modelo rígido para um sistema flexível no trabalho, já apresentada e proposta por Bastos (2006), observa-se que o conceito de competência também acompanha tal mudança:

> A qualificação vinculada ao conjunto de habilidades que permitia o desempenho da tarefa ligada ao posto de trabalho foi substituída pela noção de "competências" na qual se exige menos de habilidades ou saberes diretamente ligados ao posto de trabalho e mais de aspectos comportamentais da subjetividade humana. (ARAÚJO, 2013, p. 43)

Segundo Fleury e Fleury (2000), no início da década de 90, a gestão de pessoas passa a ter foco na seleção e desenvolvimento de competências humanas voltadas às principais competências organizacionais, no que tange ao atendimento de sua missão.

Na década supracitada, alguns teóricos buscam definir a competência e sua relação entre organização e indivíduo. Na abordagem da escola americana, baseados nos estudos McLagan (1996) e Mirabile (1997) enfocam-se em características e traços que torna o desempenho de um indivíduo superior.

> Nesta perspectiva, o conceito de competência é pensado como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas [...] nesta linha, a gestão por competência é apenas um rótulo mais moderno para administrar uma realidade organizacional ainda fundada nos princípios do taylorismo-fordismo (FLEURY e FLEURY, 2001, p. 185)

Em busca de uma definição para competência, passa-se o olhar da teoria para a escola francesa, em especial, na década ora analisada, na qual Zarifian (1999) aponta mudanças no mundo trabalho para ascensão do conceito de competência como uma teia mais complexa. São introduzidas nesta corrente teórica os conceitos de “imprevistos”, algo que ocorre de anormal fora do sistema normal do trabalho; “comunicação”, saber compreender e ser compreendido e a utilização desta na solução de problemas e disseminação de objetivos organizacionais; e “serviço”, que compreende em visualizar a tarefa como um atendimento a um cliente interno ou externo e percepção a suas expectativas.

Desta maneira, “o trabalho não é mais o conjunto de tarefas associadas descritivamente ao cargo, mas se torna o prolongamento direto da competência que o indivíduo mobiliza em face de uma situação profissional cada vez mais mutável e complexa” (FLEURY e FLEURY, 2001, p.186). Com este enfoque, busca-se formular um conceito abrangente sobre competência, definido por: “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo” (FLEURY e FLEURY, 2001, p.188)

1.2.1 Treinamento, Desenvolvimento & Educação (TD&E)

A implementação das competências passa por um processo de capacitação, na qual o TD&E são os basilares desta dinâmica. Neste enfoque, deve-se levar sempre em conta a relação do indivíduo com as suas perspectivas pessoais e profissionais. Assim, para Araújo

(2013), a qualificação do e para o trabalho nasce a partir dos desenhos organizacionais, sem tirar os olhos do indivíduo e suas peculiaridades.

Passando aos conceitos de TD&E, o treinamento (T) é entendido como:

> a noção de que ele representa um esforço despendido pelas organizações para propiciar oportunidades de aprendizagem aos seus integrantes. Ele está tradicionalmente relacionado à identificação e superação de deficiências no desempenho de empregados, preparação de empregados para novas funções e adaptação da mão de obra à introdução de novas tecnologias no trabalho. (BORGES-ANDRADE, 2002, p.32)

Em outro ponto, para Meneses e Abbad (1999) o treinamento (T) é uma forma de melhoria direta no trabalho em tarefas atuais, realizadas de maneira constante e planejada.

No conceito de desenvolvimento (D), há um entendimento clássico na literatura, conforme aponta Borges-Andrade (2002), como algo mais abrangente e voltado para o crescimento no trabalho. Bastos (2006) caminha no mesmo sentido e aponta as ações de desenvolvimento como possibilidade organizacional dentro da nova construção da estrutura produtiva. Portanto, “o conceito indica ações (...) que estimulam o crescimento pessoal de seus membros não se propondo, necessariamente, a melhoria de desempenhos atuais ou futuro.” (ARAÚJO, 2013, p.29).

Já na linha da educação (E), esta análise se volta ao estudo voltado para o ambiente de trabalho, mesmo entendendo que há perspectivas muito mais amplas acerca disto. Todavia, não se deseja realizar um reducionismo, mesmo porque, segundo Paro (2010), a educação deve ser encarada na totalidade do indivíduo e toda forma de atuação e (re)modificação do mesmo.

Ante o contexto, insta Vargas e Abbad (2006) que a educação tem como escopo o preparo do indivíduo para uma função diferente e mais complexa, identificado em um futuro próximo. São características das ações de educação programas de capacitação de média e longa duração, como o caso dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* profissional, tal qual é objeto desta pesquisa.

Faz-se, entretanto, importante observar que a análise de TD&E não deve ser visto como ações estanques uma das outras, dessa forma, por exemplo, ações educacionais podem possuir impactos em desenvolvimento e treinamento.

1.2.2 Aprendizagem em TD&E

Conforme aponta Abbad (1999), não existe ao certo um consenso acerca de uma definição de aprendizagem. Tal constatação representa um desafio à pesquisa, vez que ressalta certa dificuldade em se apontar um paradigma convergente sobre o tema.

Dada a complexidade do assunto, o objetivo desse referencial é apontar definições que envolvam os conceitos de TD&E e experiências de aprendizagem. Dessa forma, resta apresentar as definições que tangenciam o assunto aqui tratado, porquanto a aprendizagem no contexto de uma capacitação profissional, de e para o mundo do trabalho.

Afirmam Abbad e Mourão (2012) que o processo de aprendizagem se realiza a partir de uma experiência no sujeito e se reverbera em efeitos coletivos, no prisma de grupos, equipes ou organização. No campo do trabalho, o processo não se deve restringir a uma simples aquisição e retenção de conhecimentos, descolada da realidade laboral. É necessário, pois que haja um desdobramento para a aplicação dos conhecimentos apreendidos, seja direta ou indireta. Nesse sentido, Abbad *et al.* (2006) entendem que essa aplicação ocorre por externalização dos conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA's) adquiridas, indicando que houve mudança a partir do programa de capacitação.

Por outro lado, a aprendizagem profissional nem sempre é capaz, *per si*, de dar resposta completas ao trabalho, quando não entreleçadas com mudanças de atitudes e desempenho condizente com o conhecimento apreendido, fenômenos por vezes externos ao escopo da internalização do conhecimento. Portando, necessária será a aprendizagem, todavia, não essencial e estanque (MENESES e ABBAD, 2003). Nesse prisma, ambientes para além do conhecimento formal possuem papel fundamental na determinação desta mudança.

A exemplo disso, um ambiente de trabalho poderia prejudicar a aplicação das habilidades adquiridas, quando uma instituição em que o egresso desempenharia suas funções não dessem o suporte correto na aplicação do conhecimento, vez que se encontra "uma estrutura hierárquica rígida, um processo de tomada de decisão vertical descendente, falta de integração entre unidades de trabalho e um ambiente pouco propício ao pensamento divergente e à inovação" (ABBAD e BORGES-ANDRADE, 2004, p. 264).

As pesquisas aqui apresentadas identificam dois tipos de aprendizagem no e para o mundo trabalho: a natural, ou informal e a induzida, ou formal:

- Natural ou informal: aquela que é adquirida de forma menos sistematizada e ocorre ao se observar rotinas de trabalho, no contato com especialistas sobre o assunto, no próprio contato social, no lidar com materiais de apoio e no próprio exercício da atividade.

- Induzida ou formal: caracteriza-se por uma estruturação de maneira sistemática para o aperfeiçoamento dos processos de aquisição, manutenção e generalização dos CHA's. Na

aprendizagem induzida, as ações de TD&E necessitam ter como o escopo o trabalho, ainda que de forma indireta, porém que transborde a meros objetivos específicos de trabalho, como um método de ampliação das bases da educação geral. A importância para que isso ocorra tem fundamento nos objetivos e necessidades individuais trazidas pelos sujeitos, de forma a tentar aproximar a subjetividade e pensamento crítico à objetividade do trabalho, em um esforço de convergência

Vargas e Abbad (2006) apresentam as ações de indução de aprendizagem utilizadas nos processos de capacitação profissional, tendo como destaque para a pesquisa os processos de Desenvolvimento e Educação. Assim, retomando os conceitos apresentados, tem-se por Desenvolvimento:

> Conjunto de experiências e oportunidades de aprendizagem (...) que apoiam o crescimento pessoal (...) sem, contudo, utilizar estratégias para direcioná-lo a um caminho profissional específico. Geram situações similares aos demais tipos de ações educacionais, porém, neste caso, constituem-se apenas em ferramentas de apoio e estímulo a programas de autodesenvolvimento (...) (VARGAS e ABBAD, 2006, p.144).

Já Educação, entende-se como:

> Programas ou conjuntos de eventos educacionais de média e longa duração que visam à formação e qualificação profissional contínuas. Incluem cursos técnicos profissionalizantes, graduação, cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado). (VARGAS e ABBAD, 2006, p.145)

Vargas e Abbad (2006) ainda apontam que dentre os cursos de pós-graduação, apenas em nível *lato sensu* (especialização), os conteúdos são estruturados conjuntamente e de forma direta ao que se apresenta no mundo do trabalho. Entretanto, em estudos mais recentes, como em Verschoore (2019), observa-se a mesma possibilidade e tentativa nos mestrados e doutorados profissionais:

> A modalidade tem o propósito de qualificar, em alto nível, profissionais atuantes no mercado de trabalho, tornando-os capazes de solucionar problemas complexos, inovar e transformar organizações. Esse propósito concretiza-se nas atividades de ensino. Elas se constituem no lócus apropriado para aproximar teoria e prática. (VERSCHOORE, 2019, p. 61)

Dentro da dinâmica apresentada, sugerem Pilati e Abbad (2005) uma espécie de cadeia de eventos interdependentes e hierárquicos que descreveria o processo de mudança de estados comportamentais em decorrência da aprendizagem, quais sejam - aquisição, retenção, generalização, transferência de aprendizagem e impacto no trabalho. Tais tópicos indicam, em regra, uma hierarquização de valores de aprendizagem.

Nesse sentido, a aquisição é encarada como o primeiro degrau, o qual é fundamental para a ocorrência dos outros processos e é encarado como o de obtenção do conhecimento, habilidades e atitudes (CHA's). A retenção, assim, encaixa-se no processo seguinte na perspectiva de reter os CHA's na memória de curto prazo, além da transferência para a memória de longo prazo. A generalização, em TD&E, é entendida como a aplicação dos conhecimentos no trabalho, qual seja a transformação dos conhecimentos em habilidades. Este é o aspecto mais sensível devido a disparidade muitas vezes existentes entre o ensino e o trabalho. No que tange à transferência de aprendizagem, é definida como a capacidade de transferir os CHA's adquiridos para o local de trabalho (PILATI e ABBAD, 2005). Para Freitas *et al.* (2015), A transferência de aprendizagem diz respeito à alteração na maneira de se exercer um ofício a partir daquilo que se aprendeu em eventos de TD&E.

Existe ainda, uma preocupação acerca da inadequação da educação profissional com o trabalho (ABBAD *et al*. 2006). No que diz respeito aos mestrados e doutorados profissionais, tal preocupação também é recorrente. (VERSCHOORE, 2019). Dessa forma, este também será uma preocupação dessa pesquisa.

2 PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* ACADÊMICO E PROFISIONAL: HISTÓRICO, TRAJETÓRIA E AVALIAÇÃO

Tratar do histórico da pós-graduação *srticto sensu* no Brasil é remeter-se, de início, as origens do ensino superior em terra pátria. Neste escopo, afirma Cunha (2000, p. 152) que "(...) o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas, na Bahia, em 1550". Todavia, o mesmo autor aponta que, muito pouco restou do formato aplicado pelos Jesuítas. Para Almeida e Borges (2007), até o momento da retirada dos jesuítas do Brasil pelos portugueses em 1759, a dinâmica do ensino superior no Brasil restou baseada nas experiências jesuíticas, cujos ensinamentos havia como escopo a preparação de um corpo humanístico afeto à máquina burocrática e ao bacharelado, na consecução do domínio português no Brasil.

Apesar da enorme influência dos Jesuítas no marco temporal apresentado, a expulsão desses de território brasileiro, na tentativa de fortalecimento da coroa portuguesa nestas terras fez com que a pedra fundamental para o ensino superior fosse a chegada da família real de Portugal em solo brasileiro em 1808. Tal acontecimento permitiu a criação de multifárias instituições, dentre as quais aquelas que ofereciam cursos de ensino superior, como a Academia Real dos Guardas-Marinha, atualmente, Escola Naval, que confere aos seus alunos título de Bacharel em Ciências Navais; o curso de Cirurgia na Bahia e o curso de Anatomia no Rio de Janeiro, os quais se tornariam em cursos de medicina no país (FÁVERO, 1999).

Além disso, criou-se:

> (...) o Jardim Botânico e a Biblioteca Nacional, para que a corte portuguesa desfrutasse de algumas das instituições acadêmico-científicas deixadas no além-mar, o Príncipe Regente D. João cria, em 04 de dezembro de 1810, a Academia Real Militar, a partir das instalações da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho.(Almeida e Borges, 2007, p.325)

Para Cunha (2000), não houve, no entanto, criação de universidades, principalmente as do formato o qual hoje se conhece. Para o autor, em 1827, no Brasil já independente, D. Pedro I adicionou ao cenário já existente os Cursos Jurídicos em Olinda e São Paulo, em complemento ao tripé dos cursos profissionais superiores no país, a saber: Medicina, Engenharia e Direito. Posteriormente, ainda surdiram escolas de Odontologia, de Arquitetura, de Economia, de Serviço Social, de Jornalismo, de Filosofia, de Ciências e de Letras.

A novel estrutura permeou o histórico do ensino superior do Brasil até o aparecimento das universidades no século XX. Como marco do termo "universidade", tem-se a primeira com tal nome no país, de forma explícita, em Manaus, no início do século XX, em meio ao

próspero, mas curto ciclo de exploração da borracha, resultado de mobilização de grupos privados. Assim a Universidade de Manaus ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. O fim do ciclo da borracha ocasionou na permanência apenas a Faculdade de Direito, em 1926 (SCHWARTZMAN, 2001).

Doutra banda, a primazia de instituição duradoura com *status* de universidade no contexto do ensino superior no Brasil deu-se com a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, advinda de autorização legal exarada pelo presidente da República por intermédio do Congresso Nacional (CUNHA, 2000).

A universidade do Rio de Janeiro, conforme aponta Cunha (2000), surge da fusão das faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, como forma de controle estatal ao crescimento universitário. Tem-se, assim, como exemplo similar, a criação, em 1927 da Universidade de Minas Gerais.

Há, ainda, a marcante promulgação de dois Decretos: 5.616/1928 (BRASIL, 1928) e 19.851/1931 (BRASIL, 1931). Este último ficou conhecido por Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual desponta, de forma primária, linhas breves no tratante à pós-graduação:

> art. 76 Os cursos de pós-graduação, destinados aos diplomados, terão por fim especial a formação sistemática de especialização profissional, de acordo com o que for estabelecido pelo regimento
> art. 77 Os cursos de doutorado serão criados pelas escolas e faculdades e definidos nos respectivos regimentos, segundo as conveniências específicas (BRASIL, 1931).

Já em 1948, foi fundada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fruto do expressivo soerguimento da atividade científica em terras pátrias. Neste contexto, tal órgão exerceu profícua tarefa no ordenamento dos interesses do campo científico (MARTINS, 2003). Durante as décadas de 1950 e 1960, a SBPC pautara recorrentemente discussões diversas acerca da imperativa necessidade de se realizarem modificações no ensino superior, fazendo dessa entidade um importante ator na articulação pela reforma universitária. (KUENZER e MORAES, 2005).

Neste contexto, outras duas importantes entidades para a pós-graduação brasileira são criadas, a saber: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas no início da década de 1950. O CNPq surge em meio a um interesse entre militares, setor por natureza demandante da ciência, técnicos do governo e comunidade científica nacional. O interesse inicial baseava-se em apoiar a pesquisa em energia nuclear, além da promoção da capacitação científico-tecnológica (MARTINS, 2003). Já a CAPES tem por gênese a formação de uma

comissão que promoveria Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que havia como presidente o ministro da Educação (BRASIL, 1951). Tratou-se, portanto, de uma política pública de âmbito nacional. Sua criação significou a iniciativa do Estado brasileiro de montar uma estrutura estatal que se desvelasse em políticas para o cumprimento de um projeto de industrialização mais intensiva do país, de forma a garantir a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes, para o atendimento de demandas das iniciativas públicas e privadas que tinham como escopo o desenvolvimento econômico e social do país naquele momento. (SCHWARTZMAN, 2001).

Ademais, a CAPES possuiu importante papel na oferta de bolsas e no envio de estudantes para cursar pós-graduação no exterior de maneira que ao final da década de 1950, muitos desses, após a conclusão dos respectivos cursos, em seus retornos ao país, assumiram, de certa forma, um papel de liderança intelectual e científica nas universidades, tendo uma participação efetiva na criação dos primeiros cursos de mestrado e doutorado brasileiros (MARTINS, 2003).

De maneira geral, os cursos foram influenciados pelos moldes de pós-graduação estadunidense. Todavia, até meados da década de 1960, ainda poucas universidades brasileiras ofertavam tal tipo de formação (KUENZER e MORAES, 2005). Prova disso é que o Art. 69 da então Lei de Diretrizes e Bases vigente mencionava que a pós-graduação destinar-se-ia a formar pesquisadores e docentes para os cursos universitários, o que os diferenciaria de cursos de mera especialização. Essa sistemática funcionaria em dois ciclos sucessivamente, tal qual o *masters* e *doctor* da estrutura norte-americana (BRASIL, 1961).

Apesar do incentivo público na estruturação da pós-graduação no país, com as iniciativas tais quais apresentadas, a efetiva concretização de tal aspiração inicia seu contorno mais concreto, a partir de 1965, haja vista a redação do Parecer n° 977/1965 (Parecer Sucupira[3]) expedido pelo Conselho Federal de Educação (ALMEIDA JUNIOR *et al*., 2005), vez que apresentava, em forma de política pública, uma real definição do que seria um curso de pós-graduação (HOSTINS, 2006). Em suma:

> A pós-graduação sensu stricto é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional (...) . Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação sensu stricto: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico. (ALMEIDA JUNIOR *et al*., 2005, p. 4).

[3] O parecer recebe este nome devido ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento é um marco na pós-graduação brasileira, pois conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira no modelo atual.

Avança-se, neste ponto, ao período dos governos militares no Brasil, este foi a representação de uma fase de intensivo investimento estatal à pós-graduação, eis que se tinha como propósito a ambição de construção de um estado nacional forte, portanto a pesquisa era necessária para os grandes projetos nacionais, a saber: hidrelétricas, usinas nucleares, projetos de infraestrutura de transporte, telecomunicações, pesquisa espacial, além da área bélica (KUENZER e MORAES, 2005).

Outrossim, para que se alcançassem tais objetivos, era fundamental o investimento em formação de alto nível em pesquisa, o que justificou a grande atenção dada à pós-graduação, todavia tal atenção restringiu-se apenas às ciências exatas (KUENZER e MORAES, 2005).

Neste sentindo, iniciou-se um maior planejamento de pós-graduação como política pública por meio de planos, assim surgiu o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG). Quanto ao I PNPG (BRASIL, 1975), Hostins (2006) o analisa da seguinte forma:

> (...) o I PNPG (1975-1979), articulado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento, tinha como diretrizes: institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável; elevar os padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos; planejar a sua expansão tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões (...). Entre os principais destaques dessa política situam-se: capacitação dos docentes das universidades; integração da pós-graduação ao sistema universitário; valorização das ciências básicas e a necessidade de se evitar disparidades regional (HOSTINS, 2006, p. 137)

Segue-se o II Plano Nacional de Pós-Graduação – II PNPG (1982-1985), que focou na expansão em capacitar o docente, na linha da melhoria da qualidade, na avaliação dos programas, em uma maior participação da comunidade científica para o desenvolvimento da pesquisa (BRASIL, 1982). Segundo Hostins (2006), em tal período houve a melhoria e consolidação do sistema de avaliação, com incorporação da comunidade acadêmica na avaliação.

O III Plano Nacional de Pós-graduação – III PNPG (1986-1989), em sua linha, vislumbrou o desenvolvimento da pesquisa concentrada na universidade, com sua integração ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (BRASIL, 1986). Este plano, na visão de Hostins (2006), tinha como escopo a conquista da independência econômica, científica e tecnológica do Brasil, o que demandava incentivo à formação em nível de pós-graduação.

Houve, a partir do III PNPG (BRASIL, 1986), um lapso temporal na montagem dos planos, entretanto, Kipnis e Carvalho (2008) destacam que, em que pese uma não concretização de um plano oficial, as suas diretrizes foram adotadas pela CAPES, tal qual a

ênfase na expansão do sistema já adotado e apresentação de propostas de mudanças no processo de avaliação.

Já o período dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) a pós-graduação, enquanto política pública, focou seus esforços no destaque do papel econômico da educação, seguida da tentativa da diminuição do investimento público e a propositura de parcerias entre setor privado e a pesquisa pública universitária. Acompanhou esta estratégia, uma ampliação da autonomia de gestão das universidades, na criação de cursos e oferta de vagas. Cabe, por fim, destacar a revisão na Lei de Diretrizes e Base da Educação (CUNHA, 2003).

O V PNPG (2005-2010) delineia a necessidade de investimento nos mestrados profissionais para a sua consolidação, além disso buscou meios de fortalecer a base científico-tecnológica e de inovação. Por fim, no caminho dos programas profissionais, buscou-se lançar olhar sobre a formação de quadros para o mercado de trabalho. Neste sentido, Kipnis e Carvalho (2008) instam que o V PNPG reafirma o sucesso da pós-graduação brasileira, por ser uma política pública bem sucedida no sistema educacional pátrio. Ainda os autores atribuem tal êxito em vista do apoio recebido do setor público, aliada à comunidade acadêmica, somada à inserção internacional (aspecto importante abordado no V PNPG) e as contínuas avaliações e planejamentos de toda sistemática. (BRASIL, 2005)

Todo o percurso até o momento apresentado, desemboca no VI Plano Nacional de Pós Graduação - VI PNPG (2011-2020), com este último plano objetivou-se a integração academia, setor empresarial e sociedade, de forma que tentou-se focar na efetividade das pesquisas, ou seja, em seu impacto social. Neste contexto, houve a proposta de se elencar uma agenda de pesquisa ao redor de temas mais latentes à sociedade, a superação das assimetrias e o foco nos programas profissionais, no intuito de formar capital intelectual para empresas e projetos nacionais (BRASIL, 2010)

Há ainda a tentativa de realizar formação docente para o ensino, desde a educação básica, exemplo disso são os surgimentos dos PROFI, mestrados profissionais para docentes do ensino fundamental e médio. Malgrado haver um reconhecimento de que a pesquisa é a essência da pós-graduação, há no VI PNPG uma forte atenção para com a formação de professores para o ensino médio e básico. Esta missão, até então não presente em outros planos, mostra uma nova política pública a ser abarcada pela CAPES, por intermédio da pós-graduação assumir a responsabilidade de apresentar soluções para os problemas da educação básica no país (BRASIL, 2010)

2.1 A pós-graduação *stricto sensu* profissional

Enquanto política pública, os programas profissionais contextualizam-se, historicamente, com o parecer Sucupira (ALMEIDA JUNIOR *et al*, 2005), datado de 1965, o qual determinou as bases do sistema de pós-graduação brasileiro. Neste parecer, é notória a necessidade de criação de mestrados e doutorados profissionais, porém o que se observa é que tal realidade é implementada somente com a aprovação da portaria nº 47 em 17 de outubro de 1995 (BRASIL, 1995), instituidora dos Mestrados Profissionais. Em período posterior, a Portaria n° 389, de 23 de março de 2017 (BRASIL, 2017b), institui no Brasil, no âmbito da pós-Graduação *stricto sensu*, o Doutorado Profissional (DP). Dessa feita, abre-se, enfim, caminho para se concretizarem as orientações do Parecer Ministerial nº 977/65, de 03 de dezembro de1965 (Parecer Sucupira).

Neste prisma, para se lançar um olhar mais profundo nos normativos que conduziram o fio da pós-graduação profissional, distingue-se o ano de 1995 como importante marco em toda a sistemática de institucionalização desta modalidade, a começar pelo registro em informativo da CAPES sobre "[...] o surgimento de novas demandas de formação de profissionais de alto nível que não irão, necessariamente, atuar na vida acadêmica". (NEVES, 2005, p. 16). Há ainda o documento intitulado como: "Mestrado no Brasil: a situação e uma nova perspectiva". (RBPG, 2005), ambos redigidos no ano de 1995. Ainda nesse ano, conforme fora exposto, a instituição do mestrado profissional dar-se por intermédio da Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995, da CAPES (BRASIL, 1995), além disso, essa portaria determina ainda a implantação de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado destinados a uma formação profissional.

Já a posteriori, a Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998 revoga a citada anteriormente e irá dispor sobre a forma de reconhecimento e avaliação dos "mestrados profissionalizantes"[4] (BRASIL, 1998).

Nos meados de 2001, a CAPES lança um documento intitulado: "a necessidade de desenvolvimento da pós-graduação profissional e o ajustamento do sistema de avaliação às características desse segmento". No presente documento, era sinalizado o seguinte: "a pós-graduação brasileira deve abranger duas vertentes de formação igualmente importantes para o desenvolvimento do País" (INFOCAPES, 2002, p. 52), são elas, a saber: acadêmica e profissional.

[4] O texto da portaria n°70/98 da CAPES assim denominava o que hoje se conhece como mestrado profissional. O termo "profissionalizante", diz muito a respeito de uma preocupação de formação para o mercado de trabalho.

Apesar da recomendação da CAPES, Hostins (2006) aduz acerca de barreiras que necessitavam ser transpostas, no sentido de como a CAPES procedia na avaliação das propostas de cursos profissionais e na postura reativa de parte da academia à uma modalidade profissional dentro do sistema de pós-graduação s*tricto sensu*. Observa-se que o estímulo da CAPES para o mestrado profissional não se refletia de maneira prática em avanço nessa modalidade. Apresentam-se como raízes deste sintoma, a resistência de algumas áreas de conhecimento em oferecer novos cursos dentro da nova proposta e dificuldades endógenas à CAPES em conseguir diferenciar mestrados acadêmicos dos profissionais (BARROS; VALENTIM e MELO, 2005). Há, portanto, uma intensa tentativa de estabelecer diferenças entre os cursos acadêmicos e os profissionais, que não obtiveram muito êxito (RIBEIRO, 2005).

Ainda neste debate da diferenciação das modalidades de pós-graduação *stricto sensu*, eis que o mestrado profissional possui similaridades à vertente acadêmica, a diferenciação, contudo, não possui consenso entre os autores pesquisados: uns defendem que a diferenciação ocorre no produto final (FISCHER, 2005), sendo que outros apontam o fato de além de se formar para docência e pesquisa, há a formação de profissionais capazes de se utilizar das pesquisas e do método científico para agregar valor ao trabalho desenvolvido (RIBEIRO, 2005).

Nesta linha, um programa de pós-graduação profissional, para Quelhas, Faria Filho e França (2005), deve buscar formar um profissional capaz de desenvolver pesquisas, de enfrentar um problema visualizado a partir de sua identidade profissional, ou até mesmo de demandas do mundo do trabalho, de utilizar direcionadamente o conhecimento apreendido para produzir inovações às soluções já existentes.

Apesar disso, Giuliani (2010) aduz que é uma evidência observar que os programas profissionais ainda são alvo de discussões da comunidade acadêmica na tentativa de afirmar quais são, na ordem concreta dos fatos, as particularidades a nível didático e pedagógico, sob o prisma de se levar em conta suas especificidades e a necessidade de uma diferenciação clara dos mestrados acadêmicos.

Ante o contexto, traz-se, novamente, à baila a evolução normativa da pós-graduação profissional. Neste aspecto, outro marco relevante é a Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009, na qual atribui ao detentor do título de Mestrado Profissional as mesmas prerrogativas daqueles que são portadores dos diplomas de Mestrado Acadêmico (BRASIL, 2009a). Dá-se, por conseguinte, encerrado qualquer questionamento acerca de diferenciações entre acadêmico e profissional no que tange a um possuir *status* superior ao outro em matéria

normativa. Ainda no mesmo ano, a Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009 revoga a anteriormente citada que regulamenta, dentro do sistema CAPES, questões acerca das formas de avaliação dos programas de mestrado profissional, por meio de chamadas públicas (BRASIL, 2009b).

Por outro lado, apesar dos avanços apresentados, o Mestrado Profissional ainda é alvo de muitos debates e controvérsias, há os que reconhecem sua importância no contexto da pós-graduação brasileira, porém há aqueles que não acreditam que esse é o caminho para a formação profissional. Frente a este debate, é necessário pensar alternativas para a valorização dos mestrados profissionais, bem como desenvolver ferramentas próprias dessa vertente do conhecimento, a fim de diferencia-la da vertente acadêmica, todavia sem depreciar uma ou outra linha. Algumas medidas de promoção ao desenvolvimento e à estabilização do Mestrado Profissional podem ser: implementação de mecanismos próprios de avaliação; valorização da vida profissional; melhor delimitação das atividades criativas; calendário e horários desenhados pensando no público a ser atingido; e o uso da tecnologia para promoção de modelos semipresenciais (CALDERÓN *et al., 2019*).

Ante o exposto, pode-se afirmar que o Mestrado Profissional configura-se como pós-graduação *stricto sensu* e como tal deverá cumprir os requisitos típicos dessa modalidade, e apesar de ter o escopo voltado ao mundo do trabalho, portanto, com ênfase da aplicação dos conteúdos em ambiente profissional, as atividades de pesquisa deverão estar presentes, tanto nas disciplinas quanto nos produtos de final de curso; e, em relação a esses, partirão da premissa de serem pesquisas desenvolvidas nesses cursos, tendo, todavia, a realidade empírica como ponto de partida e de chegada, com propostas de soluções e alternativas (HETKOWSKI, 2016).

Retomando a análise dos normativos acerca dos programas profissionais, o ano de 2017 é cerne para esses, vez que em março de 2017, a Portaria nº 389 do Ministério da Educação revoga a Portaria nº 17/2009 e estabelece novo marco para a pós-graduação *stricto sensu* profissional, qual seja: a autorização para abertura de Doutorados Profissionais (BRASIL, 2017b). Já em junho do mesmo ano, a Portaria nº 131 da CAPES revoga a Portaria nº 80/1998, e estabelece os procedimentos para a oferta, a avaliação e o acompanhamento dos mesmos programas (BRASIL, 2017a).

Por fim, em 2019, a CAPES publica a portaria n° 60, de 20 de março do mesmo ano, esta revoga a portaria n° 131/2017. Observa-se que o intuito é oferecer parâmetros específicos para submissão de proposta de curso novo, composição do corpo docente e acerca dos trabalhos de conclusão de curso (BRASIL, 2019). Utilizar-se-á esta última portaria, na

presente pesquisa, para delinear conceitos acerca dos programas profissionais. Assim sendo, a referida portaria dispõe que os cursos de mestrado e doutorado possuem os seguintes objetivos:

> I - capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;
> II - transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;
> III - contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;
> IV - atentar aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados;
> V - formar doutor com perfil caracterizado pela autonomia, pela capacidade de geração e transferência de tecnologias e conhecimentos inovadores para soluções inéditas de problemas de alta complexidade em seu campo de atuação. (BRASIL, 2019, art. 2°)

Apesar de já consolido em termos normativos, há ainda a figura de novidade os Mestrados e doutorados profissionais (MP/DP) dentro da academia, prova disso é que até o momento "não há ainda um padrão que estabeleça como são os processos admissionais, os exames qualificatórios, as produções técnicas e tecnológicas, ou mesmo o produto final dos MPs e DPs" (VERSCHOORE, 2019, p.57). Portanto, a articulação da formação e da atuação de mestres e doutores com escopo a uma profissionalização tem sido um debate contemporâneo no ambiente dos cursos de pós- graduação *stricto sensu* no Brasil. Nesse sentido, para Batista *et al.* (2018) o conflito para delinear, implementar e consolidar os mestrados e Doutorados profissionais (MP/DP) incluem o *modus operandi* de como a pós-graduação, de forma ampla, tem sido pensada

Trata-se, dessa maneira, de um discurso em que a dimensão acadêmica dista do mundo do trabalho, das práticas profissionais e da produção técnica, e a necessidade de se entregar algo à sociedade, ao contexto do trabalho, enfim, ao indivíduo enquanto relação com outro e com o mundo, urge como possibilidade concreta ao se falar de MP/DP. (BATISTA *et al.*, 2018)

Somados os fatores já expostos, observa-se, por fim, que a pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional ainda encontra desafios de construção de identidade do seu real papel dentro do ambiente de pesquisa, os quais não estão plenamente sedimentados no círculo acadêmico (CALDERÓN *et al., 2019).*

2.2 A avaliação da pós-graduação *stricto sensu*

O início da avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* iniciou em 1976. Tal avaliação era limitada à utilidade da própria CAPES, como uma forma de distribuir, atribuindo valores de mérito, as bolsas aos programas de pós-graduação. Passada esta fase, em 1980, há a implementação de um sistema nacional de pós-graduação, por meio de uma escala única de classificação em 5 níveis diferentes. (VERHINE e DANTAS, 2009).

Apesar de avanços iniciais, foi apenas ao final da década de 1990 que houve um debate mais aprofundado na academia, haja vista o novo sistema implantando pela CAPES, a partir de 1996, no qual mudou-se o foco em formar professores para se concentrar na formação de pesquisadores (ALVES, 2008).

Fávero (1999) aponta que a mudança na avaliação, conforme exposto, trouxe modificações na forma de se conceber e de se direcionar a avaliação, afinal era necessário inserir novas formas de avaliar a pós-graduação, pois não se poderia mais utilizar métodos avaliativos de 1970. Portanto observou-se que a ideia de que os ajustes feitos ao longo da experiência, em termos de aperfeiçoamento, e mesmo a modernização da sistemática, através de procedimentos informatizados, não bastavam. Ainda, para Kuenzer e Moraes (2005), os moldes da avaliação direcionavam os esforços dos programas à produção científica, portanto, à pesquisa, de forma a deslocar o cerne da docência para a pesquisa, tudo isso por intermédio de indicadores que apontavam para esta nova concepção.

Introduziu-se também a concepção de o programa de pós-graduação ser o elemento a passar pelo processo de avaliação, eis que no modelo anterior, mestrado e doutorado eram avaliados em separado, neste novo formato, buscou-se avaliar o conjunto, a saber: as linhas de pesquisa e sua interlocução com as disciplinas, a estrutura curricular os produtos de pesquisa, além de aspectos bibliográficos e de produção (HORTA e MORAES, 2005).

Verhine e Dantas (2009) aduzem o fato da CAPES qualificar a produção acadêmica na avaliação implicou em se acirrar um movimento de simples produtividade nos docentes e discentes. Os autores ainda afirmam que ocorreu um processo de busca pela “qualificação” das revistas, o que afastou da produção possíveis pesquisas com potencial, mas que poderiam não contribuir na avaliação do periódico. Os autores ainda destacam o triênio 2007/2009, vez que houve uma ênfase aos produtos bibliográficos, aliado à ampliação da importância do processo de formação do aluno, no que diz respeito ao seu tempo e o nível dessa formação.

Neste caminho de melhoria do processo de avaliação da CAPES, é de bom alvitre pontuar a avaliação pelos pares acadêmicos, a partir de consultas à comunidade científica e na escota de coordenação de um pesquisador indicado pela CAPES. Poucas são as ressalvas da

comunidade a este modelo, pelo contrário destaca-se o fator positivo de tal *modus operandi* (MINAYO, 2010).

Neste prisma, observa-se que a pós-graduação *stricto sensu* tem caminhado satisfatoriamente na implementação dos processos de avaliação em seu sistema nacional, tendo em vista o apontar para a internacionalização dos programas, aliado ao seguimento de padrões externos, os quais levam em conta a avaliação por pares acadêmicos e a autoavaliação, com foco no programa em si e não na Instituição de Ensino Superior. (SERVA, CALDERÓN e DIAS, 2017).

No contexto atual, a avaliação ocorre por meio do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Este é responsável pela gestão das informações dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tal que sua operacionalização ocorre em sistema de Tecnologia da Informação conhecido por Plataforma Sucupira. Isto permitiu, que, a partir de 2014, a inserção das informações e dados pelos próprios programas passasse a ocorrer em ambiente *online*, por isso o banco de dados da plataforma pode ser acessado a qualquer tempo. (CAPES, 2020a)

Fazem parte do SNPG os programas recomendados pela CAPES e reconhecidos pelo MEC., o que torna obrigatório a prestação de informação à CAPES quanto a atividades acadêmicas e de pesquisa. Além disso os programas ainda necessitam informar acerca dos seguintes tópicos: infraestrutura, formação e atividades docentes, disciplinas ofertadas, produção técnica e bibliográfica, dados dos discentes e acerca das dissertações e teses, dentre outros. (CAPES, 2020b).

Dentro deste contexto, na plataforma são disponibilizadas a inserção de informações dos seguintes processos, os quais são divididos conforme segue-se: dados cadastrais e proposta do programa, financiadores, linhas e projetos de pesquisa, disciplinas, turmas, docentes, discentes, participantes externos, trabalhos de conclusão de curso e produção intelectual (CAPES, 2020a).

De acordo com o informativo da CAPES, intitulado “Sobre a Avaliação” (CAPES, 2020c) , as avaliações, no estágio atual, ocorre por quadriênio (avaliação quadrienal), e tem por objetivos básicos certificar o nível de qualidade da pós-graduação brasileira, que servirá de base para o mérito da distribuição de bolsas e direcionamento de recursos para o fomento à pesquisa; e identificar assimetrias regionais e entre as áreas estratégicas do conhecimento no SNPG, de maneira que se induza a expansão de programas de pós-graduação nas regiões/setores de maiores déficits.

Por fim, os documentos de área servem como referência nos processos avaliativos, na proposta de curso novo ou na avaliação quadrienal dos programas já em funcionamento.

Nesses estarão descritos estado atual, características e perspectivas dos programas daquela área, bem como o delineamento dos quesitos prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada uma das quarenta e nove áreas de avaliação (CAPES, 2020c).

Portanto, as Fichas de Avaliação, Relatórios de Avaliação e os Documentos de Área constituem o tripé constituinte dos processos e os resultados da atual avaliação quadrienal.

2.3 A pós-graduação *stricto sensu* em números: um comparativo entre os cursos acadêmicos e profissionais

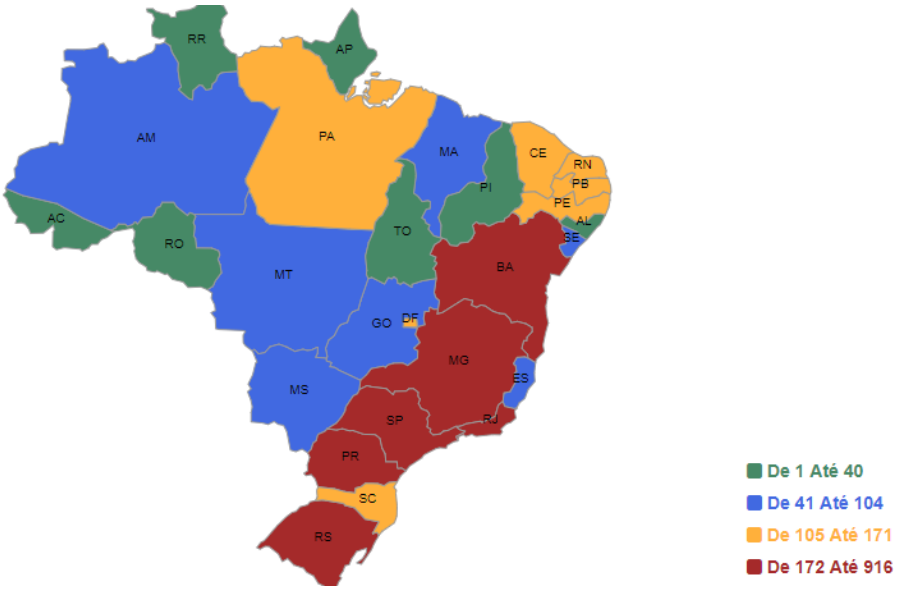
No intuito de consolidar a trajetória do que foi exposto até o momento, este tópico foi construído a partir dos dados disponibilizados na aplicação *online* denominado GEOCAPES[5], o qual consolida as informações como número de cursos de mestrados e doutorados acadêmicos e profissionais, quantitativo de discentes e docentes, quantidade e valores de concessão de bolsas e os resultados da última avaliação quadrienal.

O sistema funciona disponibilizando alguns gráficos e mapas acerca da distribuição dos dados que se está pesquisando. Ademais, é possível extrair planilhas que compõem a base de dados daquilo que se apresenta. Dessa forma, a fonte de análise, tem por pilar tais bases de dados em planilhas, as quais foram extraídas do sistema GEOCAPES.

Em primeira análise, observa-se o mapa extraído da aplicação GEOCAPES, o qual organiza, por Estados, conforme a cor descrita na legenda, a distribuição dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em território nacional:

[5] GEOCAPES é uma ferramenta de dados georreferencial. que pode ser sintetizada como uma base de dados que consiste em ratificar informações de acordo com sua localização geográfica. É uma maneira de disponibilizar informações acerca dos mais diversos cenários em que a CAPES participa ou está relacionada. A ferramenta pode ser acessada por meio do *site* geocapes.capes.gov.br.

Mapa 1 – Distribuição dos programas de pós-graduação por Estado

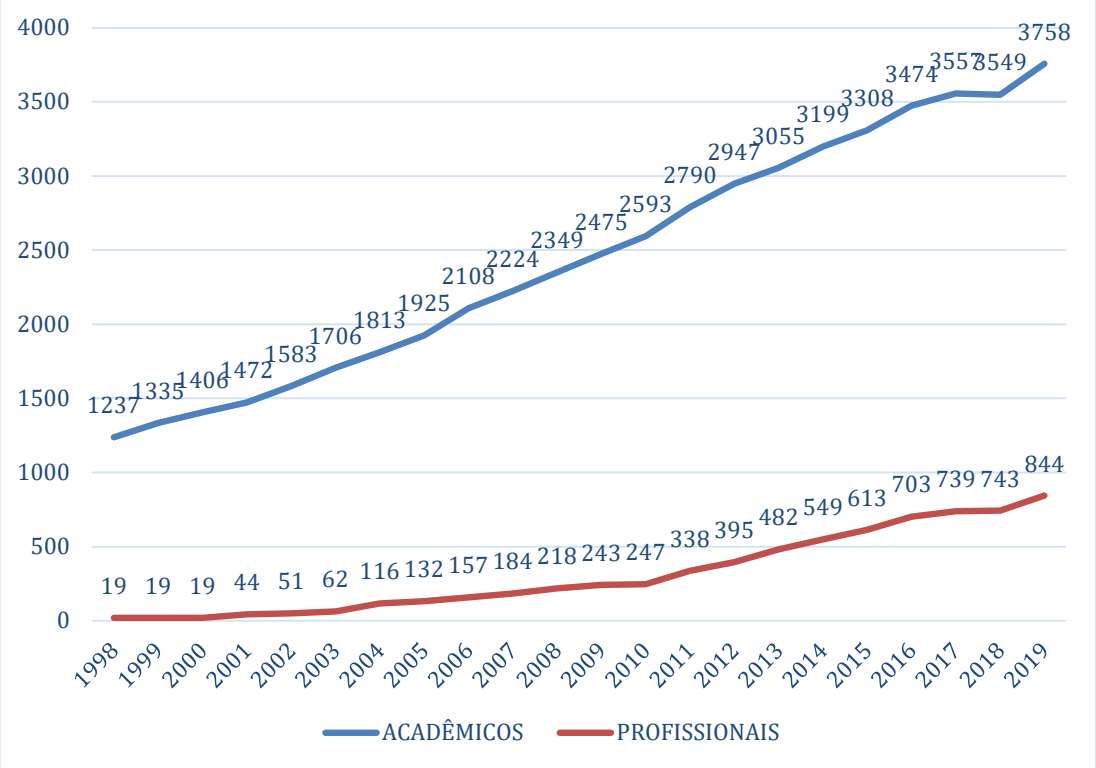


Fonte: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/ . Acesso em: 08 mar. 2020

Os dados apresentados revelam que as disparidades regionais, malgrado a contínua tentativa da CAPES em seus normativos indicar a necessidade dessa redução (BRASIL 2011; BRASIL 2019; CAPES 2020c), ainda permanecem, com a predominância dos programas concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, há de se levar em conta que a distribuição do mapa acompanha, de certa forma, o quantitativo populacional dos Estados.

Segue-se um gráfico em que se demonstra a evolução em números dos programas acadêmicos e profissionais, com base nos dados da aplicação GEOCAPES. A data escolhida para início da série histórica dá-se devido a base de dados, que os apresenta a partir de 1998. Por coincidência, este mesmo ano marca o início da modalidade profissional no sistema CAPES, portanto revela-se assertiva a opção de início da série a partir de 1998, vez que se pode avaliar a evolução numérica dos programas profissionais e compará-la aos quantitativos dos programas acadêmicos.

Gráfico 1 – Comparativo da evolução dos programas profissionais e acadêmicos



Fonte: elaboração própria baseado nos dados do GEOCAPES

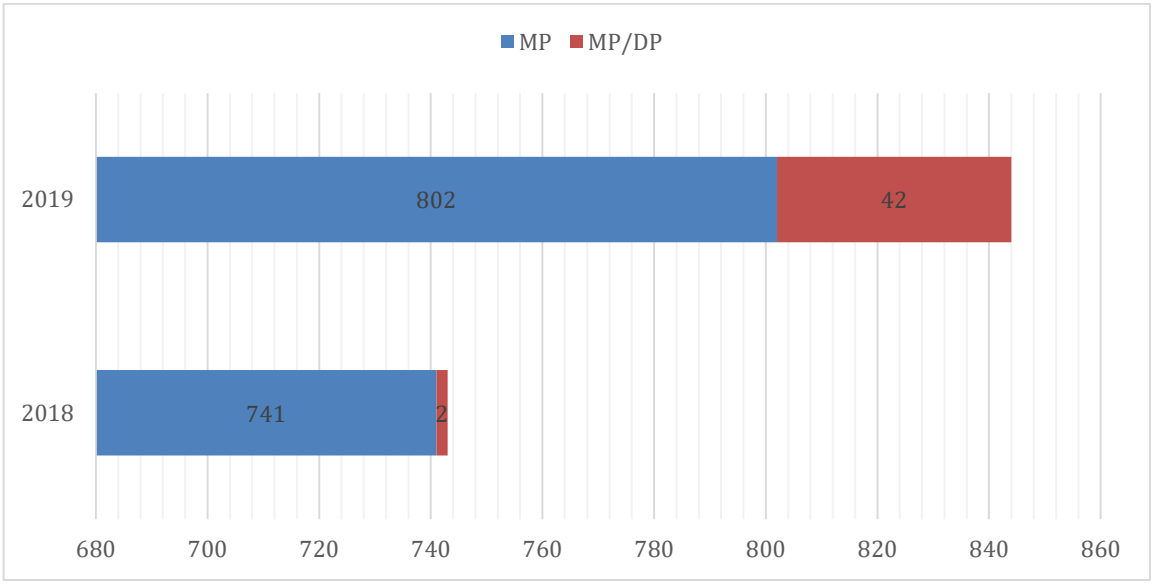
Dos dados apresentados, o primeiro ponto de observação é o comparativo das taxas de crescimento média entre os programas acadêmicos e profissionais. Tais taxas foram obtidas a partir da média das taxas de crescimento anual. De 1998 a 2019, os programas acadêmicos cresceram a uma taxa média de 5,33%, enquanto os programas profissionais 24,89%. Diante da diferença das taxas médias de crescimento entre os programas profissionais e acadêmicos, há de se ressaltar o lapso temporal entre ambos. Enquanto o acadêmico, nos moldes atuais, remonta ao Parecer Sucupira, de 1965 (BRASIL, 1965), o profissional inicia sua trajetória a partir da Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998). Dessa forma, os programas acadêmicos, dentro do recorte temporal do gráfico 1, estão em fase amadurecida e consolidada, o que reflete ter crescido 3,04 vezes de 1998 a 2019. Doutra banda, a inovação e tom de novidade dos programas profissionais (GIULIANI, 2010) refletem seu crescimento, no mesmo período, em 44,42 vezes. Todavia, a partir de 2016, há uma desaceleração no ritmo do crescimento dos programas profissionais, tanto que do referido ano até 2019, a taxa total de crescimento é de 20,06%.

É importante relatar, a partir do exposto, acerca da busca por identidade e o delineamento do real papel dos programas profissionais, portanto, o que, na concretude os

diferencia dos programas acadêmicos o movimento de busca de identidade dos programas profissionais (CALDERÓN *et al., 2019*). Neste sentido, a diminuição das taxas de crescimento pode representar, em certo aspecto, o início de um estágio de maturação na identidade dos programas profissionais.

Por fim, com a autorização da Portaria n° 389, de 23 de março de 2017 (BRASIL, 2017b) vale avaliar o ritmo das aberturas desses cursos a partir de tal autorização, para tanto, o gráfico a seguir representa o que ora se discute:

Gráfico 2 – evolução em números dos Doutorados Profissionais



Fonte: elaboração própria baseado nos dados do GEOCAPES

A partir do gráfico, observa-se a rápida resposta dos programas profissionais à aplicação de proposta para DP, vez que findo 2 anos da autorização da CAPES para tal, a quantidade de MP/DP já representava, no ano de 2019, 4,98% do total de programas, fato esse que aponta ao crescimento da qualidade dos programas profissionais.

Ademais, é relevante mencionar, dados os objetivos da presente pesquisa, que os dois primeiros programas profissionais a ter Doutorado, com abertura em 2018, são de pós-graduação ligadas a instituições militares, quais sejam: Escola de Guerra Naval (EGN) e Universidade da Força Aérea (UNIFA), ambos inseridos na grande área de CP/RI. Em específico, o fato da EGN, com o PPGEM ter sido pioneiro neste processo é importante diante do escopo do presente estudo, o qual será mais profundamente discutido nos capítulos seguintes.

3 PPGEM: UMA HISTÓRIA DOCUMENTADA

O presente capítulo tem por objetivo realizar, por intermédio de uma análise documental, um levantamento histórico acerca do PPGEM. Antes, porém, de descrever a análise dos achados documentais, houve preocupação de se caracterizar o objeto da pesquisa, qual seja: o próprio programa.

Dessa maneira, buscaram-se os principais documentos produzidos, desde antes do início das atividades, que pudessem refletir o contexto de sua criação, bem como sua evolução e amadurecimento ao longo dos anos, portanto, os principais documentos que refletiam tal dinâmica, com as devidas justificativas para escolha. São os que se seguem:

- **Planejamentos Estratégicos de 2006, 2015, 2019 da Escola de Guerra Naval (EGN):** a ideia foi coletar dados que pudessem apontar ou não o interesse da EGN, enquanto Instituição de Ensino Superior (IES), a qual o PPGEM vincula-se, em criar/manter um programa de pós-graduação *stricto sensu* dentro de sua estrutura acadêmica.

- **Aplicação de proposta de curso novo (APCN) do PPGEM (mestrado), Parecer da CAPES sobre a APCN e avaliação quadrienal:** esses documentos foram juntados em uma só análise, pois dizem respeito ao vínculo do programa com a CAPES. Estes documentos são fundamentais na análise por comportarem a forma como foi vislumbrado o PPGEM, seu acolhimento e aprovação pela CAPES, e a forma como essa instituição avaliou o programa já em funcionamento.

- **APCN do doutorado:** será analisada em tópico separado, pois possui em seu bojo a descrição do andamento do programa até o momento de confecção desse documento. Sua importância reside no fato de entender quais são os pontos relevantes os quais levaram à aprovação do doutorado profissional.

- **Atas de reunião do colegiado do PPGEM:** foram reunidas as atas do PPGEM por ano, sob a justificativa de analisar quais eram as principais discussões presentes no colegiado e quais foram os caminhos tomados para o desenvolvimento do programa.

- **Plano Estratégico do PPGEM:** a importância de analisar este documento justifica-se pelo fato de se buscar a maneira como o corpo diretivo do programa entende o papel do PPGEM e quais os rumos pretendem ser tomados.

- **Boletim de Notícias (BONO) que tratam do PPGEM**[6]: a justificativa de análise em conjunto do BONO reflete uma opção em analisar a forma como os eventos e fatos que

[6] Será explicado em tópico específico o que seja BONO.

ocorriam no programa eram expressos ao público externo. Aqui se tem uma perspectiva da visibilidade dada às atividades.

Ademais, os achados das pesquisas deram-se por meio de análise de conteúdo, aos moldes de Bardin (2011). Em um primeiro momento, foi realizada a coleta dos documentos e recortes "do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados" (BARDIN, 2011, p.100). Desta análise, os dados foram dispostos por agrupamento de documentos, posteriormente de posse dos achados, procedeu-se, por fim, em conjunto com o *corpus* da pesquisa, à inferência das categorias de análise. Tais categorias serão devidamente dispostas no capítulo seguinte, após analisada as entrevistas.

No entanto, antes da apresentação dos achados da análise documental, faz-se necessária uma breve contextualização do PPGEM, enquanto programa de pós-graduação profissional.

3.1 Contextualização do PPGEM

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) tem por propósito capacitar civis e militares no campo de Estudos Marítimos (*Maritime Studies*) com escopo de favorecer e fomentar pesquisa e aplicação do conhecimento apreendido nas áreas de interesse de defesa e do poder marítimo (BRASIL, 2018c). O curso foi reconhecido, de início, por intermédio da homologação, pelo do Parecer CNE/CES nº 424/2015, da lavra da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação – CNE, conforme a Portaria Nº 327-MEC, de 09 de março de 2017.

O curso foi aprovado na área de Ciências Políticas e Relações internacionais, com avaliação inicial "3" da CAPES. (CAPES, 2013). *A posteriori*, na avaliação quadrienal 2013-2016, o programa foi avaliado "5" pelo sistema CAPES (CAPES, 2017b).

Ao final do curso, pretende-se formar sujeitos com a capacidade técnica de atuar nos setores públicos e privados com nível de assessoramento adequado para um Mestre ou um Doutor, que possam tratar de temas relacionados à defesa e ao campo marítimo. Neste Diapasão, busca-se uma grade curricular voltada às relações do homem com o mar de maneira integrada, em seus aspectos políticos, sociais, estratégicos, econômicos, culturais e ambientais, a partir das conexões entre as atividades humanas e os ambientes marítimos. (BRASIL, 2018c).

Pretende-se, ainda, a formação de doutores e mestres consórcios em formular políticas de defesa navais e relações internacionais, participar de fóruns de discussão em órgãos como a Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos e a Organização Marítima Internacional. Ademais, objetiva-se à formação de quadros em gestão de políticas de ciência, tecnologia e inovação no campo marítimo e analistas com capacidade de assessoramento em empresas privadas e órgãos governamentais nos aspectos legais de Direito do Mar, Direito Internacional e dos Conflitos Armados. Tais características serão amoldadas conforme a linha de pesquisa que o discente estiver participando. De forma complementar, serão formados pesquisadores em Estudos Marítimos na área acadêmica com ênfase na docência e pesquisa no campo de defesa, cenários conjunturais, tecnologia e legais (BRASIL, 2018b).

Vale elencar aspectos da área de concentração do PPGEM, a saber: Defesa, Governança e Segurança Marítimas, que possui interação com o campo de Estudos Marítimos três níveis básicos. Em primeira instancia a Segurança, que comporta a proteção das águas jurisdicionais brasileiras, a salvaguarda da vida humana no mar, e a economia do Mar; em segunda instância a Defesa, que dialoga com aspectos de política, estratégia e soberania nacional no ambiente marítimo, além de temas relacionados às operações de paz, de defesa e de projeção de poder; e, em última instância a Estratégia Marítima, que comporta o quadro estratégico oriundo da política nacional em assuntos relacionados ao mar. (BRASIL, 2017c).

Por fim, o título I – Natureza e Finalidade - do regulamento do PPGEM, resume a contextualização que se pretende:

> Art. 1º - O Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), da Escola de Guerra Naval (EGN), tem como propósito preparar profissionais no campo dos Estudos Marítimos, visando ao mundo do trabalho e das atividades produtivas, além das funções pertinentes à pesquisa e à docência em áreas de ensino superior.
> Art. 2º - Os Estudos Marítimos conformam um campo de conhecimento interdisciplinar que abrange disciplinas que se conectam e se relacionam, direta ou indiretamente, com os mares e as águas interiores, em âmbito global. Seu propósito básico é o estudo das relações do homem com o mar, em perspectiva política, social, estratégica, econômica, cultural, científico-tecnológica e ambiental.
> Art. 3º - Para atender ao propósito formulado no Art. 1º, o PPGEM nucleia e realiza um programa de pós-graduação S*tricto Sensu*, em níveis de doutorado e mestrado profissionais, fundamentados em conhecimento do campo interdisciplinar dos Estudos Marítimos. O Programa fomenta, ademais, a pesquisa científica básica e aplicada, com foco na área de concentração "Defesa, Governança e Segurança Marítimas" e nas linhas de pesquisa: LPI -"Política e Estratégia Marítimas"; LPII - "Regulação do Uso do Mar, Processo Decisório e Métodos Prospectivos"; e LPIII – "Política e Gestão em Ciência, Tecnologia e Inovação no Ambiente Marítimo". (BRASIL, 2018b, p.1)

3.2 Análise documental

3.2.1 Planejamentos Estratégicos de 2006, 2015, 2019 da EGN

O objetivo de avaliar tais documentos deu-se no intuito de buscar por fontes que apontem um direcionamento institucional, mesmo que de forma indireta, para a construção de uma estrutura que houvesse como consecução a criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* na EGN.

Dessa forma, o primeiro tópico de atenção na análise são os pontos externados nas tarefas da EGN. Dentre esses, dois se sobressaem, e que permeiam todos os planejamentos analisados (BRASIL, 2006; BRASIL, 2015; BRASIL, 2018a), são eles: investigar, estudar, experimentar e opinar sobre novos métodos, teorias, planos e doutrinas ou temas de interesse da Marinha; e realizar pesquisa científica de interesse da Marinha, nas áreas de Defesa Nacional, Poder Marítimo, Guerra Naval e Administração, por intermédio de grupos de pesquisa autônomos ou em cooperação com centros de conhecimento e/ou órgãos de fomento à pesquisa.

Tais tarefas, inicialmente apresentadas no planejamento de 2006, já indicavam um caminho natural para a futura abertura de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, vista a essencialidade de um espaço próprio que pudesse desencadear a investigação de assuntos de interesse em assuntos marítimos.

É importante elencar a visão de futuro presente nos planejamentos estratégicos analisados (BRASIL, 2006; BRASIL, 2015; BRASIL, 2018a), pois o PPGEM é crucial na implantação desta visão. Nos dois primeiros planejamentos a visão de futuro é consolidar a EGN como um centro de excelência em ensino e pesquisa no campo de Estudos Marítimos e de Defesa Nacional até 2018. No último planejamento, transcorrida a data de 2018, entendeu-se que a EGN já havia alcançado tal marca e, portanto, a visão de futuro ficou como permanecer como um centro de referência, junto aos meios acadêmico, militar e a sociedade brasileira, nos campos de Estudos Marítimos e de Defesa Nacional.

Há de se reconhecer que o primeiro planejamento foi realizado ausente a figura do PPGEM, no entanto, não se pode descartar que, naquele tempo, já se vislumbrava o funcionamento de um programa de pós-graduação *stricto sensu* na EGN. A análise mais detalhada do planejamento de 2006 (BRASIL, 2006) corrobora com a afirmação, pois se observa na análise do ambiente externo ser elencado os critérios para apresentação de proposta de curso novo junto à CAPES. Além disso, vislumbrou-se como oportunidade parcerias com entidades universitárias, visando ao apoio na formação de recursos humanos em pós-graduações *stricto sensu*, capacitados para atuar na área de defesa nacional e como

fraqueza o corpo docente insuficiente, quantitativamente, de doutores e mestres. Além de ter reconhecido ausência de maturidade científica e não integração com as demais instituições de ensino superior, a fim de garantir o desenvolvimento de atividades de pesquisa e orientação. Quiçá este possa ser um dos fatores do longo caminho percorrido desde este primeiro planejamento até a efetiva implantação do PPGEM.

Corroborando com a análise, o planejamento reconhece que, malgrado conte com um corpo de colaboradores de conhecimento notório acerca dos temas de interesse da instituição, não havia elos entre a EGN e academia, tampouco existia uma produção acadêmica relevante. Portanto, o PPGEM surge como supressor da lacuna que existira. Esta afirmação torna-se mais sedimentada, por intermédio da análise realizada, ainda neste capítulo, acerca da avaliação quadrienal 2013-2016.

Quantos aos objetivos estratégicos, os planejamentos apresentam dois objetivos que tangenciam o PPGEM, são eles: capacitar os recursos humanos, e consolidar a EGN como centro de difusão de conhecimento em seu campo de interesse. O primeiro objetivo impacta na possiblidade de se ter um corpo docente capacitado e possibilidade de renovação, quando do afastamento definitivo de um docente do programa. No segundo objetivo, o PPGEM aparece como ator partícipe do processo de difusão do conhecimento.

No planejamento estratégico de 2006, observa-se uma meta importante, no caminho de se diminuir o déficit da qualificação docente:

> Meta 1.8 – ter, no mínimo, 1/3 do corpo docente permanente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, formado nas áreas de conhecimento relacionadas à Defesa Nacional, até 2014. Para tal, deverá ser cumprido a seguinte programação:
> até 2008 – 6 mestres;
> a partir de 2009 até 2014 – 21 mestres;
> em 2010 – 2 doutores; e
> em 2014 – 1 doutor. (BRASIL, 2004, p. 8)

Eis uma clara preocupação em formação docente qualificada para pesquisa. Esta meta desemboca em visão exógena acerca da produção do conhecimento, pois traria do ambiente externo experiências de pesquisa e grupos de pesquisa no perfil desenvolvido pela CAPES. De fato, observa-se que a meta proposta, foi em certo ponto conduzida, vez que o último planejamento estratégico (BRASIL, 2018) aponta como força o aumento de oficiais, em especial da reserva, com mestrado e doutorado da estrutura da CAPES. Também neste planejamento é reconhecido como força o funcionamento do PPGEM.

Deste último planejamento, pontuam-se algumas oportunidades que são de serventia para o PPGEM, em especial, a inclusão de Defesa como Área de Conhecimento no rol de

Ciências estudadas no Brasil (Parecer CNE/CES nº 147/2017), a inclusão da EGN na Rede Nacional de Pesquisa e a existência de intercâmbios com bibliotecas que compõem a rede de Bibliotecas Integradas da Marinha, a Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa e as de instituições acadêmicas similares, universitárias, empresariais e consulares, vez que permite maior visibilidade e publicidade dos produtos finais do programa.

Finalizando a pontuação dos achados, o trecho abaixo revela o impacto das atividades do PPGEM na rotina de ensino e pesquisa da EGN:

> (...) a missão da Escola de Guerra Naval foi atualizada em setembro de 2014, acrescentando-se uma quarta tarefa, de modo a realçar a pesquisa científica a ser realizada pelo seu Corpo Docente e no escopo do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), aprovado em 2013, que segue as regras da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 2013, foi lançado o Edital para selecionar candidatos da primeira turma do Mestrado Profissional *stricto sensu* do PPGEM. A primeira turma do PPGEM foi iniciada em fevereiro de 2014. (BRASIL, 2015, p. 6)

Ante o exposto, corroborado pelo suporte teórico da presente pesquisa, a análise dos dados apresentados infere que o primeiro planejamento (BRASIL, 2006), no que tange ao PPGEM, foi desenvolvido como política pública de programa de pós-graduação *stricto sensu* enquanto formação de agenda (SOUZA 2006; RUAS, 2009). Já os planejamentos seguintes, o que se observa é o PPGEM dentro da estrutura documental como política pública em implementação e monitoramento (SOUZA 2006; RUAS, 2009).

Doutra banda, o longo período de maturação desde o primeiro planejamento até o ponto de criação do PPGEM defere a clareza de uma política incrementalista (DIVER, 1980) que se amadurece a ponto de alcançar o equilíbrio pontuado (BARCELOS, 2013), necessário à abertura de se lançar uma proposta de pós-graduação à CAPES.

3.2.2 Aplicação de proposta de curso novo (APCN), Parecer da CAPES e avaliação quadrienal.

As solicitações de novos programas de pós-graduação à CAPES são realizadas mediante uma submissão de proposta de mestrado e doutorado (CAPES, 2019), as quais devem atender a requisitos dispostos a cada área de concentração:

> Art. 2º A submissão de propostas de cursos novos aplicar-se-á para programas acadêmicos e profissionais, nos níveis de mestrado e/ou doutorado.
> (...)
> Art. 4º As propostas de cursos de mestrado e/ou doutorado deverão atender aos requisitos gerais definidos pelo CTC-ES para toda e qualquer área de avaliação e aos

> critérios e parâmetros específicos da área de avaliação a que elas se vinculem, disponibilizadas no Documento Orientador da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), no Portal da Capes (CAPES 2019, art. 2° e 4°).

Tais propostas necessitam ser encaminhadas por via eletrônica, mediante o preenchimento da APCN. Portanto o documento que ora se analisa foi a então a proposta de curso do PPGEM preenchida e enviada para avaliação da CAPES. A proposta teve, então como base a Escola de Guerra Naval como Instituição de Ensino Superior, com área básica "sociais e humanidades" e área de avaliação "interdisciplinar". Propôs-se como nome Estudos Marítimos para o novo curso de mestrado profissional (BRASIL, 2013).

O documento apresenta dois basilares na construção da proposta de um programa, que em seu cerne, tem a serventia da pesquisa. Elenca-se, assim o Laboratório de Simulação de Cenários (LSC) e o Centro de Jogos de Guerra (CJG). O primeiro tem sua indicação de atuação "em benefício de outras demandas relacionadas ao nível estratégico da Marinha do Brasil e demais agências do Estado" (BRASIL, 2013, p.2) com atuação "tanto em benefício do aprimoramento das ferramentas de simulação e processo decisório aplicadas aos discentes quanto em benefício de outras demandas relacionadas ao nível estratégico da Marinha do Brasil e demais agências do Estado" (BRASIL, 2013, p. 2). Já o CJG visaria a "atender prioritariamente a Jogos do tipo sistêmicos ou seminários aos cursos oferecidos na EGN e Jogos internacionais. Ressalta-se que é possível atender demandas de outros órgãos da Marinha e também órgãos extra-Marinha, governamentais" (BRASIL, 2013, p.4).

A ideia passada pela estrutura do LSC e CJG é o seu transbordamento para além do programa, em forma de efetividade a demandas de Estado. Por outro lado, o que se verifica é a tentativa de demonstrar uma experiência prévia e consolidada em pesquisa, o que beneficiaria o PPGEM.

Ao realizar a contextualização da proposta, em âmbito institucional e regional presou-se por realçar a estreita relação da estrutura da EGN com o programa, de modo a se pontuar a existência de uma instância física para o desenvolvimento do curso. Doutro modo, contextualizou-se o PPGEM em meio a necessidade de divulgação e ampliação do debate e pesquisa em defesa para o âmbito civil na forma da proposta da Estratégia Nacional de Defesa de 2008. Também se utilizou como justificativa o fato de o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) constar como meta a preparação de recursos humanos para áreas prioritárias de interesse estratégico, dentre elas defesa e o mar. (BRASIL, 2013). Pode-se, pois, inserir o novo curso como uma estrutura de auxílio na consecução de grandes políticas públicas de Estado, no que tange a planos e estratégias nacionais.

Outrossim, a sequência de extratos textuais apresentadas adiante possibilitaram a real necessidade e o caráter de ineditismo ante a proposta de um curso de pós-graduação *stricto sensu* em Estudos Marítimos:

> A EGN percebendo a deficiência de quadros civis especializados no campo da defesa com ênfase no campo marítimo, propõe oferecer o curso de pós-graduação em Estudos Marítimos (EM) no nível de mestrado profissional a estudantes civis e militares de modo a atender as diretivas e planos apontados acima. Entende-se a área de EM (Maritime Studies, conhecimento tradicionalmente estudado em diversos países com reconhecida experiência em pesquisa e desenvolvimento na interdisciplinaridade dos diversos interesses ligados ao mar), como o campo do conhecimento acadêmico interdisciplinar que estuda e pesquisa as conexões do homem com os mares e águas interiores do planeta. Os EM incluem as ciências humanas com disciplinas como história, geografia, economia, ciência política e ciências sociais, além de ciência e tecnologia em suas conexões com o poder. Os EM estudam a relação existente entre o homem e os aspectos políticos, sociais e culturais e reconhece e estuda as conexões entre as atividades humanas e os ambientes marítimos, incorporando pesquisas mais amplas em diversos campos do conhecimento relacionados ao mar.
> (...)
> Poder-se-ia alegar que a formação em universidades brasileiras seria o modo mais econômico e direto de formar quadros civis para atender a administração do Ministério da Defesa, com ênfase no campo marítimo, no entanto inexistem cursos em Estudos Marítimos em universidades brasileiras. O campo dos Estudos Marítimos existe em universidades de países centrais como o Reino Unido e os Estados Unidos da América do Norte, no entanto o envio de estudantes brasileiros a essas instituições de ensino acarretaria dispêndio desnecessário de recursos que poderiam ser carreados para outros setores da educação. (BRASIL, 2013, p. 5)

Ainda, diante de uma proposta de um programa profissional, é por óbvio necessária responder a perguntar de qual tipo de profissional se esperaria formar ou aperfeiçoar, eis que as principais características foram extraídas da APCN, quais sejam: formação de um especialista capaz de assessorar tecnicamente os diversos setores governamentais e privados em assuntos de defesa com ênfase no campo marítimo; preparação de pessoal capaz de formular políticas de defesa navais e relações internacionais no âmbito do Ministério da Defesa e Congresso Nacional, além da capacidade de participar em alto nível de fóruns de discussão em organismo internacionais; preparação de analistas em gestão nos campos de economia de defesa e ciência, tecnologia e inovação nos institutos de pesquisa voltados ao campo marítimo. Além disso, esperava-se, com o PPGEM, a formação de pesquisadores no campo de defesa, análise de cenários na área marítima (BRASIL, 2013)

Apresentou-se o Pró-Defesa, programa de fomento à pesquisa e ensino em cooperação mútua entre CAPES e Ministério da Defesa, como indutor na cooperação com instituições de ensino de nível superior, no que tange ao seus programas de pós-graduação, na medida em que pode formar doutores para a EGN, bem como a realização de pesquisa em parcerias dentro de projetos financiado por intermédio do Pró-Defesa. (BRASIL, 2013). Assim

pontuou-se que a dinâmica de pesquisa e a presença de doutores nestas mesmas pesquisas já era algo rotineiro e, por isso, o PPGEM aproveitar-se-ia de tal base para impulsionar o programa.

Há de se ressaltar que neste contexto, figura-se o Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval (CEPE), que "tem a responsabilidade de conduzir os acordos de cooperação, promover seminários e é também responsável pela Revista da Escola de Guerra Naval, revista científica de publicação regular e já constante na base Qualis/CAPES" (BRASIL, 2013, p.7), como organizador desta sistemática e, de acordo com a proposta, estaria vinculado ao PPGEM, de modo a realizar uma sinergia entre o emergente programa e a estrutura já existente. Em outras palavras, a criação de um programa de mestrado do sistema CAPES seria um desdobramento natural daquilo que já se estava realizando em termos de pesquisa e ensino na EGN.

Ainda de acordo com a APCN, as cooperações na área de ensino e pesquisa já ocorriam por meio de convênios com as seguintes instituições:

> • UFRJ – História Comparada; Instituto COPPEAD;
> • UFF – INEST – Instituto de Estudos Estratégicos;
> • UERJ – Direito Internacional;
> • UnB – Relações Internacionais;
> • PUC-Rio – Relações Internacionais;
> • UNISANTOS – Direito Internacional. (BRASIL, 2013, p. 6)
> .

Diante da novidade de um programa em um campo de pesquisa e estudo inédito para um programa de pós-graduação, qual seja, Estudos Marítimos, tornou-se elementar, no corpo da APCN, uma conceituação do que seria tal campo. Isto ocorreu na justificativa do campo de concentração o qual o programa seria inserido, neste caso, Segurança, Defesa e Estratégia Marítima. Eis, pois, a explanação do que seria Estudos Marítimos:

> (...) são um campo acadêmico interdisciplinar de conhecimento, que inclui direta ou indiretamente disciplinas que se conectam e se relacionam com os mares e águas interiores do mundo, tendo como finalidade o estudo das relações políticas e sociais do homem com os mares. A área de concentração se articula com os Estudos Marítimos em três vieses. O viés segurança que se vincula a proteção de nossa costa contra o contrabando, o descaminho e proteção da vida humana no mar, além de exploração com segurança do conceito "Amazônia Azul". O viés de defesa que se insere dentro da política governamental de defesa armada como um componente essencial da soberania brasileira nos mares, aí incluído a organização de operações de paz, defesa costeira e projeção de poder e o viés de estratégia marítima apontando para os caminhos necessários para se atingir os propósitos estabelecidos pelo nível político nacional. Ela abarca diversas disciplinas correlatas ao mar (BRASIL, 2013, p. 8)

No desenho da Área de Concentração e linhas de pesquisa, foram definidas, três abordagens diferentes, que são melhor descritas no fluxograma abaixo:

Fluxograma 2 – Área de concentração e linhas de pesquisa:

Elaboração própria, baseado em Brasil (2013)

A APCN pontua ainda o fato da EGN observar um corrente *déficit* de quadros civis especializados no campo da defesa, com o escopo em estudos marítimos, o que seria o programa de pós-graduação fundamental na supressão de tal lacuna. Ainda foi observado, como ponto positivo do programa e, por consequência, uma plausível justificativa a sua existência, o aspecto multi e interdisciplinar congregando múltiplas disciplinas, como havia sido observado em programas similares de Estudos Marítimos nos países com maior tradição como o Reino Unido e os Estados Unidos da América do Norte. Ao encadear tal fato ao PNPG 2011-2020, percebe-se a salutar emersão de programas com características muiti e interdisciplinar, conjugadas a ascensão da modalidade profissional na solução de problemas complexos no mundo do trabalho e nos sistemas produtivos (BRASIL, 2013).

Doutra banda, analisada a proposta inicial, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior achou por bem aprovar a criação do programa de pós-graduação em Estudos Marítimos, foi ainda atribuído o grau “3”, o que, em parte, é apropriado, haja vista a novidade do tipo de área de conhecimento abrangida dentro da estrutura CAPES, afinal este era o primeiro programa de pós-graduação com a temática dos estudos marítimos. Contudo a proposta inicial, que seria a inserção do programa na área “interdisciplinar”, foi modificada pela CAPES para área de CP/RI

Ainda dentro da temática acerca dos documentos do PPGEM com relação direta com a CAPES, segue-se a análise da avaliação quadrienal 2017, referente ao quadriênio 2013-2016, no que tange a avaliação do PPGEM.

Cumpre destacar a importância desta análise, tendo em vista que o programa conseguiu transpor sua pontuação de "3" para "5", algo que apenas 19 (dezenove) programas em um horizonte de 4175 (quatro mil cento e setenta e cinco) conseguiram ter suas notas elevadas em dois pontos, sendo que, no caso específico (3 para 5) apenas três programas tiveram este tipo de elevação de nota.[7]

Analisada a avaliação quadrienal, elenca-se o destaque feito à especialidade temática do programa, que o permitiu realizar consistentes articulações com outras instituições, além do forte impacto social que o programa produz, no tratante à visão holística dos temas ligados ao mar. (CAPES, 2017b). Este quadro de especificidade e o desdobramento disto na execução das atividades foi a categoria mais recorrente no documento.

Importa descrever que da análise do documento em tela, percebeu-se que a melhor abordagem seria recorrer à busca de "destaques positivos" e "pontos de melhoria" na avaliação, de tal forma a poder contrabalancear a análise em contrapontos distintos.

Como destaque positivo, observa-se:

- A consistente articulação entre as linhas de pesquisa e adequada distribuição de docentes permanentes e de projetos de pesquisa, plenamente aderentes à proposta do programa.

- Infraestrutura favorável à execução das atividades de docência e de pesquisa, com o devido destaque ao incremento de laboratórios e núcleos de pesquisa na segunda metade do quadriênio avaliado, a saber: Núcleo de Estudos de Políticas Marítimas (NEPOLM) e o Núcleo de Análise da Conjuntura (NAC), somados aos já existentes, Laboratório de Simulações e Cenários (LSC) e do Centro de Jogos de Guerra (CJG).

- Apresentação de registro de atividades com a sociedade, além da consolidação da pesquisa em bancos de dados de acesso público.

- Trabalhos de conclusão de curso distintos de dissertação, salientando a vocação profissional do programa.

- A elevada quantidade e qualidade de produção técnica. No que tange à qualidade, o programa foi apontado como o de maior produção docente dentre os programas profissionais.

[7] Informações retiradas da aplicação online GEOCAPES: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/

Em aspecto de qualidade, observou-se o fato de 66,7% de seus docentes permanentes possuírem publicação em periódicos nos estratos A1, A2 ou B1 da Área.

- Possui inovador acompanhamento de seus egressos, tendo constituído o Alumni PPGEM, com o propósito de manter os egressos em atividades de pesquisa, de aprofundamento e de inserção no mercado de trabalho.

Doutro modo, como pontos de melhoria, observam-se:

- centrar maiores esforços no incremento da produção bibliográfica qualificada.

- planejar ações de ampliação de parcerias internacionais.

- realizar ações de maior visibilidade e colaborações institucionais em cooperação com países africanos e sul-americanos.

Os pontos de melhoria apontados na avaliação que ora se analisa, será de grande valia à guisa das conclusões, ao se tentar apontar caminhos pelos quais o PPGEM poderá seguir no aperfeiçoamento das atividades. Dessa forma far-se-á, na parte final da pesquisa, um levantamento das atividades desenvolvidas pelo programa que possam ir ao encontro dos pontos levantados.

É, ainda, relevante, transpor, *ipsis litteris*, a apreciação final da avaliação. Tendo em vista a diversidade de membros da comissão de avaliação, observa-se um início do reconhecimento da comunidade acadêmico-científica a respeito do programa, somando-se a isso também um reconhecimento institucional, a nível CAPES. Senão veja-se:

> O Programa da EGN é pioneiro no Brasil. Trata-se de uma proposta com forte potencial de impacto nacional e internacional. A proposta do Programa, fortemente ancorada na inserção da sociedade civil nos assuntos marítimos e seus desdobramentos estratégicos tem se refletido na relevante procura de candidatos ao processo seletivo. Apesar de ser considerado um Programa em consolidação, sua produção bibliográfica é relevante e a produção discente já reflete prêmios nacionais e forte atuação profissional. Seus laboratórios e núcleos de pesquisa têm expressivos resultados e parcerias. A aplicação estrita da métrica definida pelo Regulamento da Avaliação Quadrienal indicaria a atribuição de nota 4 ao programa.
> Contudo, tendo em vista:
> - a presença majoritária da avaliação "muito boa" na maioria dos itens, indicadores que lhe consolidam com quatro quesitos "Muito Bons";
> - a análise da Ficha de Recomendação de criação do Programa, que já apontava, naquela ocasião a solidez da proposta, o que possibilitaria a nota de partida 4, e não 3, como acabou prevalecendo;
> - a maturidade do corpo docente e sua consistente produção técnica sem detrimento da produção científica; os consistentes resultados em pesquisa e formação;
> - o Comitê recomenda a atribuição da nota 5. (CAPES. 2017b, p. 5)

3.2.3 APCN do Doutorado

A APCN do Doutorado (BRASIL, 2017c) traz em seu bojo, a percepção dos partícipes naquilo que o curso já houvera almejado. Nessa linha, cabe citar a ênfase dada ao programa

enquanto quebra de paradigma no sistema de ensino da Marinha, vez que, em primeiro prisma, possibilitou a recepção de civis e militares em um curso de mestrado profissional em um ambiente de estudos militares.[8]

Ressalta o texto que tal interação atendeu à política institucional da força de fomentar uma maior aproximação com sociedade, universidades e instituições acadêmicas de pesquisa. Tão importante foi o curso diante da política apresentada, a qual se conseguiu pelo PPGEM vias de implementação, que a Direção da EGN resolveu por inserir em seu planejamento estratégico como meta o desenvolvimento de condições necessárias a ser propor um doutorado até o ano de 2018. Assim, portanto, foi feito, por intermédio da APCN.

Esta APCN (BRASIL, 2017c) voltou-se ainda ao sensível tema da dificultosa tarefa de desenvolver pesquisas nas instituições acadêmicas no Brasil para área de interesse do programa, qual seja, Estudos Marítimos. A dependência de pesquisas internacionais foi tema para que o PPGEM lançasse mão, por meio de um doutorado, do desenvolvimento autóctone em temáticas de interesse do campo de Estudos Marítimos.

Houve como ideia base, ainda, a localização geográfica do PPGEM, vez que se situa na capital fluminense, local de grande concentração de instituições com atuação voltada ao setor marítimo. Tem-se o Rio de Janeiro-RJ, de acordo com as informações da APCN (BRASIL, 2017c), como a sede da indústria naval brasileira. Portanto, tal fato evidencia a demanda e necessidade de pessoal qualificado. Eis que se põe, assim, mais um argumento de relevância para a abertura de um doutorado.

Pontuou-se a relevância do PPGEM, no plano internacional, pois há possibilidade de estudos sistemáticos com países de ampla vocação marítima que dispõem de cursos voltados ao campo de estudo do programa. Portanto, vislumbrou-se a possibilidade de expansão, aliada à retenção do conhecimento em âmbito nacional, pois, não ficariam restritas a discussão acerca de estudos marítimos em países nos quais este tipo de pesquisa já ocorre. Citam-se dessa forma, as universidades que estão dentro deste campo epistemológicos: Universidade de Connecticut – EUA, Universidade East Carolina – EUA, King´s College London– RU, Universidade de Greenwich - GMI – RU, Universidade de Kobe – Japão, Universidade de Nanyang – Cingapura, e Universidade de Newfoundland –Canadá.

[8] A dinâmica da participação de civis e militares na MB também é encontrada, em período anterior ao PPGEM, no programa de pós-graduação em acústica submarina do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira. Contudo, este é um curso voltado à área de ciências exatas. A novidade, portanto, do PPGEM é a abertura de civis discutindo temas afetos às ciências sociais dentro da MB. Algo, que, antes, era reservado ao campo militar da MB.

Diante das informações apresentadas na APCN (BRASIL, 2017c), o que se observa é a tentativa perene de responder a uma pergunta: Qual a contribuição de um curso de doutorado em estudos marítimos para a pós-graduação nacional e qual o impacto social dessa contribuição? A análise inicial já delineia, em termos, esta resposta, mas cabe ainda dispor de alguns pontos importantes, descritos nessa APCN (BRASIL, 2017c), os quais melhor auxiliam a resposta, são eles:

- O PPGEM pauta-se na interdisciplinaridade, de forma que traz às ciências humanas um leque de contribuições maior por dialogar com diversas disciplinas diferentes.

- A possibilidade de se imergir, a partir do Doutorado, em pesquisa de temas de maior complexidade que estão a requerer novas abordagens e soluções inovadoras.

- O Doutorado poderá contribuir para o aumento de produtividade de organizações públicas e privadas, a priori, com qualificação da força de trabalho, e, a posteriori, com demandas de pesquisas oriundas dessas organizações.

- Um doutorado profissional também contribuiria para aumentar a produtividade de organizações, públicas e privadas, por meio de trabalhos de curso que demandem pesquisas para solução de problemas complexos, enquadrados na área de concentração e linhas de pesquisa do Programa.

Ante o exposto, é salutar apresentar a forma como a APCN, define, então, qual seja o propósito do PPGEM:

> O propósito essencial do curso tanto na sua modalidade de mestrado, como de doutorado será o de preparar quadros civis e militares com ênfase no campo marítimo, a fim de contribuir para a melhoria da capacitação de pessoal especializado e fomentar pesquisas para a ampliação do conhecimento acadêmico marítimo em áreas de interesse do poder marítimo e da defesa. A importância desta proposta se insere no próprio aperfeiçoamento da EGN como um órgão militar não apenas voltado para a Marinha, mas para toda a sociedade. Além disso, cumpre importante papel indutor apoiado em documento do Ministério da Defesa (Política de Ensino da Defesa) (BRASIL, 2017c, p.7)

Ressalta-se, a partir do propósito do programa, a aspiração desse para além da MB, ao buscar a preparação também de quadro civis e preocupação com o envolvimento desse com toda a sociedade. Também se enquadra o espectro dos estudos marítimos a ser pesquisado, elencando-se “poder marítimo” e “defesa” como áreas-chave. Outrossim, em seus temas de estudo, o programa atualiza os termos definidores das linhas de pesquisa, fruto do amadurecimento do que se é estudado e pesquisado. O quadro abaixo aponta as modificações ocorridas:

Quadro 3 – Diferenças entre as definições das linhas de pesquisa

LINHAS DE PESQUISA	APCN MESTRADO	APCN DOUTORADO	DIFERENÇAS NA DESCRIÇÃO
LP I	POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS	POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS	Não houve
LP II	REGULAÇÃO DO USO DO MAR, CENARIZAÇÃO	REGULAÇÃO DO USO DO MAR, PROCESSO DECISÓRIO E MÉTODOS PROSPECTIVOS	Inserção de desenvolvimento de ferramentas de simulação, com integração latino-americana
LP III	CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PODER MARÍTIMO	POLÍTICA E GESTÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO AMBIENTE MARÍTIMO	Inclusão dos estudos de gestão e logística voltados a área marítima

Fonte: Elaboração própria, baseado em BRASIL, 2013 e BRASIL, 2017c

Observa-se que ocorreram apenas pequenas modificações. O entendimento é que, com o amadurecimento das linhas de pesquisa, o programa realizou apenas aperfeiçoamentos naquilo que já estava estabelecido.

A APCN (BRASIL, 2017c) retrata ainda algumas estruturas importantes no processo de formação em consolidação do PPGEM e que merecem destaque. Tais estruturas são citadas de forma dispersa pelo documento e este pesquisador entendeu por bem condensá-las, de forma a melhor compreender as dinâmicas de interação do programa:

- O Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da EGN: na APCN de 2013 (BRASIL, 2013) mostrou-se como vinculado ao PPGEM, vez que era, dentro da estrutura da EGN, a principal instância de pesquisa básica e aplicada voltada os temas dos estudos marítimos. Contudo, nesta APCN, aparece como estrutura de cooperação do programa, na forma de ser demando pelo CEPE em temas de interesse da Administração Naval.

- Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPPG): estrutura que surgiu na EGN em 2016, conforme aponta a APCN, ou seja, no decorrer da existência do programa. O SPPG aparece a partir de um "processo de adaptação organizacional e reestruturação da pesquisa no âmbito da Marinha e da EGN que deu origem a um novo elemento organizacional ao qual o PPGEM se vincula na atualidade." (BRASIL, 2017, p. 11). Ainda sobre o SPPG, cabe destacar:

> A Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPPG), onde se situa a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, tem a responsabilidade direta de conduzir os acordos de cooperação, promover pesquisas, e atuar na gestão do conhecimento por meio das diversas atividades acadêmicas e, também, por intermédio da divulgação da produção institucional por diversos de seus meios, seja a Revista da Escola de Guerra Naval, periódico científico de publicação quadrimestral constante na base Qualis/CAPES, seja pelo Boletim Geocorrente (outro periódico científico de publicação quinzenal) ou mesmo da editoração de material bibliográfico e/ou instrucional.

- Laboratório de Simulação de Cenários (LSC) e o Centro de Jogos de Guerra (CJG): duas estruturas já citadas na APCN do mestrado (BRASIL, 2013), e que são ratificadas como essenciais na formação da estrutura de pesquisa do programa, pois ambos operam em conjunto na prospecção de cenários, realização de simulações e jogos para avaliação de conjunturas e implicações diante das realidades dentro do ambiente marinho. Contudo, o que as fazem mais relevante para o programa, conforme o apontamento da APCN do doutorado (BRASIL, 2017c), é o transbordamento da base epistemológico para outros campos de conhecimento. Assim, outros atores, para além daqueles inseridos no contexto dos estudos marítimos, demandam pela estrutura para realização de simulações e jogos.

Por fim, destaca-se um trecho da APCN que retrata de forma esclarecedora o que se deseja, afinal, com uma proposta de Doutorado profissional para o programa:

> A proposta de curso de Doutorado Profissional em Estudos Marítimos é complementar a do Mestrado em Estudos Marítimos, já instituído e tendo conquistado a boa avaliação pelo sistema CAPES. Único no país, o Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos oferece uma formação multidisciplinar e abrangente, que também mobiliza a relação da área das ciências humanas e sociais junto aos setores de defesa e marítimos, de grande incidência no mercado profissional brasileiro e com progressiva demanda de profissionais com habilidades estratégicas e internacionais. Espera-se formar um profissional qualificado capaz de assessorar os diversos setores governamentais e privados em assuntos marítimos, com ênfase em segurança e defesa. (BRASIL, 2017c, p.22)

3.2.4 Atas de reunião do colegiado do PPGEM

O Colegiado possui suas competências descritas no capítulo V do Regulamento do programa. Não é objetivo da pesquisa dispor sobre todas as atribuições deste órgão interno, contudo, é de bom alvitre destacar suas principais competências, que em linhas gerais, são a de gestão do corpo docente, deliberando acerca de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de professores, bem como a adequação destes às disciplinas que serão ministradas, trata também o colegiado do quadro, cronograma e crédito das disciplinas, avalia e delibera ainda sobre bolsas, postergações de defesa, trancamento de matrícula e disciplina, dentre outras atribuições inerentes ao cotidiano dos discentes (BRASIL, 2018c).

Entretanto, o que interessou, de fato, à pesquisa, foram as discussões que transbordaram a meras questões administrativas ou de gestão do programa. Procurou-se, assim, analisar, pontos de discussão cruciais ao desenvolvimento do programa até o patamar atual. Dessa feita, a análise foi realizada no agrupamento das atas por ano, no intuito de verificar o processo de evolução dos tópicos de discussão mais relevantes ao programa.

De acordo com o Regulamento do PPGEM, o colegiado reunir-se-á mensalmente. (BRASIL, 2018c). Contudo, os documentos analisados apontam que as reuniões iniciaram com frequência quadrimestral, passando a bimestrais, até atual configuração, de caráter mensal.

O Colegiado é composto pelo Coordenador do programa, que o presidirá (ou pelo Vice-Coordenador, em sua ausência); Vice-Coordenador do programa; por um professor representante de cada linha de pesquisa, entre os membros do corpo docente permanente; por um representante da Secretaria Acadêmica; por um discente representante de cada curso (Doutorado e Mestrado Profissionais); e por eventuais convidados em função de temáticas específicas (BRASIL, 2018c).

Seguida a breve caracterização do colegiado, passa-se a analisar as atas deste. Conforme exposto, a título de metodologia, as análises foram separadas ano a ano, apontando-se os fatos mais relevantes de discussão, portanto, discussões acerca de deliberações sobre a gestão cotidiana do programa foram excluídas dos achados, procurou-se, assim, destacar os pontos discutidos de maior relevância para a evolução do PPGEM enquanto pós-graduação *stricto sensu*. É, dessa forma, o que se segue:

- 2014:

a) realização de cadastro do corpo discente no sistema dos programas de pós-graduação da CAPES;

b) proposta de apoio de cooperação com a Universidade de Lisboa;

c) pontos acerca da alimentação da plataforma SUCUPIRA, para serem relacionadas as produções discentes e docentes vinculadas ao programa, bem como a vinculação dos grupos de pesquisa da EGN.

d) estabelecimento de regras de produção científica para o credenciamento e renovação de credenciamento do docente;

e) perspectiva de se propor uma reformulação da missão da EGN, de forma a facilitar a aprovação, pela alta administração naval, da participação do PPGEM em editais em institutos nacionais e internacionais; e

f) Avaliação do 1°semestre letivo, haja vista toda a novidade que se encerrava em torno de um programa recém-criado.

- 2015:

a) apresentação das tratativas com instituições para concessão de bolsas aos discentes;

b) deliberação sobre aquisição de bibliografia, haja vista as discussões mais relevantes do programa e sugestões dos discentes;

c) tratativas e sugestões de ações no intuito de ampliar o corpo docente para adequação à regra da CAPES;

d) implantação de melhoria no planejamento e montagem das disciplinas;

e) nomeação do coordenador do PPGEM para coordenação da área de CP/RI na CAPES; e

f) coordenação de ações para ampliação da divulgação do programa por meio de palestras.

- 2016:

a) sugestões de revisão e atualização dos documentos componentes do programa, tais quais regimento, caderno de orientação aos discentes e ementário;

b) realização de esforços na padronização da coleta dos dados de produção de discentes e docentes;

c) estabelecimento de critérios para elegibilidade e ordem de concessão de bolsas, este último tendo como critério a classificação no processo seletivo;

d) difusão e divulgação das atividades realizadas no PPGEM;

e) ampliação das parcerias internacionais, com a realização de congressos com palestrantes internacionais por referências na área de Estudos Marítimos; e

f) Discussões para a montagem de um comitê de ética na pesquisa.

- 2017:

a) Realização de evento acadêmico, fruto de parceria com o King's College London

b) Participação de docentes permanentes em eventos internacionais na Internacional Studies Association (ISA) e no Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos;

c) Esforço na consecução de bolsas de estudo para discentes e o estabelecimento dos critérios de concessão, de acordo com ata de reunião anterior;

d) Reforço da necessidade de estabilidade no quadro de docentes permanentes como preponderante à elevação da qualificação do programa de "3" para "5";

e) PPGEM como sede da reunião para avaliação técnica da produção científica da CAPES na área de CP/RI

f) Realização de evento com participação de um ex-comandante da Marinha dos Estados Unidos

g) Reforço da ideia de se criar um *Alumni* – comunidade de ex-alunos do PPGEM, com intuito de ser uma rede de relacionamento para disponibilização de oportunidades de trabalho e pesquisa.

h) Criação do *site* do *Alumni*, como parte das iniciativas da comunidade de ex-alunos do PPGEM; e

i) Organização para construção de uma APCN para o Doutorado Profissional. Importante ressaltar, que foi montada uma comissão antes do resultado de avaliação quadrienal, vez que esse resultado franquearia o PPGEM a submeter a proposta. Dessa forma, restou latente o desejo do corpo docente em avançar para um programa com Doutorado de forma mais célere possível.

- 2018:

a) Boas vindas de novos professores ao PPGEM, haja vista o último concurso realizado para o Magistério Superior;

b) Aumento de 132 produções em 2017 pelo PPGEM, em relação a 2016 no comparativo do "Relatório de Produções Científicas do PPGEM";

c) Tratativas para manutenção e expansão de bolsas por instituições financiadoras de bolsa de pesquisa;

d) Realização de Convênios com Instituições Internacionais com possibilidade de intercâmbio de docentes e discentes. São esses: Universidade de Leiden; Universidade de Lisboa; e -King's College London; e

e) Implantação da plataforma de aprendizado *online* denominada Moodle, como ferramenta de disponibilização do conteúdo bibliográfico das disciplinas.

- 2019:

a) Necessidade de divulgação dos critérios para concorrer a bolsas de estudo e pesquisa;

b) Aprimoramento na concessão e divulgação dos bolsistas;

c) Discussão acerca da oferta de cursos de extensão noturnos ao público externo

d) Publicação pela editora USP do livro Estudos Marítimos: Visões e Abordagens;

e) Oferta de disciplina de curta duração em parceria com King's College London e Escola de Estado Maior do Exército (ECEME); e

f) Discussões e dúvidas acerca do estágio pós-doutoral.

g) Disponibilização das Atas do Colegiado no site do PPGEM, de forma a incrementar a transparência;

h) Discussões acerca do aproveitamento dos créditos do mestrado para o Doutorado; e

i) Sugestão de avaliação das disciplinas ministradas, aos finais destas, pelos discentes, no intuito aperfeiçoar a maneira como as disciplinas serão ministradas.

3.2.5 Plano Estratégico do PPGEM (2018 a 2021)

Antes de discorrer sobre o Plano estratégico do PPGEM, é salutar conceituar o que seria um planejamento estratégico, para, assim, analisar o presente documento a partir de um fundamento teórico que o representa.

Neste contexto, para Mintzberg (2004), o planejamento estratégico em uma organização é uma estrutura sistematizada, na qual se desvelam forças e fraquezas (ambiente interno); ameaças e oportunidades (ambiente externo). no intuito de se definirem objetivos e metas que representem ações que atinjam a missão institucional. Para que esta sistemática aconteça, porém, é imperativa a necessidade de que valores organizacionais sejam o pilar de sustentação da estratégia.

No entendimento de Gouillart (1995), por meio do planejamento estratégico, serão analisados cenários com suas respectivas possibilidades de atuação no meio ambiente da instituição.

Portanto, a validade das dimensões substantivas nas estratégias, com o uso de critérios racionais, permite operacionalizar e implementar ações. Estes são os caminhos para concretização da missão, das metas e macroprocessos. Nisto, devem ser incluídas a análise ambiental e o comprometimento da alta administração e governança com os processos estratégicos (MOTTA, 2003).

Passando à análise do Plano Estratégico do PPGEM, observa-se, mais uma vez, a preocupação em delinear o propósito do PPGEM e o que de fato são os estudos marítimos. Por serem temáticas de recorrência e, portanto, propícia a se gerar uma categoria de análise, vale elencar, *in verbis*, ambas as ideias, no intuito de se ter uma base comparativa da recorrência dos temas:

> O Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), criado em 2013, subordinado a Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da EGN tem como propósito preparar profissionais no campo dos Estudos Marítimos, visando o mundo do trabalho e das atividades produtivas, além das funções inerentes à pesquisa e docência em áreas de ensino superior. Seu objetivo primário é formar mestres e doutores do campo dos Estudos Marítimos capazes de enfrentar novos desafios científicos com independência intelectual, contribuindo para o progresso do Brasil como nação soberana, imersa em um mundo globalizado em rápida evolução.
> Os Estudos Marítimos conformam um campo do conhecimento interdisciplinar que abrange disciplinas que se conectam e se relacionam, direta ou indiretamente, com os mares e águas interiores, em âmbito global. Seu propósito básico é o estudo das relações do homem com o mar, em perspectivas política, social, estratégica, econômica, cultural, científico-tecnológica e ambiental. (BRASIL, 2018a, p. 2)

Importante destacar que na estrutura apresentada, os propósitos do programa e o que seja Estudos Marítimos aparecem em sequência, como uma maneira de, a partir da dessa definição, conseguir se enxergar com mais clareza os propósitos do programa.

Também no documento, um outro ponto de valor para análise diz respeito ao fato de não se ter, de forma explícita, dizeres a respeito da missão do PPGEM, o que, fragiliza, de certa forma, a estrutura documental, vez que um plano estratégico se desenvolve, conforme Mintzberg (2004), a partir da identidade da organização que se insere no contexto de sua missão.

De outra forma, a visão do PPGEM é bastante esclarecedora, pois põe como ponto de chegada a consolidação do programa como de excelência nos campos de Estudos Marítimos e de Defesa Nacional até 2021. Como indicador concreto desta excelência, o PPGEM buscará manter, no mínimo, a nota de avaliação "5" da CAPES na avaliação quadrienal 2017-2020. O que se observa enquanto fragilidade é que o conceito de "programa de excelência" é um atributo subjetivo e de percepção externa, portanto de difícil mensuração. (BRASIL, 2018ª)

Destaca-se que as metas estratégicas elencadas no plano advém da avaliação quadrienal realizada pela CAPES, além disso, tais metas são distribuídas em cinco categorias, a saber: corpo docente; corpo discente e trabalhos de conclusão; produção intelectual; internacionalização e inserção social. Tal qual elencado, pontuar-se-á as metas para futura categorização dentro da mesma ordem de classificação do plano. É, assim, o que se apresenta:

- Corpo Docente:

De acordo com o plano, deverá conter profissionais com notável conhecimento na área de Estudos Marítimos, os quais necessitam ser vinculados à EGN, com predominância majoritária do regime de (40) horas ou dedicação exclusiva (DE).

Os professores colaboradores deverão ser 30% do total dos professores permanentes, no máximo, 70% dos professores, no mínimo, deverão possuir o título de Doutor, sendo 30% dos docentes com notável conhecimento na área marítima.

Todos os docentes deverão apresentar produção condizente com um professor de pós-graduação *stricto sensu*, os quais serão avaliados por comissão específica, nos moldes do que preconiza o Regulamento do PPGEM (BRASIL, 2018a). Da mesma forma, a falta de orientação poderá ocasionar no descredenciamento do docente.

Estabelecer, a partir de 2020, um programa de pós-doutoramento para os professores permanentes na média de um por ano.

- Corpo discente e trabalhos de conclusão:

Manter os mesmos critérios de ingresso e números de vagas no período de 2018 a 2021 para os candidatos, sendo 20 para o mestrado e 10 para o Doutorado.

Manter a proporcionalidade de orientações para que todos os discentes logrem êxito no programa.

Propor, quando adequado, a produção não só de dissertações, mas de pareceres, planos, relatórios de pesquisa e manuais. Também quando cabível, os orientadores poderão propor o encaminhamento desses produtos dos discentes para órgãos públicos ou privados que possam se beneficiar dos produtos finais.

Incentivar os discentes à produção de trabalhos científicos para submissão periódicos, de preferência avaliados no extrato superior do QUALIS (acima de B2).

- Produção Intelectual:

A avaliação quadrienal 2013-2016 (CAPES, 2017a) aponta vulnerabilidade na produção qualificada do programa nos estratos superiores pelos docentes permanentes. Portanto, o estabelecimento de metas para esta área torna-se fundamental para o desenvolvimento do programa, o que de fato foi realizado.

O docente, pelo planejamento, deverá ter quatro produções bibliográficas no período compreendido entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2021, com classificação no mínimo de B3 (artigos em periódicos) ou L2 (capítulos e livros), nos estratos pela Área da CAPES CP/RI; uma produção bibliográfica no período compreendido entre janeiro de 2018 e dezembro de 2021, classificada pela Área da CAPES CP/RI no estrato no mínimo de B1 (artigos em periódicos) ou L3 (capítulos e livros); e três (3) produções técnicas qualificadas anualmente a partir de 2018, incluindo relatórios de pesquisa, pareceres, inovações, patentes, assessoramentos, apresentações de trabalhos e produtos que se classifiquem como técnicos.

Deverá participar anualmente, a partir de 2019, de um seminário ou simpósio nacional com apresentação de trabalho, coordenação de seminário temático ou organização de evento, com o respectivo lançamento no sistema SUCUPIRA.

Deverá produzir com discente do PPGEM pelo menos um artigo em periódico de qualquer estrato classificado pela Área da CAPES CP/RI no período de 2019 a 2021.

- Internacionalização:

O processo de internacionalização foi projetado a partir de quatro pilares: envio de docentes ao exterior, mediante acolhimento de docentes com notório conhecimento sobre questões estratégicas voltadas ao mar, envio de discentes para missões internacionais, estágios, realizações de minicursos relacionados ao Programa e acolhimento de discentes internacionais como forma de servir de irradiador de conhecimento brasileiro em ambiente internacional.

As prioridades para a internacionalização foram apontadas no documento com direcionamento para os Estados Unidos da América, por ser a potência marítima prevalente no cenário internacional, a China, por ser uma potência marítima emergente, despontando no cenário marítimo mundial, Reino Unido, por guardar maior tradição marítima, países lusófonos africanos marítimos e países da América Latina, de preferência marítimos. Esta última opção caminha ao encontro do parecer da avaliação quadrienal do PPGEM (2013-2016), a qual sugere como fraqueza à internacionalização a ausência de parcerias de âmbito regional. (CAPES, 2017a). Tal fraqueza, a contar do que o plano propõe, permanecerá, vez que a priorização se dará por intermédio de revalidação dos Acordos de Cooperação ativos, quais sejam: Universidade de Lisboa, King's College e Universidade de Leiden.

Além disso, propõe-se que os docentes permanentes do PPGEM submetam artigos em revistas internacionais, com prioridade às revistas nos estratos superiores. Não há, no entanto, o apontamento efetivo de métrica para estes artigos, ou seja, é uma meta sem um quantificador.

Por fim, tem-se como meta, para internacionalização do programa, a recepção de discentes internacionais, porém, neste caso, não há, mais uma vez, uma métrica do quantitativo que se espera obter de discentes realizando disciplinas no PPGEM.

- Inserção Social:

O plano considera como metas de inserção social do programa, em primeiro prisma, a inserção de docentes, discentes e egressos em estruturas institucionais de interesse do PPGEM. Estas são, no âmbito da Marinha, primariamente, uma maior presença na Escola Naval, Organização Militar que forma Oficiais da MB, dispondo de um curso de ensino superior de bacharelado em Ciências Navais. Pretende-se tal intento por meio de uma maior inserção com os Grêmios de Aspirantes da Escola Naval, estabelecimento de atividades comuns, a participação de alunos da Escola em projetos de alunos do PPGEM e em palestras

de docentes da EGN na própria Escola Naval, fazendo com que haja maior inserção na graduação. No âmbito externo, tem-se como iniciativa a inserção em associações acadêmicas de interesse, tais como Associação Nacional de História, Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Associação Brasileira de Relações Internacionais e Associação Brasileira de Ciência Política.

Há também como meta a manutenção do acompanhamento do egresso por meio do *Alumni*. Procura-se observar qual o caminho do egresso no mercado de trabalho para se avaliar o impacto da capacitação na estrutura do mercado, de forma que os conhecimentos em estudos marítimos possam ser difundidos em um espaço externo à academia.

A participação em editais de fomento são vistos como meta para a inserção social do programa. Os principais editais apontados pelo plano são o Pró-Defesa e Pró-Estratégia.

Por fim, com relação à inserção social, há a continuidade do projeto PROAMAR. Ele é definido no plano como uma iniciativa do *Alumni* com a participação e a colaboração de alunos, ex-alunos, professores e o corpo administrativo do PPGEM, a fim de realizar ações educativas nas escolas públicas e pré-vestibulares comunitários para crianças e jovens do ensino fundamental e médio. A proposta do PROAMAR é uma iniciativa de fomento à educação e a mentalidade marítima, aberto à sociedade e fundamentada no apoio pedagógico e profissional ao aprendizado desses alunos. A ideia desse projeto social foi inspirada na vantagem do PPGEM ser um programa multi e interdisciplinar.

3.2.6 Boletins de Notícias (BONO) acerca do PPGEM

O Boletim de Notícias da MB (BONO) funciona como um informativo geral de livre acesso a todo o efetivo da instituição, o qual é publicado diariamente em dias úteis e fica disponível em site da intranet da MB, portanto de caráter ostensivo. Também é prática amplamente difundida, vez que orientado dessa forma, que toda a força de tarefa leia-o diariamente, o que dá as notícias lá inseridas ampla divulgação dentro da instituição.

Eis que o BONO fica disponível para consulta por meio de um sistema nomeado “BONO Web”, o qual contém uma ferramenta de busca por palavra-chave. Essa ferramenta foi utilizada na pesquisa dos BONO que tratam do programa da seguinte maneira: digitou-se a palavra “PPGEM”, os resultados dessa busca foram os utilizados na pesquisa.

Optou-se pela palavra “PPGEM” na busca, pois o nome sem abreviação do programa sempre era seguido de sua abreviatura. No mais, verificou-se que algumas publicações em

BONO utilizavam somente a sigla. Dessa forma, utilizar o termo “PPGEM” resultou em maior retorno nas buscas.

Na segunda parte da pesquisa, os resultados foram organizados em uma planilha, com os campos: “número” – numeração do documento; “data” – refere-se à data de publicação; “assunto” – representava o assunto tratado no documento, alguns desses achados não foram considerados, pois repetiam um mesmo assunto de BONO anterior, com curta proximidade, trata-se, portanto, de mera republicação ou reforço de um mesmo tema e assunto. Segue, assim, os resultados obtidos:

Quadro 4 – Lista de BONO sobre o PPGEM

2020		
Número	**Data**	**Assunto**
116	04/02/20	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
2019		
Número	**Data**	**Assunto**
90	01/02/19	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
189	12/03/19	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
165	27/02/19	Resultado 1ª turma de Doutorado
662	07/08/19	Divulgação de palestra / simpósio / workshop – palestrante internacional
701	21/08/19	Divulgação de processo seletivo do mestrado profissional
744	05/09/19	Processo de seleção de militares para realizar o mestrado em tempo integral
766	12/09/19	Divulgação de processo seletivo do mestrado profissional
791	18/09/19	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
2018		
Número	**Data**	**Assunto**
155	22/02/18	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
211	14/03/18	Divulgação de palestra / simpósio / workshop – palestrante internacional
635	24/08/18	Divulgação de processo seletivo do mestrado profissional
699	17/09/18	Processo de seleção de militares para realizar o mestrado em tempo integral
953	10/12/18	Publicação da aprovação do Doutorado pela CAPES
986	20/12/18	Divulgação de processo seletivo do doutorado profissional
2017		
Número	**Data**	**Assunto**
160	23/02/17	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
629	16/08/17	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
740	25/09/17	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
747	27/09/17	Publicação do resultado da avaliação quadrienal 2013-2016
757	29/09/17	Divulgação de processo seletivo do mestrado profissional
820	18/10/17	Divulgação de palestra / simpósio / workshop – palestrante internacional
1007	11/12/17	Recebimento de prêmio por mestranda em seminário do Ministério da Defesa
2016		
Número	**Data**	**Assunto**
138	25/02/16	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
189	15/03/16	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
244	05/04/16	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
606	23/08/16	Divulgação de processo seletivo do mestrado profissional
2015		

Número	Data	Assunto
135	02/03/15	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
302	07/05/15	Assunção de docente em cargo de coordenação adjunta da CAPES
579	19/08/15	Divulgação de jogo de simulação conduzido pelo PPGEM
716	14/10/15	Divulgação de processo seletivo do mestrado profissional
		2014
Número	**Data**	**Assunto**
77	30/01/14	Divulgação de palestra / simpósio / workshop
655	19/09/14	Divulgação de processo seletivo do mestrado profissional
		2013
Número	**Data**	**Assunto**
608	27/08/13	Aprovação da APCN do PPGEM pela CAPES

Fonte: Elaboração própria

A partir do exposto, de início, observa-se a crescente quantidade de material divulgado em BONO: 2013 – 1, 2014 – 2, 2015 – 4, 2016 – 4, 2017 – 7, 2018 – 6, 2019 – 8. Esta causa pode ser justificada pelo crescimento e amadurecimento do PPGEM.

Outro ponto de crescimento que pode ser observado, ano a ano, são as palestras, simpósios e seminários organizados, tendo, a partir de 2017, eventos com palestrantes internacionais, e, conforme analisado no conteúdo das publicações, pesquisadores de referência internacional em suas áreas de atuação.

Observa-se a ampla divulgação dada aos processos seletivos de ingresso, havendo, nesses casos, republicação das matérias, no intuito de reforçar abertura do processo seletivo. De maneira particular, este pesquisador tomou ciência da existência do programa e do processo seletivo por esse canal de divulgação. Ademais, vale ressaltar, que apesar da publicação do processo seletivo em âmbito interno da MB, os participantes da instituição não possuem prerrogativas ou vagas separadas no processo seletivo, sendo de igual concorrência tanto para o público externo quanto interno.

Há ainda verificado a relevância dada pela alta administração da MB ao PPGEM. Tal fato é reconhecido pela publicação de processo seletivo interno para oficiais superiores que já realizaram curso de Estado-Maior, ou seja, que estão aptos a realizar assessoramento de alto nível na força, para concorrerem a uma vaga no PPGEM em regime de tempo integral, ou seja, retirado de suas funções e aplicados apenas ao mestrado/doutorado. Frise-se que o militar candidato deve concorrer com os demais candidatos, não havendo vagas reservadas a esses, podendo somente usufruir do benefício de concorrer à feitura do curso em tempo integral caso esteja dentro do quantitativo de vagas ao final do processo seletivo.

Esse reconhecimento da alta administração naval é tendente a disponibilizar formação complementar a cursos de carreira, que insira os militares em pesquisa acadêmica e os

capacite a realizar atividades de pesquisa no âmbito da EGN, pois permanecerão nessa Escola por período não menor a dois anos após o término do curso, tal qual se explicita nos BONO sobre o assunto.

Por fim, constata-se a tentativa de divulgação da evolução do programa, a começar de 2013, quando se publica a aprovação da proposta de curso novo, passando, em 2015, pela divulgação de assunção de docente do PPGEM como coordenador adjunto na área de CP/RI da CAPES. Prossegue-se, em 2017, com boletim que trata de mestranda que recebeu premiação em seminário dos programas de pós-graduação militar. No mesmo ano, há a externalização do resultado da avaliação quadrienal 2013-2016, que elevou a pontuação do programa de “3” para “5”. Finda-se, em 2018, com a publicação da aprovação da abertura de doutorado profissional pelo PPGEM e divulgação seguinte de processo seletivo para o mesmo.

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo tem por objetivo analisar as entrevistas realizadas se utilizando da análise de conteúdo, e, por intermédio da categorização, reunir o material pesquisado em categorias específicas, que serão utilizadas para analisar e discutir os achados. Trata-se do passo mais importante deste estudo, vez que, o *corpus* da mesma será entrelaçado e discutido, em temáticas de maior recorrência e relevância na pesquisa.

O que será aplicado, dessa forma, partirá de uma abordagem qualitativa. Haveria, noutro prisma, possibilidades de abordagem quantitativa ou semi-quantitativa do *corpus*, como contagem de recorrência de palavras, ou métodos estatísticos ligados ao texto. Todavia, dada a necessidade inerente de aprofundamento em estudos de casos, entendeu-se que métodos qualitativos seriam mais adequados ao tema. Poder-se-ia supor uma abordagem híbrida, mas este autor, diante dos objetivos da pesquisa, do grau de complexidade na teia de relações da análise, e do tempo disponível para realização da pesquisa, entendeu que se mostraria com baixo benefício, ante os resultados, a utilização de métodos quantitativos. Nesse sentido:

> Haveria uma "racionalidade" manifesta e inerente aos processos de políticas públicas? Seriam os processos de políticas públicas passíveis de análise apenas através de técnicas quantitativas? Seria possível prever os resultados a que chegaria determinado processo de política pública? Como se desenrolavam as complexas disputas de poder entre uma diversidade de atores interessados em influenciar no desenho das políticas públicas? Qual o papel de fatores subjetivos como discursos, símbolos, crenças e valores nos processos que originam as políticas públicas? (BARCELOS, 2013, P. 148)

Quanto à entrevista, esta transcorreu em uma estrutura semiaberta. Totalizou-se oito indivíduos entrevistados, sendo quatro docentes permanentes responsáveis pela confecção de propostas de curso novo (entrevistados de 1 a 4), dois alunos do doutorado profissional (um militar e um civil), os quais foram alunos da primeira turma de mestrado (entrevistados 5 e 6), e duas autoridades militares que estiveram envolvidos no processo de construção do PPGEM (entrevistados 7 e 8). Optou-se por não entrevistar o atual coordenador do programa, bem como o Pró-reitor, de forma a se tentar manter uma maior imparcialidade dos achados.

A dinâmica da entrevista ocorreu da seguinte maneira: no início dessa, este pesquisador pontuou em linhas gerais qual era o objetivo da entrevista. Dessa forma, com os entrevistados que são docentes permanentes e com as autoridades militares, pediu-se para explicar como transcorreu os processos até a efetivação de uma proposta de curso novo, com os atores, planejamentos e contextos envolvidos, como foi a condução do programa, quando

já em funcionamento, sua consolidação, desafios e perspectivas. Neste caminho, a depender da resposta, algumas intervenções fizeram-se necessárias, sendo as de maior ocorrência: o motivo da escolha por um mestrado profissional, o papel da capacitação (realização de mestrado e doutorado) do pessoal envolvido no processo de surgimento do programa e aspectos a respeito de características que identificam o PPGEM enquanto modalidade profissional.

Malgrado as intervenções durante a entrevista, buscou-se dar liberdade aos entrevistados a se manifestarem livremente acerca do assunto tratado, de forma que se mitigasse o viés de confirmação do entrevistador.

Na entrevista com os dois alunos do Doutorado profissional, a preocupação deu-se em extrair a percepção desses em relação ao programa, desde seu início até o momento atual, vez que puderam estar presentes no recorte temporal de início e atual do mesmo. Neste aspecto, procurou-se focar naquilo que eles percebiam de característica “profissional” do PPGEM, de modo que se pediu para expressarem como o mestrado impactou em suas atividades profissionais.

Ademais, para todos os entrevistados, deixou-se aberta a oportunidade para se apontar aspectos positivos e de melhoria do programa.

As entrevistas foram transcritas, com a reprodução fidedigna das falas, de modo a não perder a originalidade do conteúdo. Também procurou-se fazer um breve fichamento de cada entrevistado, principalmente no que compete ao tipo de ligação histórica e atual com o programa e a EGN. Por fim, em cada entrevista, foi levado em conta, na análise, aspectos de formalidade ou informalidade na linguagem, vez que poderiam representar diálogos mais ou menos abertos aos pormenores dos fatos.

De posse do material, passou-se à análise de conteúdo, que se desvelou nos moldes Bardin (2011). Neste ponto, observa-se que a produção de inferências sobre o texto foi primordial, vez que confere ao método relevância. Assim, faz com que um dado puramente descritivo, de aparente falta de valor, ao se conectar com outras teorias e informações similares, consiga emergir resultados expressivos de valor científico.

Portanto, produzir inferência em análise de conteúdo trata-se de não somente supor de maneira subliminar determinada mensagem, mas embasar a informação produzida em teorias de diversas concepções, tendo como quadro de fundo realidades histórico-sociais, concepções de mundo e realidades concretas dos produtores e receptores da mensagem (CAMPOS, 2004).

Para realizar a validação das inferências, realizou-se validação intrínseca, na triangulação de teoria, documentos e embasamento de cada uma delas. De outra forma,

entende-se que a submissão da pesquisa a uma banca de análise de conclusão de mestrado, somados a futuras apresentações e publicações do trabalho poderão gerar discussões e os devidos ajustes que ensejam em validação externa.

Com objetivo de ser fiel ao método, este capítulo foi construído seguindo os principais passos da análise de Conteúdo. Dessa forma, realizou-se

- **Leitura flutuante:** os documentos analisados, os capítulos da dissertação, bibliografias sobre o tema e entrevistas foram lidos e relidos, de forma a se buscar aspectos relevantes a serem tratados.

- **Seleção das unidades a serem analisadas:** trata-se separação do *corpus* final a ser analisado. Diante da leitura flutuante, os capítulos já escritos foram incrementados e este pesquisador, entendendo que os capítulos escritos restavam suficientes para a análise e discussão dos resultados, pois guardariam os tópicos mais relevantes ante os temas abordados, decidiu por utilizar os textos dos capítulos adicionados às entrevistas para a seleção das unidades a serem analisadas.

- **Categorização:** Com o material separado para análise, realizadas novas leituras flutuantes, tendo em vista a relevância implícita do conteúdo aos objetivos e grau de recorrência dos assuntos, elencou-se quatro categorias de análise, a saber: histórico até o início das atividades do PPGEM; conceito de estudos marítimos na construção da identidade do PPGEM; a opção por um programa de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional; e a consolidação do PPGEM enquanto programa de pós-graduação *stricto sensu* profissional. As categorias passaram, então, por um processo de estabelecimento de critérios para se classificar um quadro como pertencente àquela categoria. Tais critérios estarão expressos ao início de cada categoria.

- **Inserção dos dados dentro das categorias:** realizou-se, neste ponto, nova leitura do *corpus*, neste momento, sob a perspectiva de se separar os dados que se enquadrassem em cada categoria. Em um editor de texto, estas foram elencadas, de modo que, no processo de classificação dos dados, estes fossem copiados as suas categorias equivalentes. O texto dos capítulos anteriores e cada entrevista foram identificadas por uma cor diferente, de modo que, visualmente, pudesse se perceber a presença de diferentes fontes na mesma categoria. Portanto, é o que se apresenta:

4.1 Histórico até o início das atividades do PPGEM

A defesa era um não assunto no mundo acadêmico (Entrevistado 1)

Depositou-se nessa categoria todos os achados até o envio da proposta de curso novo. Portanto, trata-se do recorte temporal a principal regra dessa categoria.

O ponto de início, em termos da presente categoria, pontua-se no Planejamento Estratégico de 2006. Este é o documento mais antigo analisado nessa pesquisa, além disso, um entrevistado aponta tal planejamento como o princípio da montagem de uma estrutura de pós-graduação *stricto sensu*. Nas discussões inicias, o que se tinha era:

> A ideia inicial das três forças armadas era que os cursos de Estado-Maior fossem reconhecidos pela CAPES. Houve diversas reuniões com o Diretor da CAPES, que inclusive eu participei, mas as propostas não eram aceitas. Nossos cursos duravam só um ano, também não tínhamos estrutura de docentes que a CAPES exigia, se eles aprovassem, com certeza as universidades iriam reclamar (...) então a gente viu que não teria jeito, a gente precisava se adequar aos critérios da CAPES e fazer as coisas do zero e foi isso que aconteceu. Quando tivermos Doutores e Mestres aí a gente faria uma apresentação de proposta de curso novo (ENTREVISTADO 7).

> As Forças-Armadas insistiam em tentar reconhecer os cursos de Estado-Maior como *stricto sensu* pela CAPES. O problema que o enquadramento, por exemplo, do curso da Marinha, é pelo Sistema de Ensino Naval. São coisas totalmente diferentes. Os objetivos, a forma como ocorre um mestrado, doutorado e um curso de Altos Estudos militar é totalmente diferente. Não é que um seja melhor do que o outro, mas são diferentes, por isso a CAPES nunca iria aceitar (ENTREVISTADO 1)

> (...) ideia foi não transformar o curso de Estado-Maior em mestrado e doutorado porque a gente já via que isso era realmente um risco (ENTREVISTADO 3)

Portanto, ciente dessa problemática e da impossibilidade de se transformar os cursos de Altos Estudos da EGN em um mestrado pelo sistema CAPES – basta analisar que no presente momento estes cursos são reconhecidos como *lato sensu* - um dos entrevistados, percebeu, no tempo em que se construía o Planejamento Estratégico de 2006 da EGN (BRASIL, 2006), a necessidade de se, enfim, preparar a estrutura dentro da EGN para recepção de um curso *stricto sensu*:

> Aí resolvi esse empasse dos cursos no planejamento estratégico de 2005 e mandei para o Estado-Maior da Armada para que permanecesse até 2014 (...) então eu coloquei como visão de futuro que poderíamos fazer um curso de Mestrado (ENTREVISTADO 7).

É importante salientar que o Planejamento Estratégico de 2006 (BRASIL, 2006) já apontava alguns caminhos para a abertura de um curso de mestrado, apesar de não o citar explicitamente, conforme a fala do entrevistado. No entanto, já se deixava trilhas para esse fim. A exemplo disso, tem-se, conforme já analisado no capítulo 5, como um dos objetivos da EGN naquele planejamento o seguinte:

> Investigar, estudar, experimentar e opinar sobre novos métodos, teorias, planos e doutrinas ou temas de interesse da Marinha; e **realizar pesquisa científica** de interesse da Marinha, nas áreas de Defesa Nacional, Poder Marítimo, Guerra Naval e Administração, **por intermédio de grupos de pesquisa autônomos ou em cooperação com centros de conhecimento e/ou órgãos de fomento à pesquisa** (BRASIL, 2004, p.3, grifo nosso)

Além disso, o Planejamento de 2006 (BRASIL, 2006), ainda trazia consigo como visão de futuro a consolidação da EGN como um centro de excelência em ensino e pesquisa no campo de Estudos Marítimos e de Defesa Nacional até 2018. Ora, como ser um centro de excelência em ensino em sua área de conhecimento senão com a presença de um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em atividade?

Neste sentido, o planejamento em tela ainda cita como fraqueza poucos professores com mestrado e doutorado e elenca, na parte de ambiente externo, os critérios da CAPES para proposta de curso novo (BRASIL, 2006). Assim, o planejamento estratégico de 2006 da EGN (BRASIL, 2006) identificou a necessidade de qualificação de mestres e doutores, apontando para esta formação, militares instrutores da EGN. Tal era a preocupação, que se estabeleceu uma meta neste sentido:

> Meta 1.8 – ter, no mínimo, 1/3 do corpo docente permanente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, formado nas áreas de conhecimento relacionadas à Defesa Nacional, até 2014. Para tal, deverá ser cumprido a seguinte programação (BRASIL, 2004, P. 8)

Nesta direção, um dos entrevistados faz a seguinte afirmação:

> A EGN, em particular, investiu na formação de seus próprios doutores, a partir de 2008, 2009, e até antes um pouco, para é, alcançar esse número mínimo de doutores para poder viabilizar uma proposta de curso novo (ENTREVISTADO 3)

Dessa forma, é clara a decisão política da EGN em, enfim, demover-se do intento de reconhecer os cursos de altos estudos e caminhar para a construção de um programa de pós-graduação aos moldes da CAPES. No entanto, há de se observar a afirmação de Rua (2009), a qual afirma que embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública , por isso, pode-se afirmar que não havia ainda uma política pública clara de fomento à pós-graduação *stricto sensu*., o que, de fato começou a ocorrer alguns anos depois do planejamento inicial.

De forma mais evidente, apresenta-se como política pública de fomento ao ensino e pesquisa acadêmica em defesa o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e

Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa)[9], o qual um dos entrevistados descreve sua origem da seguinte forma:

> O então presidente Lula chamou o presidente da CAPES para uma reunião. Ao voltar dessa reunião, ele reuniu alguns conselhos técnicos e disse: - o presidente quer que fomentemos pesquisa em Defesa e Cinema. Algumas pessoas até riram, porque era áreas muito diferentes (...) mas ali eu percebi que começava a surgir uma aproximação da CAPES ao meio militar na pesquisa em humanidades. Logo depois veio o Pró-Defesa (...) o militar e a defesa passavam então de simples objeto de pesquisa para participar efetivamente da pesquisa no âmbito da CAPES (ENTREVISTADO 1).

Ainda sobre o Pró-defesa, veja-se o que alguns entrevistados falam acerca:

> Assim foi feito um edital conjunto com academia e Defesa, porque tem que ter instituição civil e militar com formação de civis e militares pensando defesa, tem que ter um pouco de cada, civil e militar, assim nasce o Pró-Defesa I, em 2005 (ENTREVISTADO 1)

> O Pró-Defesa foi um projeto de estímulo de pesquisa em defesa nacional e se formam consórcios entre universidades e escolas de altos estudos. Entre elas a EGN. Ela participa do -Pró-Defesa I que se voltou também à formação de mestres e doutores e a partir daí que o projeto se desenvolve as parcerias vão acontecendo e se consolidando e surgem oportunidades de formação de doutores, então, vários atuais professores são egressos desse período (...) então o Pró-Defesa marca uma grande oportunidade que surgiu nesse meio, então os professores se dispuseram a fazer um curso por dois anos concomitante as atividades que exerciam e no caso, doutorado, 4 anos e isso gerou uma massa crítica de pessoas tituladas e no desenrolar dos acontecimentos foi amadurecendo a ideia de propor um curso próprio no âmbito da CAPES, vamos dizer, em complemento no que se praticava na EGN, no sistema de ensino naval (ENTREVISTADO 3)

> Aí a aparece o Pró-Defesa, essa interação entre academia e escolas de altos estudos militares, isso foi muito importante, formou massa crítica que pensasse defesa, tanto militares, quanto civis. Alguns professores hoje do programa, que também entraram na época na montagem da APCN, professores titulares hoje, são cria do Pró-Defesa (...) ele foi muito importante para existência do programa (ENTREVISTADO 2)

A partir dos trechos apresentados, observa-se a criação de um mecanismo que possibilitou a interação, em primeiro prisma, entre civis e militares em pesquisa na área de defesa, mas não só isso, houve a criação de um corpo de mestres e doutores para as forças armadas, que no caso da EGN, possibilitou uma massa de pesquisadores que ao regressarem puderam vislumbrar a possibilidade de vínculos com a CAPES, além de uma perspectiva de criação de um programa de pós-graduação. Um dos entrevistados ainda afirma: "eu sou a primeira cria do Pró-Defesa, eu conheci a EGN e vi possibilidade de fazer concurso pra cá por causa do Pró-Defesa" (ENTREVISTADO 4)

[9] O Pró-Defesa é uma iniciativa conjunta entre Ministério da Defesa e CAPES de fomento à pesquisa em defesa, por intermédio de financiamento, criação de redes de cooperação entre instituição públicas e particulares de ensino superior, institutos militares e centros de estudos estratégicos

Assim, nasce o que Baumgartner e Jones (2010) definem como um subsistema de política, no qual, a partir de uma "comunidade de especialista" pode-se pensar na montagem de uma proposta de curso novo. De fato, foi o que os entrevistados acabaram por relatar – atores com nível de especialização e conhecimento setorial puderam determinar o rumo de um processo político de construção de um programa de pós-graduação:

> A ideia partiu da gente (...) nós nos reunimos sempre aqui nessa mesa após o expediente, era eu, professora (omitido), os professores (omitido) e houve um momento em que a nossa proposta foi *bottom up*, nós forçamos o sistema, acreditando que aquele era o momento propício para propor à alta administração naval um programa de estudos marítimos (...) nossa proposta foi *bottom up*, debaixo para cima, o outros não (outras forças armadas) , foi determinação do comandante do exército e aeronáutica para criarem (ENTREVISTADO 2)

> A mobilização para escrever a proposta de curso novo, a APCN e submetê-la à CAPES foi bastante intensa, um grupo se reuniu, uma proposta complexa com muitas particularidades, muitas especificações, docentes, sobre as disciplinas, dá quase um livro uma proposta dessa, então isso foi em 2013, foi feito um grande esforço nosso para que ela tivesse pronta dentro da janela aberta pela CAPES para esse fim (...)**.**e assim podemos dizer que foi um pouco *bottom up*, mas por outro lado foi um processo de convencimento que teve uma aceitação natural pelo próprio reconhecimento das autoridades sobre essa necessidade, então havia muitos argumentos para que uma iniciativa como essa fosse adiante, isso foi entendido pela alta administração naval que isso seria importante para marinha, daí teve a apresentação da APCN à CAPES (ENTREVISTADO 3)

> A necessidade do programa surgiu mais pelos que estavam aqui(...)foi *bottom up*, de baixo para cima. Usamos como justificativa para Alta Administração Naval que estávamos mandando pessoal para fora e poderíamos ter o nosso próprio mecanismo (...) foi um viradão, seis meses aqui saindo uma hora da manhã fazendo a proposta, comendo pizza no jantar que o Diretor mandava fazer para gente. Aliás uns três meses de muita dureza, mas a gente teve uma proposta sólida (ENTREVISTADO 4).

> Com certeza a proposta partiu da gente. Claro que as autoridades tinham interesse no que a gente estava fazendo, mas a iniciativa foi nossa, vimos que tínhamos um time para montar uma proposta de mestrado (ENTREVISTADO 1)

Conforme apontam as entrevistas, houve grande recorrência da informação de que a proposta era *bottom-up.* O marco teórico dessa pesquisa elenca tal modelo de política pública como aquele que parte de instâncias inferiores até os decisores políticos, o que configura maior liberdade a redes de atores em se auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Também gera maior adesão na implementação da política, vez que não é algo estranho a vontade daqueles que porão em prática o que fora planejado. Neste modelo, enfim, o ator político acaba por se sensibilizar pelo o que está sendo proposto e realiza um processo de consecução da ideia, de início, apresentada (SABATIER, 1986).

Doutra banda, quanto à sensibilização dos atores políticos, um dos entrevistados relata tal importância no processo de aprovação, no âmbito da Marinha, de se enviar uma proposta à CAPES:

> Houve também na nossa proposta uma constelação perfeita no momento. O Diretor queria, o Chefe do Estado-Maior da Armada queria e o Comandante da Marinha apenas ratificou o que chefe do seu gabinete levou. Todos estavam alinhados. O comandante da EGN, nós fizemos a apresentação para ele e ele aprovou (ENTREVISTADO 2)

Na sequência da análise desta categoria, três basilares foram importantes na montagem de um mestrado profissional, conforme apontamentos na análise documental da APCN (BRASIL, 2013) o Centro de Estudos Político-estratégicos da Marinha (CEPE), o Laboratório de Simulação de Cenários (LSC) e o Centro de Jogos de Guerra (CJG). Observa-se que essas estruturas eram experiências de pesquisa que naturalmente desembocariam em possibilidade de um programa de pós-graduação *stricto sensu* Há de se levar também em conta o trânsito do meio acadêmico em tais estruturas, o que se reflete em experiências prévias com outros programas.

Assim, de acordo com a APCN, o CEPE é a principal instância de organização de pesquisa e análise voltada para temas de defesa e tem por propósito contribuir para o aperfeiçoamento e a evolução do pensamento político-estratégico naval brasileiro. Além disso, tem a responsabilidade de conduzir os acordos de cooperação, promover seminários e é também responsável pela Revista da Escola de Guerra Naval, revista científica de publicação regular e já constante na base Qualis/CAPES, com classificação QUALIS único A3.

Dois dos entrevistados relatam sobre a importância dessas estruturas:

> A ideia era experimentar jogos de guerra em situações de guerra e situações de crise a ideia era fazer essa experiência com civis e pesquisadores nessa área então a gente fez o laboratório de simulação de cenário e quando o laboratório foi criado ainda não havia ainda o programa depois do laboratório já consolidado houve a dúvida se ele deveria ficar subordinado ao centro de jogos ou deveria ficar subordinado ao CEPE (ENTREVISTADO 4).

> O CEPE foi extremamente importante na organização do PPGEM dentro da estrutura da EGN, porque ninguém sabia onde o programa iria ficar, pensaram na Superintendência de Ensino, mas seria a mesma subordinação ao curso de Altos Estudos, poderia ficar confuso, aí tiveram a ideia de vincular o PPGEM ao CEPE, que acabou sendo a decisão mais acertada (ENTREVISTADO 8)

4.2 O conceito de estudos marítimos na construção da identidade do PPGEM

> O Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) tem por propósito capacitar civis e militares no campo de Estudos Marítimos (Regulamento do PPGEM).

Conforme já apontado na análise documental, o conceito de Estudos Marítimos interage com o programa em seu aspecto de identidade. Portanto, a partir do *corpus* da pesquisa, verificou-se a necessidade, dada a relevância, de se criar uma categoria para tal.

Dessa forma, para melhor compreensão e análise da presente categoria, é de importância retomar o conceito de estudos marítimos, na visão do próprio programa:

> (...) são um campo acadêmico interdisciplinar de conhecimento, que inclui direta ou indiretamente disciplinas que se conectam e se relacionam com os mares e águas interiores do mundo, tendo como finalidade o estudo das relações políticas e sociais do homem com os mares. A área de concentração se articula com os Estudos Marítimos em três vieses. O viés segurança que se vincula a proteção de nossa costa contra o contrabando, o descaminho e proteção da vida humana no mar, além de exploração com segurança do conceito "Amazônia Azul". O viés de defesa que se insere dentro da política governamental de defesa armada como um componente essencial da soberania brasileira nos mares, aí incluído a organização de operações de paz, defesa costeira e projeção de poder e o viés de estratégia marítima apontando para os caminhos necessários para se atingir os propósitos estabelecidos pelo nível político nacional. Ela abarca diversas disciplinas correlatas ao mar (BRASIL, 2013, p. 8)

> Os Estudos Marítimos conformam um campo do conhecimento interdisciplinar que abrange disciplinas que se conectam e se relacionam, direta ou indiretamente, com os mares e águas interiores, em âmbito global. Seu propósito básico é o estudo das relações do homem com o mar, em perspectivas política, social, estratégica, econômica, cultural, científico-tecnológica e ambiental. (BRASIL, 2018b, p. 2)

Um dos entrevistados aponta que o termo estudos marítimos teve sua gênese para o programa da seguinte forma:

> (...) nós fizemos uma pesquisa na rede de pesquisa e vimos que já existiam programas de pós-graduação, principalmente em países mais desenvolvidos, como Inglaterra e Estados Unidos e nós fizemos uma pesquisa do que era *maritime studies*, e fizemos uma tradução do que era o conceito de *maritime studies*, por isso ele recebeu este nome, e também para diferenciar o nome das ciências navais, e aqui na EGN do nome do mestrado e doutorado pelo sistema de ensino naval é em ciências navais, ao contrário do exército, que deu o nome de ciências militares e há uma confusão enorme deles entre o programa da CAPES e deles de carreira porque possuem o mesmo nome (ENTREVISTADO 2)

Ante o exposto, observa-se que o termo advém de experiências no exterior de programas de pós-graduação que já utilizavam o termo *maritime studies* para se definirem. Foi realizada então a tradução do termo e uma melhor explicação do que seria, para realidade do PPGEM, estudos marítimos.

Outro fator importante no contexto de identidade do PPGEM, diz respeito ao fato de que, ao se construir o conceito de estudos marítimos, caminhou-se no sentindo de se ter um campo de estudo interdisciplinar. Tal fato é apontado pelos entrevistados como um fundamento de força do programa:

> os programas se veem cada vez mais como interdisciplinares (…) quando fizemos a proposta, mandamos para a comissão interdisciplinar da CAPES, só que eles recebem coisas lá do parafuso ao foguete. Aí viram que CP/RI carecia e sofria uma pressão para ter programas profissionais, por isso acabaram que mandaram a gente para lá (ENTREVISTADO 3).

Também foi importante a inserção da interdisciplinaridade dentro do conceito de Estudos Marítimos, haja vista a diversidade da qualificação dos docentes: "mandamos essa proposta para o interdisciplinar porque tinha um engenheiro, administrador, um de ciências naval, um de direito e um de história "(ENTREVISTADO 3). Portanto, diante da APCN, seria uma relevante justificativa ter um quadro de docentes em várias áreas do conhecimento, haja vista o campo que se desejava explorar por meio do programa. Neste diapasão, ainda há um relato de um entrevistado:

> É aquilo né, o que a gente acaba vendo é muito além de estudos marítimos, né? A gente acaba vendo as relações com ciência política, relações internacionais, economia, defesa. É interdisciplinar (…). (ENTREVISTADO 6)

O mesmo entrevistado, porém, pontua a desafio que o programa possui em ampliar o leque das disciplinas abrangidas. Este entrevistado observa um *gap* existente em matérias mais voltadas a parte não militar dos estudos marítimos:

> (...) na minha época, se eu não me engano, a gente tinha a maior parte do corpo docente, com exceção de dois professores, oficiais de Marinha, então isso acabava dando uma cara muito militarizada no programa, o que se refletia na forma de aplicar as disciplinas, né? Então, assim, a gente discutia muito a questão de políticas, estratégia, regulação, mas assim mais com aquele viés acadêmico-militar em si. (...) Eu sinto um pouco de falta desse pessoal que pense esse lado do poder marítimo, da parte de empresa de navegação, na parte portuária, em si (ENTREVISATADO 6)

O entrevistado dá prosseguimento a fala se encaminhando a uma pedra de toque na identidade profissional dos estudos marítimos que precisa, na visão do entrevistado, ser aprimorado no programa. Trata-se da ideia de aprimorar o campo de estudo com características mais profissionalizantes, as quais poderiam ser melhor aproveitadas pelo PPGEM:

> (...) eu tô trabalhando mais a parte do setor portuário, em si. Eu sinto um pouco de falta desse pessoal que pense esse lado do poder marítimo, da parte de empresa de navegação, na parte portuária, em si (...) a gente deveria atuar junto com o corpo do programa pra poder oferecer módulos de cursos, mais voltados pra essa área de comércio exterior, sabe, de indústria marítima, patentes, setor portuário, logística marítima, coisas que fossem de fato, profissionalizantes, que você pudesse, que o aluno pudesse ter um certificado depois pra pleitear uma vaga em determinadas empresas, e que não fosse nessa área mais conceitual, entendeu? De discussão, de ciência política, que fosse uma parte mais prática em si, aí a gente tem, a gente tem interesse de desenvolver parcerias (...). Então, eu acho que poderia haver um intercâmbio maior, pra essa interface mais comercial, assim por dizer, porque, assim como eu falei, eu tô aqui dentro hoje, porque, discutindo na minha tese essa parte

> mais comercial, mais de logística de portos, e ainda sinto alguma deficiência de ter um arcabolso do programa que traz mais sobre isso. (ENTREVISTADO 6)

Ademais, a ideia de uma pós-graduação *stricto sensu* em estudos marítimos permitiu à proposta de curso novo os ares de novidades necessários para um parecer favorável da CAPES à abertura do curso. A APCN, assim, elenca o corrente *déficit* de quadros civis no campo de estudos marítimos. Portanto, a especificidade do tema e o ineditismo da proposta contribuíram para aprovação da proposta. Nesse sentido:

> (…) a força que o PPGEM tem vem da sua especificidade em estudos marítimos, a base epistemológico dessa nova área aponta para uma interdisciplinaridade que por um tipo de objeto que é muito específico, as interações do homem com o mar, vistos do ângulo da ciência política e das relações internacionais, então, essa especificidade e a natureza profissional disso dão ao programa uma visibilidade (…) dentro da área de humanidades aí foi uma inovação tanto que na palestra inaugural do PPGEM, feita pelo presidente da CAPES de então, ele trouxe o mapa dos estudos relacionados ao mar em que registravam todos os programas de pós-graduação da CAPES que atuavam em ciências do mar. Todos eles na área de ciências exatas, tecnológicas ou de ciências da vida. O programa foi o primeiro entrar nesse mapa em Ciência Política e relações internacionais (ENTREVISTADO 4).

A avaliação quadrienal da CAPES, em que altera a nota do programa de "3" para "5", destaca como uma das motivações ligadas a este salto refere-se à especialidade temática do programa, vez que o permitiu realizar articulações consistentes com outras instituições, além de possibilitar uma visão holística nos temas ligados ao mar Ainda o relatório da avaliação quadrienal pontua a temática do programa como de forte impacto social (CAPES, 2017b).

Observa-se, portanto, que a inicial busca de uma base epistemológica para o programa desembocou em um conceito amplo e interdisciplinar que tem como fundamento a relação das ciências humanas com o mar, a partir de uma base integrada que reúne diversos campos de conhecimento na área das humanidades, imprimindo a essas uma característica marítima, em uma espécie de "batismo de água salgada" em diversos campos de conhecimento. Portanto, a identidade do PPGEM concretiza-se no constante intento reunir um emaranhado de contribuição de diferentes bases epistemológicas e as ajuntar em um conhecimento amplo e sistematizado sobre o mar.

4.3 A opção por um programa de pós-graduação profissional

> A modalidade (profissional) tem o propósito de qualificar, em alto nível, profissionais atuantes no mercado de trabalho, tornando-os capazes de solucionar problemas complexos, inovar e transformar organizações. Esse propósito concretiza-se nas atividades de ensino. Elas se constituem no *lócus* apropriado para aproximar teoria e prática. (VERSCHOORE, 2019, p. 61)

Eis que uma decisão fundamental no processo de construção de política pública de pós-graduação é a escolha da modalidade do programa. Como já exposto, o PPGEM está na modalidade profissional. No entanto, com enfoque no objetivo de analisar o PPGEM enquanto programa profissional, faz-se necessário entender como se deu tal opção, pois os fundamentos dessa escolha, mostrarão os caminhos percorridos na consolidação do programa.

Neste contexto, dois aspectos acerca de políticas públicas apontadas no marco teórico auxiliarão na análise desta categoria. O primeiro refere-se ao entendimento de Secchi (2014) de que as políticas públicas tratam dos conteúdos concretos e simbólicos das decisões políticas perante o processo de construção e atuação dessas decisões. O segundo aspecto reside na afirmação de Araújo (2013) de que as políticas públicas se desenvolvem e são racionalizadas em função de problemas percebidos e interesses envolvidos na solução desses problemas.

Ante os dois aspectos, foi verificada na fala dos entrevistados a dificuldade inicial de se conceber um programa profissional, afinal os participantes do processo de criação do PPGEM advinham de programas acadêmicos:

> Queríamos acadêmico, mas um nos convenceu em ser profissional, pois estavam em ascensão e os acadêmicos ou estavam estagnados ou em queda (…) houve muita discussão sobre se ia ser acadêmico ou profissional, foi até mesmo difícil porque todos nós viemos de programas acadêmicos e houve uma discussão muito grande sobre a composição das disciplinas (ENTREVISTADO 2)

> Então houve um amplo debate sobre vantagens e desvantagens no debate entre ser acadêmico e profissional e acabou ganhando a opção pelo profissional. Na época, havia corrente defendendo os dois lados, mas a forma de operação do programa levou a um consenso sobre o programa profissional (ENTREVISTADO 3)

> Um dos professores disse que a tendência era os programas profissionais e disse: - vocês tem que pensar nisso é uma tendência irreversível. E a gente tem uma natureza que é profissional, a gente achava que não quando estava escrevendo a APCN, Mas a gente pode pesquisar e pesquisando a gente chegou a essa conclusão e concordamos entre nós e ficamos assim, com o profissional (ENTREVISTADO 4)

A incerteza e o desconhecimento dos docentes sobre o mestrado profissional e sua real capacidade, era natural naquele momento, pelo fato de ser esta uma realidade recente no ambiente acadêmico. Ora, a portaria n° 47, que autorizava abertura dos mestrados profissionais é de 17 de outubro de 1995 (BRASIL, 1995). Além disso, Barros, Valentim e Melo (2005) apontam a resistência de algumas áreas de conhecimento em oferecer novos cursos dentro da proposta profissional e dificuldades endógenas à CAPES em conseguir diferenciar mestrados acadêmicos dos profissionais.

Doutra banda, o tom de inovação e novidade dos programas profissionais (GIULIANI, 2010) trouxeram aos entrevistados, no momento da construção do projeto, perspectivas animadoras em estar adentrado em uma nova área que se fazia promissora naquele momento. Assim, a ideia que acabou por vigorar entre os criadores do PPGEM, a partir da discussão da proposta de curso sobre o mestrado profissional ser uma tendência não era sem base, vez que o VI PNPG (BRASIL, 2010) põe em foco o desenvolvimento dessa modalidade, no intuito de se formar capital intelectual que possa atuar no mundo do trabalho e dos grandes projetos nacionais, sem se descolar da ciência e academia. Da mesma forma, os números apresentados na presente pesquisa apontam neste sentido: de 1998 a 2019, os programas acadêmicos cresceram a uma taxa média de 5,33%, enquanto os programas profissionais 24,89%.

A partir dessa concepção, os entrevistados apontaram justificativas complementares para escolha da modalidade profissional:

> (…) pelo corpo docente que tínhamos, talvez fosse inviável enviar uma proposta acadêmica, teríamos que chamar gente de fora, só que pensamos em montar algo nosso (ENTREVISTADO 1).
>
> Fomos convencidos de que esse era o futuro (ENTREVISTADO 2).
>
> nós ficamos convencidos que era a melhor coisa mas hoje nós estamos convencidos. porque no mestrado profissional você poderia ter gente descrevendo as suas expertises No limite de até 30% e aí tem 2 pessoas que só tinham mestrados e doutorados navais[10] e com essas pessoas a gente conseguiu constituir (ENTREVISTADO 4).

Nos casos relatados, percebe-se, de certa forma, um encaminhamento da decisão política pelo modelo lata de lixo, em virtude de, conforme Cohen *et al.* (1972), as soluções se encaminharem em direção aos problemas. Houve, assim, em primeiro ponto, o levantamento da hipótese de um curso profissional, que no fim foi a ideia vencedora, portanto a solução de um problema decisório. No entanto, ao se aprofundar, nas questões de um programa profissional, verificou-se que este seria a solução para outros problemas, que apareceriam na montagem de uma APCN acadêmica, tal qual o perfil e quantidade do corpo docente.

[10] A Lei do Sistema de Ensino Naval (Lei n° 11.279, de 9 de fevereiro de 2006) classifica a EGN como "estabelecimento responsável pelos cursos de educação superior de pós-graduação em Ciências Navais" (art. 18, § 3º). Regulamentando a lei em tela, o Decreto n° 6.883, de 25 de junho de 2009, "conferem diploma de pós-1. graduação, equivalente, em nível, aos cursos de pós-graduação stricto sensu, com as seguintes titulações: 1. Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) - Mestrado em Ciências Navais; e2. Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) - Doutorado em Ciências Navais." (art. 10, inciso "c"). Portanto, conforme expresso pelo entrevistado 4, alguns professores haviam notório saber no campo de estudos marítimos, por terem realizado tais cursos e serem instrutores em disciplinas desse. Assim, para encaixá-los na APCN, a modalidade profissional mostrou-se mais adequada.

Já os ex-alunos do mestrado, agora doutorandos no PPGEM, que foram entrevistados, tem a seguinte percepção do atributo profissional do programa:

> Eu ainda sinto um pouco de falta, assim, por exemplo, agora no meu doutorado
> É um dos focos do PPGEM é a elevada produção acadêmica. Isso gera o quê? Um mestrado profissional tão acadêmico quanto qualquer outro (...) a minha comparação era com amigos que fizeram o acadêmico, e eu vi que era igual ou até maior a carga de exigência com relação ao profissional. (ENTREVISTADO 5).

Diante da afirmação acima, este pesquisador perguntou se o entrevistado observava a mesma percepção dos seus pares. Eis a resposta: "sim, eu percebo a mesma coisa" (ENTREVISTADO 5). Apesar de tais afirmações, diz o entrevistado:

> (...) o que torna ele, digamos assim, voltado para a atividade profissional, é o seu caráter interdisciplinar (...) porque, por ser interdisciplinar você acaba pegando conhecimento de diversas áreas, e acaba montando uma pesquisa, um trabalho que, por ser, por reunir várias informações úteis, a tua pesquisa acaba sendo útil. Quando você se reduz a um único campo de estudo, você conclui uma pesquisa que, às vezes, ela não é aplicável porque ela tem que ser complementada com outras áreas do conhecimento. Aqui não acontece isso, durante a tua pesquisa, você já vai buscando em outras áreas do conhecimento, tudo aquilo que é útil pra responder a tua questão. (ENTREVISTADO 5)

Eis que outro entrevistado, na condição de ex-aluno do mestrado e doutorando, afirma acerca do tema:

> O curso de mestrado profissional, ele acaba tendo uma carga de disciplinas, talvez um pouco menor que o mestrado acadêmico, porque, por exemplo, aqui, basicamente, no primeiro ano do mestrado, né, você já consegue liquidar todas as disciplinas, dificilmente no primeiro ano acadêmico (ENTREVISTADO 6).

É importante notar o papel da percepção dos entrevistados 5 e 6 em suas concepções de identificação acerca do atributo profissional do programa. Enquanto o entrevistado 5 identifica o papel da interdisciplinaridade como fator preponderante, o entrevistado 6 aponta o fato da quantidade menor de disciplinas e sua concentração no primeiro ano de curso como um atributo profissional ao programa. Outro entrevistado também tangencia a questão da quantidade menor de matérias:

> imaginamos um programa que não tivesse uma carga muito grande na parte disciplinar, o que seria propriamente profissional, por isso boa parte dos alunos seriam pessoas que trabalhavam (ENTREVISTADO 2).

O grande desafio, porém, na montagem de um programa de pós-graduação profissional, diz respeito a relacionar o conteúdo aprendido com a realidade direta do trabalho. Algo, que, conforme indica o marco teórico, é mais identificável em atividades de treinamento (T). Vargas e Abbad (2006) delineiam que há grande desafio na educação (E) em

entrelaçar necessidades pessoais trazidas pelos alunos, subjetividade e abstração do conteúdo, pensamento crítico a fatores de objetividade do trabalho.

Surge então o desafio de pôr em prática o propósito do PPGEM, transcrito em seu regulamento:

> Art. 1º - O Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), da Escola de Guerra Naval (EGN), tem como propósito preparar profissionais no campo dos Estudos Marítimos, visando ao mundo do trabalho e das atividades produtivas, além das funções pertinentes à pesquisa e à docência em áreas de ensino superior. (BRASIL,2018)

Ora, ante o desafio de unir pesquisa, produção acadêmica, teorias a realidades laborais, quais caminhos percorrer? Esta deverá, no entendimento deste autor, uma resposta a ser desenvolvida no passo da expansão do programa. As justificativas iniciais dos entrevistados participantes do processo de criação da APCN, tais como: adequação ao corpo docente, perspectiva de um futuro melhor para programas profissionais e menor carga de matéria, já não cabem neste contexto, entretanto, aplicar melhorias no direcionamento de uma abordagem profissional de todo o curso poderá constituir uma possível alternativa. Deve-se tentar, assim, reproduzir o que ocorreu, por exemplo, com um dos entrevistados

> Sim, eu posso dizer pra você que houve uma convergência entre o que eu estudei aqui e a minha tarefa como oficial de Marinha, porque lá no Líbano eu tinha que fazer a parte de cenários, que era a avaliação da conjuntura (ENTREVISTADO 5)

Para além de uma mera qualificação para o trabalho, pode-se entender que uma pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional parece apresentar um perfil mais adequado às exigências atuais do trabalho quanto às competências a serem desenvolvidas por um profissional. Revisitando o marco teórico, é o que se sugere. Veja-se a afirmação:

> (...) o trabalho não é mais o conjunto de tarefas associadas descritivamente ao cargo, mas se torna o prolongamento direto da competência que o indivíduo mobiliza em face de uma situação profissional cada vez mais mutável e complexa. (FLEURY e FLEURY, 2001, p.186).

Ademais, o perfil atual do que sejam as competências, dentro de um ambiente de trabalho, aproxima-se de um processo de qualificação de mestrado ou doutorado profissional, vez que o que está em jogo é um agir integrado, a partir de uma teia mais complexa de interação entre o saber e o exexutar. Aponta-se, assim, a competência enquanto “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo” (FLEURY e FLEURY, 2001, p.188), o que direciona a atributos ora apresentados sobre uma pós-graduação profissional.

Entende-se, por fim, que um pós-graduação *stricto sensu* profissional que assim queira ser, precisa, de fato, entender, a imperiosa mudança o ocorrida no mundo do trabalho:

> A qualificação vinculada ao conjunto de habilidades que permitia o desempenho da tarefa ligada ao posto de trabalho foi substituída pela noção de "competências" na qual se exige menos de habilidades ou saberes diretamente ligados ao posto de trabalho e mais de aspectos comportamentais da subjetividade humana. (ARAÚJO, 2013, p. 43)

4.4 A consolidação do PPGEM enquanto programa de pós-graduação *stricto sensu* profissional

> O programa em si já é um sucesso, na CAPES, com nota 5, pelo seu reconhecimento na academia e com doutorado. Por outro lado, ele ajuda muito na propagação da mentalidade marítima, por causa da grande quantidade de civis (Entrevistado 7)

Esta categoria possui como critério de classificação o recorte temporal a partir do primeiro ano de funcionamento do PPGEM até aprovação da CAPES para abertura do Doutorado Profissional. Os aspectos que tratarem de fatos ou fatores que contribuíram ou dificultaram o processo de consolidação do PPGEM enquanto programa profissional foram adicionados a esta categoria de análise.

Ante a categoria em análise, entende-se que o processo aqui descrito é o de implementação de uma política pública, portanto, o momento em que se tem o esforço concretizar o que foi planejado e documentado (SECCHI, 2014; SOUZA, 2006; TREVISAN e VAN BELLEN, 2008; RUA, 2009).

Quanto a esta implementação, os entrevistados mais uma vez apontam como fator de sucesso o corpo docente ser partícipe de processo de consolidação do PPGEM, dessa forma, o fato de não haver professores externos à EGN no núcleo do programa é apontado como um ponto positivo na consolidação do programa:

> Eu acredito que o coração do programa é o corpo docente e nosso corpo docente é o mesmo desde 2013 (...), o programa evoluiu por causa do corpo docente que publica e escreve muito, o dia que o corpo docente se fragmentar, acabou o programa (ENTREVISTADO 2)

> Nós somos os mesmos desde o começo, e isso ajudou muito a consolidar o programa, teve um outro que entrou ou saiu, mas há um núcleo desde sempre (ENTREVISTADO 1)

> Olha, um corpo de professores nosso, que sempre estão comprometidos com a produção, com pesquisar, publicar, estar nos congressos fóruns, isso ajuda muito (...) são pessoas comprometidas com a proposta do programa (ENTREVISTADO 3)

Observa-se que tal comprometimento e permanência estável de um corpo docente endógeno facilitou a consecução da política de implementação do programa. O entrevistado 2 afirma que: “Por isso o programa das outras forças não consegue melhorar e permanece 4, por não ter professores da própria escola”. Também nesta linha, um dos entrevistados aduz um breve quadro histórico de consolidação do programa, que se considerou bastante oportuno para esta análise. O entrevistado separa o histórico de atividades do PPGEM em 3 períodos, fazendo alusão aos três primeiros coordenadores:

> O primeiro período foi o de implementação a qualquer custo, era tudo muito basal, tinha que ter uma secretaria, montar material, disciplinas, como se faz as coisas, não sabíamos de absolutamente nada, tivemos que correr atrás de tudo. Também aprendemos com a experiência de outros programas, por exemplo, como se faziam os processos seletivos para entrada dos mestrandos (...) foi-se brigando e criando os canais necessários para existência do programa. Um segundo momento foi o de institucionalização, de quais são os parâmetros da CAPES para avaliação do programa, produção de documentos, termo de comprometimento do egresso em atualizar o currículo até três anos após o término do curso. Passada essa fase, entramos em um estágio de começarmos a ser um programa conhecido para os menores, de estar nos fóruns congressos, de ter publicação rodando nas revistas, cuidar dos alunos, dos convênios e parcerias. (ENTREVISTADO 4)

Perpassando por essas três fases, o que alguns entrevistados apontam é que o fato da coordenação e estruturação do curso ser conduzida por militares, que possuem como característica terem experiência com gestão, ajudou na construção de uma base sólida de crescimento do programa. Também o ambiente de cooperação é apontado como facilitador deste crescimento:

> (...) por haver no programa um núcleo de professores experientes em gestão, como professores militares, essa parte de gestão evoluiu rapidamente, além disso, se formou um bom ambiente, ambiente de cooperação de professores e alunos, os alunos entenderam a importância de produzir, de participar de seminários, tudo isso, além do fato da primeira turma ter alcançado 100% de titulação além da segunda também, isso refletiu nos resultados numéricos do sistema de avaliação, que sempre esteve na mente do professores e coordenadores do programa, que geraram resultados, este resultado levou o programa em sua avaliação quadrienal a ser bem avaliado em uma série de quesitos que levou o programa a ter nota 5, e ter essa evolução de 3 para 5 tão rapidamente por avaliadores independentes da CAPES (ENTREVISTADO 3)

> O programa hoje é nota 5, mas a gente começou com a nota 3. Houve um trabalho coletivo muito grande e muito voltado para essas regras que estavam em vigência para pontuar essas coisas que militar só eles sabem fazer bem isto, foi a nossa vantagem porque a maneira orgânica que a gente se organiza contribui muito e contribui para um projeto bem sucedido (ENTREVISTADO 4)

Portanto, o elemento de organização do curso de se estruturar em um programa de gestão voltado às metas da CAPES fez com que o programa pudesse galgar duas posições de nota (de 3 para 5) na avaliação quadrienal 2013-2016 da CAPES. Neste ponto, é possível

perceber um entrelaçamento do entendimento de que um bom curso, dentre outros fatores, é aquele que é reconhecido por sua "nota" elevada na classificação da CAPES.

Esta discussão da avaliação da produção foi discutida no marco teórico, que elencou as considerações de Verhine e Dantas (2009), os quais aduzem o fato da CAPES inserir a produção acadêmica em sua avaliação implicou em um acirramento de simples produtividade dos docentes e discentes.

A discussão acima levantada não foi realizada no sentido de se caminhar para possíveis mudanças na avaliação, ou até mesmo o fim dessa. Na verdade, tentou-se trazer à baila um fato concreto: os programas de pós-graduação são avaliados por sua produtividade e caso algum desses programas deseje ascender em nota na avaliação da CAPES, precisará produzir.

No entanto, ampliando a discussão sobre consolidação de um programa, observa-se que focar em apenas um fator de mudança de nota não seria razoável, pois se focaria apenas em métricas de avaliação, quando na verdade poderia se ampliar os horizontes de atuação e a percepção de que um programa está para além de uma mera nota.

Sabe-se que os entrevistados indicam que houve uma preocupação com tais critérios de avaliação da CAPES, porém, os mesmos apresentam outras ações tomadas e fatos ocorridos no sentido dessa consolidação:

> Em todo o processo houve também parcerias internacionais como King's College London que também nós criamos oportunidades de criação no âmbito acadêmico com a vinda de professores dessa universidade que está entre as melhores do mundo também com Universidade de Lisboa E também tivemos outras oportunidades e nós estamos ampliar essa rede de relacionamento com instituições voltadas de alguma forma ou a pesquisa ou desenvolvimento no âmbito do setor produtivo ou de interesse da Marinha (ENTREVISTADO 4)

> Tivemos professores capturados do programa, coordenadores do PPGEM sendo capturados pela CAPES para participarem ou coordenarem comitê científico da área de CP/RI na parte profissional. Isso nos ajudou a entender o funcionamento do sistema (ENTREVISTADO 3)

Neste ponto, ressalta-se a preocupação com internacionalização do programa, como fator de consolidação, bem como a experiência de docentes em participação de comitê científico da CAPES. Quanto à internacionalização, a análise dos BONO que tratam do PPGEM, realizada em capítulo anterior, salientam a crescente participação e organização de eventos internacionais pelo programa a partir de 2017., as atas do colegiado também elencam a situação descrita. Outro ponto de crescimento que pode ser observado, ano a ano, são as palestras, simpósios e seminários organizados, tendo, a partir de 2017, eventos com

palestrantes internacionais, e pesquisadores de referência internacional em suas áreas de atuação, conforme aponta análise acerca da publicação dos BONO-WEB.

De fato, o que ocorre são ações complementares que desembocam em fator de construção e consolidação do programa. Em breve análise, os pontos de organização e gestão, estabelecimento de metas e visualização de experiências ocorridas em outros programas de pós-graduação formaram as bases para o desenvolvimento do programa. Soma-se a isso, a participação de docentes permanentes fixos e da EGN, que estão nesta dinâmica desde o envio da proposta de curso novo, por conseguinte, comprometidos e engajados com a missão do PPGEM. Tal fator gera, alinhado às métricas de produção da CAPES, um corpo de professores que pesquisa, realiza produção técnica e é ativo no espaço da academia (participação em eventos, participação de comitês da CAPES, busca por internacionalização). O resultado é um corpo discente que acaba por acompanhar o ritmo dessa intensa sistemática. Tal é a expressiva consolidação do programa que:

> Nos processos seletivos de novos alunos, nós começamos com 36 candidatos, passamos para 38, 56, 55, 68 e agora 81, aumentou exponencialmente. Quer uma comparação, o INEST, da UFF, a concorrência são 2 para um. O nosso são 4 para 1, e lá é um programa sério e já consolidado. (ENTREVISTADO 2)

Outro fator de importante consolidação do programa foi a autorização da CAPES para a abertura do Doutorado ´Profissional. No plano das políticas públicas, a Portaria nº 389/2017 do Ministério da Educação revoga a Portaria nº 17/2009 e estabelece a autorização para abertura de Doutorados Profissionais (BRASIL, 2017b).

De acordo com a CAPES (CAPES, 2017a), para se propor um doutorado, o programa deve possuir no mínimo a nota "4" de avaliação. Devido a isso, um dos entrevistados relata o processo de montagem da proposta de doutorado do PPGEM, aquém da nota vigente no período da montagem, qual seja "3". Para se formular uma proposta sólida em tempo hábil, a solução foi realizar os processos de montagem na expectativa que o resultado da avaliação quadrienal 2013-2016 (BRASIL, 2017) fosse no sentido de alteração da nota do PPGEM:

> Montamos a APCN do doutorado às cegas. Não sabíamos se nossa nota ia mudar, achávamos que sim (...) e o problema era que o lapso temporal entre o resultado da avaliação quadrienal e o prazo final para o envio da APCN era muito curto (...) tinham os processos internos de aprovação no âmbito da administração naval, enfim, optamos por nos antecipar e foi a melhor solução. Quando chegou a avaliação, já estávamos com a proposta na mão, tendo mais dois meses só para fazer os ajustes necessários. Foi o que ocorreu e hoje estamos aqui, com doutorado em funcionamento (ENTREVISTADO 1)

Portanto, tendo recebido nota "5" na avaliação quadrienal da CAPES (CAPES, 2017b), restou o envio da proposta de doutorado, dessa forma, pode-se dizer que o "programa

avançou muito desde o início de 2014. Ele obteve esse resultado muito positivo que animou a todos e estimulou a finalização e o envio da APCN do doutorado profissional." (entrevistado 3)

Ainda acerca da elevação da nota para "5", cabe salientar que um dos aspectos positivos discorrido na avaliação quadrienal foi que o número considerável de mestrandos apresentou trabalho de conclusão de mestrado distinto de dissertação. Tal fato faz com que o atributo profissional do programa caminhe no sentido de uma consolidação de seus produtos finais.

Eis que aprovado pela CAPES a abertura de um doutorado profissional, observa-se o pioneirismo do programa. na abertura do Doutorado profissional, pois pelos dados apresentados do GEOCAPES, apresentado no capítulo 4, no primeiro ano de efetivo funcionamento de um doutorado profissional, qual seja 2018, dos 743 programas existentes apenas dois possuíam o doutorado profissional, dentre eles o PPGEM. Dá-se este crédito de pioneirismo à postura proativa na montagem de uma APCN, mesmo antes do resultado da avaliação quadrienal. Tem-se também a agilidade na realização de processo seletivo, que permitiu, já, no primeiro trimestre de 2019, o início da turma de doutorado.

Faz-se necessário discutir, ainda, acerca da nova etapa de consolidação do PPGEM, qual seja, o doutorado profissional. Um dos atuais alunos do doutorado ressalta um ponto importante a ser desenvolvido nesta etapa de maturação do programa, que uma melhor diferenciação de um programa acadêmico. Tal discussão, que já fora levantada em categoria anterior, deve passar por levantamento de questionamentos acerca do assunto dentro do corpo docente. Por ser pioneiro no doutorado profissional e na área de CP/RI, é importante para o programa, caso deseje estabelecer um protagonismo acadêmico neste sentido, apresentar dinâmicas que o faça salientar sua vocação profissional. Um dos entrevistados, realiza o delineamento da perspectiva do Doutorado Profissional:

> O doutorado já iniciou em 2019 com a primeira turma e tem perspectivas muito positivas de formar pessoas dentro do espírito do doutorado profissional de uma formação profissional avançada em busca de soluções inovadoras no âmbito do setor produtivo do setor público, ou seja, há de se esperar que os doutorandos digerem aqui de forma assistida e orientada soluções de problemas complexos ou também propostas de formulação de políticas públicas. E hoje ainda deve ser pensada a questão do impacto social, qual será o impacto daquela pesquisa para a sociedade? E isto um doutorado profissional tem vocação para entregar (ENTREVISTADO 3)

Tal fala revela uma perspectiva de montagem de uma definição do que se espera de um doutorado profissional, e, por conseguinte, o que se espera do doutorado profissional do

PPGEM. Ante o exposto nesta pesquisa, parece essa ser uma definição razoável para a temática e um patamar a se vislumbrar pelo programa.

É deveras relevante no processo de consolidação do PPGEM, a atenção devida quanto à visibilidade. Neste sentido, um dos entrevistados possui uma visão de algo a ser melhorado pelo programa:

> Mas ele ainda não tá consolidado no meio acadêmico, ele ainda é, digamos assim, desconhecido. Por ser ainda novo, e por não ter muita divulgação, por não ter ampla divulgação, é porque a gente não conta com uma máquina de propaganda, de publicidade (ENTREVISTADO 5)

Outro entrevistado, porém, possui uma visão mais otimista acerca deste aspecto:

> Uma perspectiva melhor hoje para onde vai nossos alunos porque a gente já sabe onde levar uma visibilidade em uma aposta e a gente ficou surpreendido com o tamanho da comunidade que a gente atingiu porque a marinha viu uma comunidade que ela não via não só comunidade de defesa mas comunidade marítima uma turma que tem juiz do tribunal marítimo Petrobras polícia receita Federal jovens um mix desse é totalmente único na área para pensar estratégia para pensar políticas públicas (ENTREVISTADO 6).

Importa destacar que para o processo de consolidação do programa ser completo e efetivo há que se falar a respeito da internacionalização. Aspecto fundamental apontado no último PNPG (2011-2020) (BRASIL, 2010) para a pós-graduação brasileira, realizar vínculos externos reputa às pesquisas desenvolvidas e a docentes e discentes oportunidades de acesso a diferentes experiências acadêmicas, além de possibilidade oportunidade de divulgação dos trabalhos desenvolvidos, de modo a se coletar contribuições a esses. Neste sentido:

> (...) no que tange à internacionalização, outro ponto específico de avaliação da CAPES, a gente tem atuado basicamente em duas frente no Kings College London e tem que se revelado muito positiva, tem crescido essa parceria e inclusive extrapola aqui e alcançar outros setores da Marinha e também com a Universidade de Lisboa que vemos professores fazendo pós-doutorado naquela instituição mas são passos que precisam ser dados com muito tato e muita prudência, de modo que possamos caminhar, possamos caminhar com segurança e com firmeza para um aprimoramento do programa (ENTREVISTADO 3)
>
> A nossa internacionalização é fraca, é basicamente o King's College que está mais ativo, tem um professor brasileiro lá quem vem aqui, que já foi militar, que conhece a Marinha. Aí, vai normalmente um professor lá e é basicamente isso (...) por exemplo, você não vê algum estrangeiro procurando (ENTREVISTADO 5)

A internacionalização foi um fator apontado na avaliação quadrienal (2013-2016) da CAPES (CAPES, 2017a) como aspecto a melhorar do programa. Reputou-se necessária a demanda por parcerias regionais e de países lusófonos. Neste ponto, inclui-se uma produção técnica a nível internacional. Portanto, ante as falas dos entrevistados, infere-se que existem parcerias internacionais, mas ainda não suficientes aos propósitos do programa.

Por fim, esta categoria prepara o espaço para as considerações finais da pesquisa, que apontará, dentre os achados e respostas à pesquisa e verificação dos objetivos, também proporá, dado o caráter aplicado deste trabalho, perspectivas e lacunas a serem preenchidas. Para isso, destaca-se a seguinte fala:

Provavelmente o programa deverá ter mais professores, provavelmente, mais linhas de pesquisa que serão aprofundadas e a tendência é que seja cada vez mais um excelente programa, para Marinha e para a sociedade (...) o meio marinho é um grande campo de estudos a ser desvendado. (ENTREVISTADO 7)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da presente pesquisa, tornaram-se proeminente as novas formas nas relações de trabalho, no que toca às maneiras de se exercerem as profissões, que não estão mais vinculados ao simples saber fazer algo. É nessa dinâmica que este estudo se debruçou nos processos de qualificação na forma dos MP/DP, por se buscarem maneiras de se alcançarem estas novas demandas do mundo do trabalho, sem deixar de abrir mão do desenvolvimento de um raciocínio crítico e da pesquisa. Eis que se destaca uma tarefa complexa: harmonizar o desenvolvimento de um raciocínio crítico e analítico com as demandas e necessidades laborais.

A partir deste contexto, debruçou-se no PPGEM, como programa profissional *stricto sensu*, sendo esse o objeto da pesquisa, conforme a dinâmica supracitada. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a trajetória do PPGEM enquanto inserido no contexto de políticas públicas de pós-graduação *stricto sensu* profissional, a partir dos normativos sobre o tema, os documentos colhidos e entrevistas realizadas com os idealizadores e alunos do PPGEM.

Nesse sentido, traçou-se um marco teórico acerca de políticas públicas e qualificação para o trabalho, após isso, realizou-se, por meio de análise bibliográfica e documental, um levantamento histórico da pós-graduação profissional no Brasil, com enfoque nos programas profissionais, também se realizou um levantamento histórico do PPGEM, por intermédio de achados documentais, por fim, realizaram-se entrevistas com docentes, autoridades e alunos, para analisar a dinâmica de criação e crescimento do programa;

Constatou-se que o PPGEM, como programa profissional em estudos marítimos, concentra um campo interdisciplinar de estudo, a despeito de ser classificado pela CAPES na área de CP/RI. Dentro dessa área, concluiu-se que o PPGEM é uma inovação, por ser, junto com o programa da UNIFA, os primeiros em CP/RI a contar com o MP e o DP dentro do mesmo programa. Assim, o objeto de pesquisa foi analisado como um “novo” e nessa perspectiva, lançou-se um olhar mais profundo para entender melhor suas dinâmicas.

Dessa forma, aponta-se que a presente dissertação trouxe como contribuições, em seu ponto teórico, o emergir de discussões vinculadas à qualificação no e para o mundo trabalho e qual o seu papel no campo da pós-graduação *stricto sensu*. Observou-se que as competências vinculadas a postos de trabalho caminham no sentido de um pensar crítico e para além de uma simples função. Neste sentido, dentro do contexto de TD&E, os programas profissionais podem apresentar soluções a esse novo tipo de demanda.

A presente pesquisa ainda contribui ao estudo de políticas públicas na temática de pós-graduação ao trazer uma revisão bibliográfica acerca do tema. Passou-se, dessa forma, por maneiras de se analisarem as políticas públicas, bem como o ciclo dessas, com enfoque no processo de implementação.

A partir do entendimento de que nenhuma política pública parte simplesmente do zero, senão de um passado, seus contextos e problemas públicos necessitantes de solução, partiu-se para um levantamento histórico da pós-graduação no Brasil, analisando sua trajetória e processos avaliativos surgidos para tal. Chegou-se até o momento dos programas profissionais, de forma que a discussão acerca deste tema foi ampliada, ante os objetivos da pesquisa. Neste sentido, importantes contribuições foram apresentadas que repercutem na identidade e propósitos da pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional, no contexto brasileiro.

Trazendo à baila tais contribuições, necessitou-se antes entender que os MP e DP são pós-graduação *stricto sensu* e, portanto, devem cumprir todos requisitos próprios dessa modalidade, dentre eles a constante manutenção das atividades de pesquisa – nas disciplinas e produtos finais de curso – porém o enfoque voltou-se, em predominância, ao mundo do trabalho, tendo a realidade empírica como ponto de chegada e partida a partir de proposituras de soluções inovadoras à sociedade. Assim sendo, entendeu-se que os propósitos de um programa profissional, elencados na Portaria 60/2019 da CAPES, são aqueles que possuem necessidade de foco principal pela coordenação do PPGEM, por isso, são aqui elencados mais uma vez:

> I - capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;
> II - transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;
> III - contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;
> IV - atentar aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados;
> V - formar doutor com perfil caracterizado pela autonomia, pela capacidade de geração e transferência de tecnologias e conhecimentos inovadores para soluções inéditas de problemas de alta complexidade em seu campo de atuação. (BRASIL, 2019, art. 2°)

Apesar do descrito na portaria, as discussões levantadas durante a pesquisa sobre o MP/DP revelaram o teor dificultoso em se consolidar, dentro do ambiente acadêmico, o real papel dessa modalidade de pós-graduação. Isto posto, urge necessário ampliar o debate a ser realizado e a presente pesquisa deixa latente tal necessidade, destarte necessária uma

articulação a ser feita no âmbito da CAPES para se verificar, na prática acadêmica, aquilo que se pensou para a modalidade profissional Noutro prisma, percebeu-se que o contrário também é válido, qual seja, pensar acerca da pós-graduação profissional para então se proporem novas sistemáticas.

Este, pois, é um debate atual e necessário para se delinear, implementar e consolidar os MP/DP. Nesse pensar, a superação do histórico academicista não se situa no sentido de negacionismo ou anulação de dinâmicas acadêmicas já implementadas, mas na direção da complementaridade e diferenciação entre os programas acadêmicos e profissionais. Ainda nesse pensar, deve-se ter em foco na aproximação de pesquisa e mundo do trabalho, com vistas à necessidade de se entregar algo a sociedade, ao contexto do trabalho, enfim, ao indivíduo enquanto relação com outro e com o mundo.

No que diz respeito ao PPGEM, partícipe dessa dinâmica própria dos programas profissionais, concluiu-se que é um programa que se encontra em fase de expansão. Seu histórico recente, a priori, já revela isso. Portanto, não é apenas um programa em simples estruturação. As categorias levantadas apontam que o PPGEM já superou tal fase e para demonstrar isso, retoma-se a pergunta de pesquisa, neste momento, com fito de respondê-la. Qual análise pode ser feita do PPGEM, desde sua criação, enquanto programa de pós-graduação stricto sensu profissional?

Iniciou-se a pensar o programa a partir do Planejamento Estratégico de 2006 da EGN, naquele período, visualizou-se que a opção por tornar os cursos de carreiras daquela Escola em pós-graduação *stricto sensu* no sistema CAPES era inviável. Assim, planejou-se um processo de formação de doutores de longo prazo e se idealizou a EGN como futuro centro de referência em estudos de sua área de conhecimento. A prática do planejamento desvelou-se em uma proposta de curso novo, no ano de 2013, em um modelo *bottom up* (de baixo para cima) de proposição, ou seja, os próprios docentes da EGN que a montam e apresentam para a avaliação das autoridades competentes dentro da MB.

Seguiu-se uma série de discussões na montagem da proposta. Tornaram-se claras, pelos achados da pesquisa, duas decisões fundamentais que conduziram o rumo do programa: a escolha do campo de estudos, denominado Estudos Marítimos, além da opção por um programa profissional. Essas duas bases acabaram por formar a identidade do PPGEM. As atividades iniciaram-se em 2014, sob o tom de novidade e de estruturação das rotinas administrativas e acadêmicas. Consorcie nesta preocupação, o programa foi se sedimentando e se lançando à fase de efetiva pesquisa, sempre com o olhar nos parâmetros de avaliação da CAPES. Os docentes e discentes passaram a divulgar suas pesquisas no ambiente acadêmico,

e dada peculiaridade do campo de estudo, o programa passou a ser "visto" por seus pares. Assim seguiu-se à fase seguinte, de institucionalização e sedimentação que acarretaram na mudança de nota do programa de "3" para "5" na avaliação quadrienal 2013-2016. Junto a isso, o programa propôs à CAPES a abertura do Doutorado profissional, pedido esse aprovado, de forma que, em 2019, iniciou-se a primeira turma de doutorado. Esse último dado histórico é revelador para afirmar que o PPGEM seguiu como um programa em expansão, a despeito de algumas estruturas já consolidadas.

Ante o exposto, analisou-se que, de fato, o PPGEM tem logrado êxito em construir uma proposta sólida de pós-graduação *stricto sensu* profissional. Os desafios apontados pela pesquisa são da ordem conjuntural no qual o programa está inserido, vez que é imperiosa a necessidade de se vencer, na dinâmica dos programas profissionais, o histórico academicista da pós-graduação no Brasil.

Portanto, nesta análise, como programa profissional, é de se considerar a necessidade de esforços para se vislumbrarem alternativas a se trilhar nesta direção. Pode-se dizer que iniciativas tais quais os produtos finais do mestrado serem diferente de dissertação e o envolvimento na inserção dos egressos no mercado já ocorrem, basta-se observar os apontamentos elogiosos da CAPES quanto à produção de fim de curso dos mestrandos serem, por diversas vezes, pareceres, projetos de lei e relatórios, além do funcionamento do *Alumni*-PPGEM. Contudo, deve-se empreender mais esforços neste aspecto de todo corpo docente.

Após análise do *corpus* pesquisa, abarcando-se referencial teórico, documentos colhidos e entrevistas realizadas, como forma de melhor enfrentar os desafios apontados, elencam-se as seguintes sugestões para a melhoria, as quais foram realizadas por inferência ao conteúdo analisado, tendo em vista o aprimoramento da relevância do PPGEM:

- Criação de cursos *lato sensu* em áreas profissionais do estudo marítimo, como forma de incentivar tais discussões e atrair profissionais dessas áreas de interesse;

- Seguindo a ideia anterior, a criação de cursos de extensão com finalidade similar;

- Empreender parcerias com a iniciativa privada por meio de projetos de parceria para investigação em áreas específicas de conhecimento, como uma alternativa de parceria entre empresa e academia;

- Oferta de projetos de consultoria com docentes e discentes em áreas de *expertise* do programa, de forma a aproximar os alunos às empresas que necessitem deste tipo de trabalho;

- Aprimorar o programa de estágio profissional, por meio de parcerias com o mundo do trabalho que visassem o direcionamento de mestrandos e doutorandos que estivessem a procura de vagas de emprego; e

- Foco da aprendizagem e pesquisa no que se refere ao impacto social dessas.

Ademais, vale elencar as melhorias a serem realizadas, tendo em vista o processo de avaliação quadrienal realizado pela CAPES, para que o programa consiga manter ou aumentar a sua pontuação:

- Concentração dos esforços de pesquisa no incremento da produção bibliográfica qualificada;

- Repensar a forma como as parcerias internacionais estão estruturadas, de maneira a se ter maior visibilidade naquelas de impacto regional e com países lusófonos. Neste diapasão, caminhar no sentido do exercício do protagonismo e parcerias de pesquisa, utilizando a estrutura de relações da EGN com as escolas de altos estudos desses países; e

- Incrementar o incentivo aos produtos de mestrado serem diversos de dissertação, de maneira a os direcionar às instituições interessados no produto dessas pesquisas.

Ademais, há de se considerar que o programa possui uma estrutura física e docente ainda reduzida aos anseios estratégicos da EGN. O último concurso para o magistério do ensino superior fez com que o quantitativo de Doutores aumentasse dentro da estrutura daquela Escola, e, conforme a pesquisa aponta, esses foram direcionados ao PPGEM. Tal fato revela a ampliação da estrutura docente para participação de civis dentro do programa. No entanto, deve-se pensar na ampliação de linhas de pesquisa, bem como maneiras de estruturação em um espaço físico de maior tamanho.

A partir do exposto, o presente estudo apresentou como limitações àquelas que são próprias aos estudos de caso. Portanto, as dinâmicas relativas ao trabalho resumem-se ao objeto pesquisado. Pode-se, no entanto, tomar-se como a base a metodologia para a realização de pesquisa em objetos congêneres. Outra limitação reside na possibilidade de uma maior abordagem com os discentes, na forma de questionário de percepção. Tendo em vista a limitação temporal, não foi possível consolidar essa abordagem. Além disso, não se focou a perspectiva em relação das trajetórias profissionais dos egressos após os cursos, bem como o impacto da qualificação no trabalho que egresso passou a exercer.

Neste sentido, elenca-se como sugestão para pesquisas futuras, a ampliação do escopo da presente análise com vistas às limitações apresentadas, bem como estudos que a acompanhem a trajetória do Doutorado Profissional do PPGEM, vez que a primeira turma se constituiu em 2019.

Por fim, cumpre registrar, que durante o término da presente dissertação, foi criado, por meio da Port. n° 159, de 29 de maio de 2020, do Comandante da Marinha, o Instituto Naval de Pós-Graduação, que terá como atribuição o exercício de governança da rede de

ensino de pós-graduação e qualificação especial da MB, tendo especial papel de indutor das pesquisas, consolidação do conhecimento e participação da força de trabalho em cursos de pós-graduação de interesse da MB. Dessa forma, poderá servir a presente dissertação contribuir para o recém-criado núcleo de implantação, o qual poderá apropriar-se desse estudo de caso, com possiblidade de replicação do modelo metodológico de análise, além de poder colher as experiências do PPGEM, descritas na presente pesquisa, como forma de análise e avaliação do programa.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G. da S. **Um modelo integrado de avaliação de impacto de treinamento no trabalho**. 1999. 262 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

ABBAD, G. S.; MOURÃO, L. Avaliação de necessidades de TD&E: proposição de um novo modelo. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 6, p. 107, 2012.

ABBAD, G. S.; BORGES-ANDRADE, J. E.. Aprendizagem humana em organizações de trabalho. *In*: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ABBAD, G. S.; BORGES-FERREIRA, M. F.; NOGUEIRA, R. Medidas de aprendizagem em avaliação de TD&E. *In*: BORGES-ANDRADE, J. E.; ABBAD, G.S.; MOURÃO, L. e colaboradores. **Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações e Trabalho** – fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed (Bookman), 2006. p. 469-488.

ALMEIDA JÚNIOR, A. *et al*. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 162-173, 2005.

ALMEIDA, N. N.; BORGES, M. N.. A pós-graduação em engenharia no Brasil: uma perspectiva histórica. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 15, n. 56, p. 323-339, 2007.

ALVES, V. M. *et al***. Formação e trabalho de pesquisadores em educação: um estudo dos processos de institucionalização da pesquisa em IES emergentes**. 2008.

ARAÚJO, N. S. J. de**. Política de capacitação profissional: um estudo a partir da avaliação do curso de Especialização em Gestão Universitária da Universidade de Brasília**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ARISTÓTELES**. A Política**. *in* Coleção Livros que Mudaram o Mundo. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

AZEVEDO, J. M. L. **A Educação como Política Pública**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 56.

BARCELOS, M. A formação da área de análise de políticas públicas: do modelo "racional-compreensivo" às abordagens "sintéticas" do processo da política pública. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 1, p. 145-162, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5903>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, E. C.; VALENTIM, M. C.; MELO, M. A. A. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 124-138, jul. 2005. Disponível em: http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/84. Acesso em: 12 nov. 2018.

BASTOS, A. V. B. Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário de reestruturação produtiva. BORGES-ANDRADE, Jairo E; ABBAD, Gardênia da Silva; MOURÃO, Luciana e colaboradores. *In:* T**reinamento, Desenvolvimento eEducação em Organizações e Trabalho** – **fundamentos para a gestão de pessoas.** Porto Alegre: Artmed, p. 23-40, 2006.

BATISTA, S. S.; AZEVEDO, M. M. FREIRE, E. Concepção, trajetória e avaliação de um mestrado profissional em educação. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 29, n. 72, p. 632-653, 2018.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **Agendas and instability in American politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

BORGES-ANDRADE, J. E. Desenvolvimento de medidas em avaliação de treinamento. **Estudos de psicologia**. v. 7, n. spe, p. 31-43, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em:08 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº. 5.616, de 28 de dezembro de 1928. **Regula a criação das universidades nos estados**, Rio de Janeiro, 1928. Disponível em: < ttps://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5616-28-dezembro-1928-561381-republicacao-84998-pl.html>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. **Dispõe sobre o ensino superior no Brasil**, Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. Lei n° 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF, 1961. Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Diário Oficial da União**, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. **Diário Oficial da República do Brasil**, 2009b.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES**). Portaria nº 32, de 12 de fevereiro de 201**9. Avaliação de Propostas de Cursos Novos, APCN, de Pós-Graduação stricto sensu. Brasília, DF. 12 fev. 2019.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES**). Ofício n° 74-27/2013.** Resultado da avaliação da proposta de curso novo. Brasília, DF. 22 jul. 2013

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Avaliação quadrienal em números.** Brasília-DF. 2017a.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES**). Ficha de avaliação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos.** Brasília, DF. 29 set. 2017b.

BRASIL. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. **Planejamento Estratégico da Escola de Guerra Naval 2015-2018**. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. **Planejamento Estratégico da Escola de Guerra Naval 2019-2022**. Rio de Janeiro, 2018a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos. **Plano Estratégico 2018-2021**. Rio de Janeiro, 2018b.

BRASIL. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos. **Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos**. Rio de Janeiro, 2018c.

BRASIL. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. **Proposta de Curso Novo de Doutorado**. Rio de Janeiro, RJ,. 2017c

BRASIL. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. **Proposta de Curso Novo**. Rio de Janeiro, RJ. 04 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1975-1979**. Brasília: CAPES, 1975.. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf. Acesso em: 16 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **II Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1982-1985**. Brasília: CAPES, 1982. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **III Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1986-1989**. Brasília: CAPES,1986. Disponível em:

https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf. Acesso em: 16 fev 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília: CAPES, 2005. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf. Acesso em: 16 fev. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: https://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao. Acesso em: 16 fev. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer n. 977/65. **Definição dos Cursos de Pós-Graduação.** Brasília-DF, 1965. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/parecer%20cfe%20977-1965.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 47, de 17 de outubro de 1995. **Dispõe sobre procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional**. CAPES: Brasília-DF, 1995. Disponível em: http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/87/83. Acesso em: 09 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 131, de 28 de junho de 2017.**Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais**. CAPES: Brasília-DF, 2017a. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/30062017-portaria-131-2017.pdf. Acesso em: 14 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação Portaria n. 389, de 23 de março de 2017.**Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu.** Brasília, DF: 2017b. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/24032017-PORTARIA-No-389-DE-23-DE-MARCO-DE-2017.pdf.Acesso em: 16 nov. 2018.

CALDERÓN, A. I. *et al*. Doutorado Profissional em Educação: tendências em universidades de classe mundial contextualizadas nos rankings acadêmicos internacionais. **Práxis Educativa**, v. 14, n. 1, p. 138-162, 2019.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CIRIBELLI, M. **Como realizar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2003.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Módulo Coleta de Dados.** 2020a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira/modulo-coleta-de-dados>. Acesso em: 03 mar. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plataforma Sucupira.** 2020b. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Sobre a Avaliação.** 2020c. Disponível em: < https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>. Acesso em: 03 mar. 2020

COHEN, M., MARCH, J. e OLSEN, J. A garbage can model of organizational choice. **Administrative science quarterly**, Ithaca, v. 17, n. 1, p.1-25, 1972.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. **Lopes, EMT et al**, v. 500, p. 151-204, 2000.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 37-61, 2003.

DIVER, C. S. Policymaking paradigms in administrative law. **Harvard Law Review**, p. 393-434, Harvard: 1981.

ETZIONI, A. Mixed-scanning: A" third" approach to decision-making. **Public administration review**, Washigton: v. 27, n. 5 p. 385-392, 1967. Disponível em: < http://econ2.econ.iastate.edu/classes/crp274/swenson/CRP566/Readings/Mixed%20Scanning%20-%20Etzioni.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019

FÁVERO, O. *et al*. Reavaliando as avaliações da CAPES. **ANPEd A Avaliação da pós-graduação em debate.** São Paulo: ANPEd, 1999.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v.2, n.4, p.24-29, jul. 2005. Disponível em: http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/74. Acesso em: 13 nov. 2018.

FISCHER, F. et al. **Reframing public policy: Discursive politics and deliberative practices**. Oxford University Press, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Z-nnCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR12&dq=fischer+(2003)&ots=Bb0QZVBS9a&sig=KnxmBZpJRj5hdpQo8m29RmP4UK0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 20 abr.2019.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Estratégias empresariais e Formação de Competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista Administração Contemporânea**, v. 5, n. SPE, p. 183-196, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552001000500010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2018.

FREITAS, C. M.; FREITAS, C. A. S. L.; PARENTE, J. R. F.; VASCONCELOS, M. I. O.; LIMA, G. K., MESQUITA, K. O. D.; MENDES, J. D. R. Uso de metodologias ativas de aprendizagem para a educação na saúde: análise da produção científica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 117-130, 2015.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Plageder, 2009.

GIL, A. C. **Atlas metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIULIANI, A. C. Perfil profissiográfico dos egressos do Programa de Mestrado Profissional em Administração de uma instituição de ensino do interior do Estado de São Paulo. **Rev Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 3, n. 1, p. 94-108, Jan./Abr. 2010.

GOUILLART, F. J. **Transformando a organização**. São Paulo: Makron Books, 1995.

HAM, C. e HILL, M.. **The Policy Process in the Modern Capitalist State.** Brighton, Sussex, Wheatsheaf Books: 1985. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/policy-process-in-the-modern-capitalist-state-by-christopher-ham-and-michael-hill-new-york-st-martins-press-1984-pp-xiii-210. Acesso em: 10 abr. 2019

HETKOWSKI, T. M. Mestrados Profissionais em Educação: Políticas de implantação e desafios às perspectivas metodológicas. **PLURAIS-Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 1, n. 1, 2018.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 95-116, 2005.

HOSTINS, R. C. L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, abr. 2006. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>. Acesso em: 13 jan. 2020.

INFOCAPES. CAPES – a necessidade de desenvolvimento da pós-graduação profissional e o ajustamento do sistema de avaliação às características desse segmento. **Boletim Informativo da CAPES**, Brasília: CAPES, v. 10, n. 1, p. 1-189, jan./mar. 2002.

KIPNIS, B. Análise de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: uma aproximação conceitual na perspectiva da Policy Network. *In*: CUNHA, C., SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (orgs.). **Avaliação de políticas públicas de educação**. Brasília, Liber Livro, 2012.

KIPNIS, B.; CARVALHO, O. F. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010, a formação de gestores para a Rede de Educação Profissional e Tecnológica e as tecnologias de informação e comunicação (TIC): a experiência do Projeto Gestor. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 1, p. 54-68, 2008.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. reimp. São Paulo: Atlas, p. 310, 2007.

LEHFELD, N. A. de S.; BARROS, A. J. P. B**. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LIRA, B. C. **O passo a passo do trabalho científico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes 2014.

LOWI, T. J. Four systems of policy, politics, and choice. **Public administration review**, Washington, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

MARTINS, C. B. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. **CAPES**, v. 50, p. 294-309, 2003.

MCLAGAN, P. Great ideas revisited: competency models. **Training and Development**, v.50, p. 60-66, 1996

MENESES, P. P. M.; ABBAD, G. Preditores individuais e situacionais de auto e heteroavaliação de impacto do treinamento no trabalho. R**evista Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. SPE, p. 185-204, 2003.

MERIGO, J.; ANDRADE, M. M. **Questões iniciais para a discussão do monitoramento e avaliação das políticas públicas**. Curso de Pós-Graduação em Gestão Social de Políticas Públicas, 2010. Disciplina: Monitoramento, informação e avaliação de políticas sociais. Não paginado. Disponível em: <http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.131488001256814614_2._politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2019.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico.** Porto Alegre: Bookman, 2004

MIRABLE, R. J. Everything you Wanted to Know about Competency Modeling. **Training &Development.**v. 51, p. 73-78, 1997

MOTTA, P. R**. Gestão contemporânea**: a ciência e arte de ser dirigente. 143 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003

NEVES, A. B. Metas da atual gestão para a Capes. **INFOCAPES**, Brasília: CAPES, n. 1 e 2, v. 3, 2005. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/INF1E295.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

OLIVEIRA, J. A. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 2, 2006.

PARO, V. **Educação como exercício de poder: crítica ao senso comum em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010

PILATI, R.; ABBAD, G. Análise Fatorial Confirmatória da Escala de Impacto do Treinamento no Trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jun-Abr. 2005. Vol. 21 n. 1, p. 43-51

POLANYI, Michael. **Personal knowledge: Towards a post-critical philosophy**. University of Chicago Press, 2015.

POPPER, Karl R. **Objective knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 1972

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUELHAS, O. L. G.; FARIA FILHO, J. R.; FRANÇA, S. L. B. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 2005.

REVISTA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO (RBPG). **Mestrado no Brasil – a situação e uma nova perspectiva. Brasília**: RBPG, v. 2, n. 4, p. 139-144, jul. 2005. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/85/81> . Acesso em: 19 fev. 2020.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, Jul. 2005.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES-UAB, 2009.

SABATIER, P. A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of public policy**, Washington, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. **Policy change and learning**. Boulder: Westview, 1993.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Simon Schwartzman, 2001.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SERVA, F. M.; CALDERÓN, A. I.; DIAS, J. A. Doutorado profissional em Direito: tendências em universidades com melhor desempenho em rankings acadêmicos internacionais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 14, 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TREVISAN, A. P. e VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revi-são teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública.** v. 42, n 3, p. 529-550. Rio de Janeiro, 2008.

VARGAS, M. R. M; ABBAD, G. da S. Bases conceituais em treinamento, desenvolvimento e educação–TD&E. *in:***Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas**. Porto Alegre: Artmed, p. 137-158, 2006.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V. A avaliação do desempenho de alunos de educação superior: uma análise a partir da experiência do ENADE. **Avaliação Educacional desatando e reatando nós**, p. 173, 2009.

VERSCHOORE, J.R. de S. Desafios do ensino de estratégia em mestrados e doutorados profissionais. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 59, n. 1, p. 57-61, fev. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902019000100057&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2019.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZARIFIAN, P.**Objectif compétence, Pour une nouvelle logique**. Paris: Liaisons, 1999